

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CESEP: PROCESSOS FORMATIVOS
DE UMA ONG EM SERGIPE: 1988-1998**

ACÁCIO NASCIMENTO FIGUERÊDO

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2003**

Figuerêdo, Acácio Nascimento
F475p Os princípios políticos e a prática educativa do CESEP: processos
formativos de uma ONG em Sergipe: 1988/1998 / Acácio Nascimento
Figuerêdo. – São Cristóvão, 2003. 147p.

Dissertação (Mestrado em Educação) –Núcleo de Pós-Graduação em
Educação, Programa de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

1. Práticas educativas (CESEP) – Sergipe. 2. Movimentos Sociais. 3.
Globalização. 4 Educação – ONGs. 5. Formação de lideranças. 6. Centro
Sergipano de Educação Popular. 7. Universidade Federal de Sergipe.
1. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CESEP:
PROCESSOS FORMATIVOS DE UMA ONG EM SERGIPE: 1988-1998**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação sob a orientação da Profª Dra. Marta Vieira Cruz.

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2003**

**OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS E A PRÁTICA EDUCATIVA DO CESEP:
PROCESSOS FORMATIVOS DE UMA ONG EM SERGIPE: 1988-1998**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
____/____/____

Profª. Dra. Marta Vieira Cruz (Orientadora)

Prof. Dr. Afonso Celso Scocuglia (UFPB)

Profª. Dra. Wilma Porto de Prior (UFS)

“A história não é mecanicamente determinada por uma acumulação de forças econômicas. Uma transformação revolucionária implica sempre a substituição de uma classe social por outra, do ponto de vista político e histórico. Não se pode separar nunca a análise econômica do fato histórico da luta de classes, o que significa, igualmente, que não se pode fazer a abstração do homem, que é a expressão viva da luta de classes (...) A sociedade burguesa é baseada em última análise, na lei da selva, só o malogro dos outros permite o êxito; é uma sociedade em que objetivamente, necessariamente, inevitavelmente, quaisquer que sejam as ‘boas vontades’, o homem é inimigo do homem. A transformação radical da sociedade exige, ao mesmo tempo, uma transformação profunda das estruturas mentais dos indivíduos”.

Che Guevara

DEDICATÓRIA

A Deus por ser amor e revelar a humanidade à solidariedade humana, que inspira até hoje o humanismo universal.

A memória dos meus avós Gabriel Nascimento e Judite Graciliano da Silva, pela dedicação, em que não mediram esforços para garantir a minha formação humana e intelectual.

A memória de Che Guevara, Paulo Freire e Florestan Fernandes cuja práxis política, educativa e social dedicaram suas vidas por uma nova sociedade.

A meus pais José de Matos Figuerêdo e Maria Oracel Nascimento Figuerêdo por constituírem presença marcante na minha personalidade e nos valores do que sou hoje.

A meus irmãos Aglaé, Aldaléa, Afranor, Gabriel e Anderson pela motivação e companheirismo.

A família em geral (tios, tias, primos, primas), amigos e namorada (Kirênia) e que de forma subjetiva e marcante estiveram presentes em momentos importantes nesse processo.

Aos sobrinhos (Fábio e Lincoln) pelos momentos de relaxamento e descontração típicos dos adolescentes. E Yan, pelo seu nascimento que nos trouxe alegria em família.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve a contribuição de um coletivo de pessoas e instituições que possibilitaram a sua elaboração.

Aos participantes do NPSE (Núcleo de Pesquisa, Sociedade e Educação) pelo debate coletivo em torno da Ciência, Política, Educação, entre outros elementos das Ciências Humanas, que foram importantes na minha formação de pesquisador no processo de elaboração desta pesquisa. Em especial a professora Rosângela Marques dos Santos, que me fez conhecer esse espaço de formação de pesquisadores. E Rosa Gomes Vieira (Rosinha) diretora da BICEN, pelo seu olhar técnico que prestou uma significativa contribuição na conclusão deste trabalho.

A minha professora-orientadora Marta Vieira Cruz, pelo empenho da necessária rigorosidade científica, e pelo debate epistemológico nos seminários de pesquisa (orientação) quando aprofundamos os conceitos e o objeto investigado. Por seu incentivo à minha autonomia intelectual.

Aos professores e colegas do Mestrado em Educação, pelos momentos de construção do conhecimento científico. De forma especial à professora Wilma Porto, pela sensibilidade e motivação a busca do conhecimento. E Hamilcar, interlocutor sagaz, qualificado e leitor atento no processo de elaboração desta dissertação. Sua solidariedade motivou-me a seguir em frente.

A Catarina Nascimento e Maria Elisa Cruz, pelos momentos de diálogo sobre as nossas pesquisas referentes aos Movimentos Sociais em Sergipe.

O apoio institucional do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP), principalmente à abertura de Jeane, Gislane e Maria Mota em facilitar o acesso às fontes documentais necessárias à elaboração desta pesquisa. Como também os participantes do Conselho Político, os sócios e educadores do Centro.

Aos participantes das entrevistas, principalmente àqueles(as) que fizeram parte da fundação do CESEP (Maria Luiza de Souza, Edinilson, Trindade, Raimundo, Zezito e Wanderley). Aos educadores de outras organizações, e que já fizeram parte do Centro (Normando, Lise Guimarães, Juliano).

Aos educadores e educadoras que com competência científica desenvolvem práticas educativas nas escolas públicas deste país, tendo em vista a emancipação intelectual e moral das crianças, jovens e adultos da classe trabalhadora, resistindo ativamente ao modelo de educação excludente.

A Afonso Celso Scocuglia, estudioso e pesquisador cuidadoso da obra de Paulo Freire, por ter aceitado estar presente neste momento importante na minha formação. O conheci no XVIII ENPe (Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia) em João Pessoa, quando tive a oportunidade de coordenar a mesa, como membro da Executiva Nacional. Nessa ocasião Scocuglia proferiu palestra e lançou o livro “A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise dos Paradigmas”.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
INTRODUÇÃO	1
1 Apresentação	1
2 Delimitação do Problema / Justificativa	2
3 Objetivos	6
4 Questões a Investigar	6
5 Caracterização Metodológica	6
CAPÍTULO I – GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE ATUAL	9
1.1 Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho	9
1.2 As ONGs no Contexto da Globalização	20
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CESEP	43
2.1 A Origem do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP)	43
2.2 Os Princípios Políticos do CESEP	48
CAPÍTULO III – AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO CESEP	56
3.1 O Contexto Sócio Econômico em Sergipe	56
3.2 Os Processos Formativos do CESEP	61
3.3 Assessoria AMABA/MDP	85
CAPÍTULO IV – UM OLHAR INSTITUCIONAL	101
4.1 Natureza Institucional do CESEP	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	144

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: I ENCONTRO DOS MOVIMENTOS POPULARES – NOVEMBRO/87 (SURGEM AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO CESEP)	45
FIGURA 2: REUNIÃO NA PRIMEIRA SEDE DO CESEP	47
FIGURA 3: ATIVIDADES FORMATIVAS PROMOVIDAS PELO CESEP	65
FIGURA 4: ATIVIDADES FORMATIVAS PROMOVIDAS PELO CESEP	66
FIGURA 5: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARLAMENTO LATINOAMERICANO – 06-08/05/1996 – MEC/IBEAC – LANÇAMENTO DO LIVRO AUTOBIOGRÁFICO DE PAULO FREIRE	85
FIGURA 6: CURSO DE CAPOEIRA PROMOVIDO PELA AMABA	90
FIGURA 7: CURSO DE ALFABETIZAÇÃO PROMOVIDO PELA AMABA	90
FIGURA 8: ENTIDADES AVALIAM PASSEATA (CONTRA A VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DE MENORES – PARTICIPAÇÃO DO AMABA E DO CESEP)	105
FIGURA 9: SEMINÁRIO “CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA”	108
FIGURA 10: CRIAÇÃO DA CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES	114
FIGURA 11: OFICINA DE PRODUÇÃO DE VÍDEO	117

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular

AEC – Associação de Educadores Cristãos

AMABA – Associação de Moradores Amigos do Bairro América

AMASC – Associação de Moradores Amigos do Siqueira Campos

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Popular e Sindical.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CDDH – Centro de Defesa de Direitos Humanos

CDJBC – Centro Dom José Brandão de Castro

CEADe – Centro Ecumênico de Apoio e Desenvolvimento

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular

CENAP – Centro Nordeste de Animação Popular

CESE – Centro Ecumênico de Serviços

CESEP – Centro Sergipano de Educação Popular

CMBA – Conselho de Moradores do Bairro América

CMP – Central dos Movimentos Populares

CNEC – Campanha Nacional de Escolas de Comunidade

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores

CULTART – Centro de Cultura e Arte

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DC – Desenvolvimento e Comunidade

DEPEA – Departamento de Pesquisas, Estudos e Análises

EQUIP – Escola Quilombo de Palmares

FAMA – Federação de Associação de Moradores de Aracaju

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores Estadual do Rio de Janeiro

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDESE – Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe

FVM – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GATT – Convênio Geral de Tarifas e Comércio

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História Sociedade e Educação no Brasil

IESAP – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MDP – Movimento de Defesa da Prainha

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MNI – Movimento Negro Independente

MNMMR – Movimento Nacional de meninos e Meninas de Rua

MOPEC – Movimento Popular Ecológico

NPSE – Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SACI – Sociedade Afro e Cidadania

SEEF – Secretaria de Estado de Economia e Finanças

SEHABS – Secretaria do Estado de Habitação e Saneamento

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

RESUMO

O presente trabalho analisa os Princípios Políticos e a Prática Educativa do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP) no período compreendido entre 1988 e 1998, bem como sua natureza institucional, seu papel sociopolítico de formação dos movimentos sociais em Sergipe e de assessoria a esses movimentos. Interpreta os Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho como categorias explicativas desse objeto investigado. A pesquisa enfoca os processos formativos desenvolvidos nos programas educacionais dessa ONG. Para tanto parte da interpretação das ONGs no contexto da globalização, destacando que na América Latina, no Brasil e especificamente, no Nordeste o apogeu do neoliberalismo na década de 1990 determinou as formas de políticas sociais. O trabalho segue os princípios da Ciência da História, e está calcado nos moldes da Pedagogia Histórico-crítica. Concluiu-se que, o CESEP revela-se uma instituição sintonizada com o ideário neoliberal, no que se refere à inserção do Centro no movimento global das ONGs. Não obstante, apresenta avanços em direção à transmissão de uma "educação para a cidadania", ainda que baseada na concepção de direitos sociais nos moldes liberais.

ABSTRACT

This study analyses the Political Principles and the Educational Practice of *Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP)* from 1988 to 1998. As well as its institutional nature, its social political role of formation of social movements in Sergipe, and of support for these movements. It interprets the Social Movements, Social Class and Work as explanatory categories for the investigated object. The research focuses on the formative processes developed in the educational programs of this NGO's. In order to accomplish this, it starts with the interpretation of the NGO's in the context of globalization, emphasising that in Latin America, Brazil, and especially in the Northeast, the apogee of the neo-liberalism, in the 1990's, determined the new ways of social policies. The work follows the principles of Historical Science in the patterns of Critical-Historical Pedagogy. The conclusion is that CESEP reveals itself as an institution in tune with the neo-liberalism precepts when it comes to its insertion in the global movement proper to the NGO's, moreover, it presents advances towards the transmission of an "Education towards Citizenship", although it is still based on concepts of social rights in the liberal patterns.

INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa analisa os princípios políticos e a prática educativa do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP), ONG sergipana que desde 1988 desenvolveu processos formativos como encontros, assessorias, pesquisas, junto aos movimentos sociais em Sergipe. É sócia da (EQUIP – Escola de Quilombo de Palmares/PE) e filiada à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Durante os 15 anos de existência já desenvolveu diversas práticas educativas, promoveu e obteve uma diversificada produção de conhecimento.

As minhas inquietações sobre a problemática das ONGs, especificamente do trabalho educativo do CESEP com os Movimentos Sociais em Sergipe foram importantes para a busca de entendimento dos pressupostos desse objeto de pesquisa. No curso de Pedagogia foram desenvolvidos estudos nessa área, quando percebi que a pesquisa sobre as ONGs no Brasil, e em particular em Sergipe é muito recente no campo acadêmico, visto que essas organizações têm pouca duração de existência, constituindo assim um desafio para os pesquisadores das Ciências Humanas.

Outro fator importante na formação acadêmica foi à participação, enquanto bolsista de iniciação científica do (CNPq) no Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação NPSE, situado no Depto de Ciências Sociais e vinculado ao Mestrado em Educação da UFS nas atividades de pesquisa, especificamente desenvolvendo o Projeto de Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação do Estado de Sergipe. Essas atividades contribuíram para o aprendizado no trato da pesquisa com fontes documentais.

Ademais, quando iniciamos o curso de Mestrado em Educação no Programa de Pós - Graduação da Universidade Federal de Sergipe compreendemos a exigência da reflexão metódica necessária a investigação do objeto investigado. Ao participar de atividades realizadas pelo NPSE, assim como em seminários, e outros eventos a nível regional e nacional organizados pelo “Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), tivemos a oportunidade de compreender melhor o fenômeno das ONGs, haja vista as questões investigativas abordadas no âmbito das Ciências Humanas.

3 OBJETIVOS

O trabalho aqui empreendido verifica a natureza institucional das ONGs no Brasil nas décadas de oitenta e noventa, inseridas no cenário da globalização. Nessa direção elegemos o Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP): seus princípios políticos, sua prática educativa e sua natureza sócio-política como objetivo de interesse da pesquisa.

4 QUESTÕES A INVESTIGAR

Diante dos objetivos propostos algumas questões remetem a importância da investigação:

Os Princípios Políticos do Centro Sergipano de Educação Popular objetivaram-se em práticas efetivas?

O CESEP contribuiu para o fortalecimento dos movimentos populares em Sergipe? Em que direção sócio política?

Qual o fundamento teórico da prática educativa do CESEP?

5. CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA METODOLÓGICA.

Para esclarecer o aspecto metodológico, trabalhamos na perspectiva da Ciência da História, com destaque para a herança clássica do pensamento científico moderno. Tendo em vista este pressuposto, será destacado o método dialético. Marx utiliza os seguintes termos para ilustrar esse método:

Parece mais correto começar com o real e o concreto, com o pressuposto efetivo; assim, pois, por exemplo, na economia, pela população, que é a base e o sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, este método será falso. A população é uma abstração se deixar de lado às classes que a compõem. Se começasse pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente cada vez mais, a conceito mais simples. Chegado a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas... Diferente de Hegel, que concebe o real como resultado do pensamento que se concentra; o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta... Para a consciência o movimento das categorias aparece como verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo... Não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo... No método também teórico da economia política o objeto - a sociedade - paira como

pressuposição diante da representação. Neste sentido as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo, correspondem ao processo histórico real⁸.

Dessa perspectiva Saviani (1995) ao analisar a educação brasileira observa que “até 1969 o problema da dialética da educação não se havia colocado ainda no Brasil de forma explícita e sistemática. Só em 1979 é que a abordagem dialética vai se configurar a nível nacional com os trabalhos de teses de doutorado”. Assim identifica que a abordagem dialética ficou conhecida como Histórico-Crítica, onde procurava reter o caráter crítico de articulação com os condicionamentos sociais, vinculados ao movimento histórico da sociedade⁹.

Os procedimentos metodológicos serão desenvolvidos, tendo em vista o estudo de caso. Segundo Jean de Bruyne (1991) um grande número de pesquisas está fundado no estudo em profundidade de casos particulares, empreendida numa única ou em algumas organizações reais. O estudo de caso reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vista a apreender a totalidade de uma situação. Por isso recorre a técnicas de coleta de informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos). O estudo de caso em sua particularidade, só pode aspirar à cientificidade integrada num processo de pesquisa global onde o papel da teoria não é deformado, onde a crítica epistemológica dos problemas e dos conceitos não é negligenciada¹⁰.

Neste sentido a análise das fontes documentais é expressa por Tereza Luporini (1997). Para ela documento “é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico, pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista, o jornal, o relatório, o processo, o dossiê etc., enfim tudo que seja produzido pela atividade humana¹¹”.

Portanto, os procedimentos de pesquisa desse trabalho tiveram como referência à análise das fontes documentais orais e escritas existentes no CESEP: o arquivo, as atas das reuniões do conselho político, das assembléias gerais, os projetos institucionais, os relatórios dos encontros o folheto Bilhetim, e a revista Movimentos, assim como as entrevistas com alguns membros que vivenciaram os processos formativos desta entidade e também foram parte integrante do conselho político e da Coordenação dos Programas, assim como algumas lideranças dos movimentos populares assessorados.

⁸ MARX, K Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo Série Novas Edições.Ed. Ltda Martins Fontes.

⁹ SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica, p.83.

¹⁰ BRUYNE, J. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais, 1991, p. 225.

¹¹ LUPORINI, T. Catálogo de fontes da educação brasileira. 1997.

CAPITULO I – GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE ATUAL

1.1 Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho.

A análise das categorias possibilita a melhor compreensão do objeto investigado. Nesse sentido o estudo sobre Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho é importante para evidenciar o objeto dessa investigação e a dinâmica social no contexto pesquisado.

Maria da Glória Gohn (1997)¹² observa que a aplicação da teoria do sociólogo inglês Talcott Parsons dos movimentos sociais deu origem à abordagem funcionalista na Sociologia.

Florestan Fernandes (1967) ao analisar as elaborações de Robert Merton e Talcott Parsons observa que a manipulação da noção de função na sociologia precisa ser ajustada ao ritmo próprio do funcionamento da vida social e ao ritmo de mudança inerente a continuidade existencial das sociedades humanas. Ele mostra que:

A estabilidade ou a instabilidade social depende fundamentalmente: 1º) da integração funcional dos elementos componentes do sistema social, quanto à complexidade, à reversibilidade e à plasticidade das polarizações funcionais; 2º) da rapidez e eficiência com que operam os mecanismos que produzem a reintegração funcional dos sistemas sociais em face das modificações críticas da ordem social.

Relativo a colocação acima, Fernandes (1967:263) interpreta que:

sob este prisma, o problema da mudança social se coloca de forma totalmente nova, pois, passa a ser encarado, seja como uma condição da continuidade social (organizações em que o equilíbrio social interno é instável e dá origem a mecanismo de alteração da ordem social, que operam continuamente); seja como uma fase perigosa para a continuidade existencial da sociedade como um todo (organizações em que o equilíbrio social tende para um padrão estável, mas não podem suportar a operação contínua de mecanismos de alteração da ordem social)¹³.

Essa análise permite identificar os Movimentos Sociais como movimentos que buscam as mudanças sociais a fim de dar continuidade à ordem social vigente. As mudanças

¹² Ibid, p. 10.

¹³ FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológicas, p. 186.

acontecem para legitimar o que já está estabelecido, para evitar transformações radicais nas estruturas e relações sociais.

Outras abordagens interpretativas foram trabalhadas na literatura sobre Movimentos Sociais no Brasil. O estudo aqui empreendido destaca o trabalho de Telma Guimarães de Miranda, pois a mesma fez uma análise abrangente desse material. Nesse sentido a análise feita aqui, busca interpretar a crítica que ela faz dos enfoques: Estrutural Marxista, Centrado na Cultura Política e Centrado na Ação Coletiva. Destacamos que sua análise dos fundamentos da Sociologia Crítica em Florestan Fernandes, tendo como referência à teoria marxiana é o que ela traz de importante, pois permite compreender os movimentos sociais de forma mais aprofundada, levando em consideração a realidade em sua totalidade.

Sobre o enfoque estrutural marxista, Miranda (1997) observa que M. Castells vê as classes sociais nos movimentos reivindicativos urbanos como uma heterogeneidade de categorias profissionais, desempregados e pessoas com ocupações diversificadas, cuja unidade não é dada pelas relações de trabalho, mas pelos problemas que enfrentam juntos na esfera da moradia. Desta forma a categoria básica de análise, apesar de situarem a luta reivindicativa como uma luta política de caráter de classe, é a de moradores.

Após explicitar os principais fundamentos dos autores brasileiros que tiveram influência de Manuel Castells a autora coloca que uma das críticas aos estudos de movimentos sociais urbanos diz respeito a que se tornaram descrições detalhadas de experiências particulares, perdendo-se com isso a dimensão da totalidade e a dimensão sociológica. Nesse sentido, ganha a dimensão antropológica "o olhar de e por dentro dos movimentos".

Essa análise é importante, pois identifica a visão particularista, localiza sobre os movimentos sociais urbanos, que do ponto de vista analítico é limitada, pois não abrange as complexas relações sociais e políticas em que estes movimentos estão inseridos.

No enfoque centrado na cultura política, Miranda (1997:99) ao analisar os autores principais "Irllys Barreira e E.Thompson" argumenta que:

os movimentos sociais urbanos foram saudados pelos analistas como uma nova forma de fazer política, em um momento em que os canais tradicionais da ação política estavam fechados pela conjuntura da época. Os movimentos de bairro situados na esfera da moradia se organizaram a partir de problemáticas vivenciadas no cotidiano das classes populares e a maneira como se organizavam a partir de necessidades localizadas, como uma nova forma de aprendizagem da ação política verdadeira porque assentadas nas vivências cotidianas dos moradores. Passou-se a sobrevalorizar aquilo que as classes populares diziam e faziam como a diretriz

política em que a verdade estava mais assentada. Com o tempo perceberam-se as limitações dessa sobrevalorização¹⁴.

Nesse enfoque, centrado na cultura política, “a percepção dos indivíduos, sua subjetividade, ganha papel de destaque. A consciência aparece como fragmentada, alienada, porém orientadora do curso das ações coletivas. Essas são, por si mesmas, vistas como portadoras do germe da nova sociedade. As formas de consciência a respeito das desigualdades são mais provenientes dos conflitos vividos no âmbito da moradia, do que através do processo produtivo. O morador como usuário dos serviços coletivos humanos, vivendo problemáticas comuns e enfrentando-as de maneira coletiva, apresenta maior potencialidade de constituir uma identidade de classe do que através de sua experiência de trabalhador, vivenciando realidades e situações diferenciadas. Nesse sentido Miranda (1997) constata que “os autores que embasam o enfoque dos movimentos sociais centrados na cultura política, apesar de guardarem uma referência com a tradição marxista, apresentam uma leitura bastante diferenciada da teoria marxiana, visto que não levam em consideração o modo de produção capitalista”.

O enfoque centrado na Ação Coletiva aparece, por volta de 1983 na bibliografia cuja ênfase centra-se na ação coletiva. Renato Raul Boschi e Ruth Cardoso são os expoentes mais significativos desse enfoque.

Após a análise destes dois autores, Miranda (1997) esclarece que uma das características centrais desse enfoque está em procurar quebrar o mecanismo de algumas análises marxistas que só reconheciam como agente de transformação histórica, a classe operária. Ao contrário, trabalha com a heterogeneidade de concepções como, moradores, classes populares ou mais genericamente, os pobres, o povo, etc. Isto porque a base de classe dos movimentos é heterogênea. Compõe-se dos setores de baixa renda que inclui tanto operários como ambulantes, biscateiros, empregados do comércio e de todos os ramos de serviços, pequenos comerciantes e funcionários públicos. O critério para a mobilização é o problema vivenciado na esfera da moradia, o que exclui a análise de classes sociais.

Miranda (1997) destaca que “na medida que fazemos uma síntese provisória global, ousamos acreditar que damos uma contribuição original ao tratamento dos movimentos sociais na perspectiva marxista”¹⁵. É nessa perspectiva que este trabalho vai analisar os

¹⁴ MIRANDA, T. G. Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995, p. 207.

¹⁵ MIRANDA, T. G. op. cit. v.2, p. 385.

movimentos sociais, pois permite identificar os movimentos sociais no âmbito das lutas sociais, que vai além do viés simplista, localizado, já identificado nessa análise.

Miranda (1997) localiza o sentido primeiro da bibliografia brasileira de movimentos sociais, na escola (instituição) que parece a responsável pela formação da maioria dos cientistas sociais que trabalham na sua tese, ou seja, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Sua tese, neste sentido, constitui-se uma referência fundamental para a compreensão dos estudos dos movimentos sociais no Brasil. Contudo neste trabalho nos limitamos à contribuição da análise marxiana, tendo em Florestan Fernandes seu principal representante.

É o ponto de vista sociológico crítico que a autora toma como fundamental, para radicar em Florestan Fernandes a origem das influências sobre os modos de pensar dos sociólogos que, a partir de 1977, trabalham a temática dos movimentos sociais no Brasil. Mostra que a principal conotação teórica da obra de Florestan é dada pela ênfase nas forças e relações sociais:

Em toda sua produção sociológica, Florestan Fernandes sempre considera as forças sociais e suas relações referidas ao econômico, ao político e ao cultural. Variam os enfoques adotados e, conseqüentemente, a relevância analítica atribuída às forças sociais. Variam também as dimensões que são privilegiadas dependendo do objeto do estudo. Quando, porém, Florestan Fernandes teoriza o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente traz as classes sociais para o centro de sua formulação teórica, conferindo a elas um papel decisivo.

Limoeiro Cardoso afirma que já em 1960, Florestan apontava para a necessidade da inclusão das classes sociais no esquema analítico. Com isso Florestan Fernandes quer dizer que o desenvolvimento é construído pelos homens, dependendo, pois, de sua consciência social. Para Florestan, a consciência é pensada em termos das classes sociais a que as pessoas pertencem. As classes sociais, para ele, diferenciam-se por seus interesses.... O que motiva a aglutinação dos moradores em movimentos sociais, é a consciência das carências relativas a elementos vitais dos quais os moradores dos bairros periféricos são excluídos Comparando a sua situação com a de outras classes e com o progresso da cidade como um todo, sentem-se excluídos e com direito de reivindicarem para obterem melhorias em sua qualidade de vida.

Isso motiva a organização e a deflagração de ações reivindicativas, dando conteúdo aos movimentos sociais das classes populares.¹⁶

Em consonância com as interpretações de Florestan Fernandes Miranda (1997) aponta três autores que tiveram influência direta dele: Luis Pereira, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Aqui destaco o estudo de Octávio Ianni, pois interpreta os movimentos sociais levando em conta a historicidade e as lutas sociais em que os mesmos estão inseridos. Outro aspecto importante é a sua visão positiva da totalidade social, o seu sentido civilizatório de uma nova natureza societária, que é presente nos seus textos e argumentos ainda hoje.

Para Ianni (1988) em “Dialética & Capitalismo” citado por Miranda (1997) a teoria marxista é uma teoria crítica radical da sociedade capitalista. O pensamento de Marx é comprometido com a realidade no sentido de conhece-la para transformá-la. As análises buscam desvendar o objeto, seja ele fato, situação ou acontecimento, demonstrando que ele é sempre relação, um modo de relacionamento social. Trata-se de ir ao fundo das relações, de submeter toda interpretação anterior à análise, de apanhar as representações ideológicas construídas sobre o objeto para, a partir daí, conhecer a sua tessitura íntima as relações sociais que a expressam. Nesse sentido, a interpretação dialética é uma reflexão crítica.¹⁷

Outro aspecto importante da teoria marxista para análise dos movimentos sociais, encontra-se no conceito de historicidade. Ianni (1988) ressalta que a historicidade do regime capitalista não é aquela que aparece na sucessão temporal, ou cronológica, dos acontecimentos, relações, processos ou estruturas. A historicidade do objeto, na análise dialética, é dada pelo jogo dos antagonismos produzidos no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Miranda (1997: 477) tendo em vista as análises desse autor afirma:

a bibliografia brasileira de movimentos sociais salvo raríssimas exceções, não faz referência aos determinantes estruturais que condicionam e tornam as lutas sociais incapazes de provocar alterações nas desigualdades existentes e que são fruto da forma como o capitalismo aqui se desenvolve. Quando potencializam os efeitos dos movimentos, está presente o viés analítico de esquecerem da estrutura social vigente.

Neste sentido destaca que “via de regra, a bibliografia dos movimentos sociais no Brasil não apreende a historicidade da formação e do desenvolvimento das lutas sociais,

¹⁶ CARDOSO, M. L. Apud. Ibid. p. 411.

¹⁷ IANNI, O. Dialética & Capitalismo. Apud. Ibidem, p. 473.

limitando-se a aparência de suas relações constitutivas. A falta de vinculação, em âmbito interno, entre práticas de ação coletiva e estrutura sócio-econômica, e, em âmbito interno-externo, entre formações sociais dependentes e divisão internacional do trabalho, são limites claros explorados na bibliografia estudada e responsáveis pela perda de uma dimensão essencial da história: a omissão da historicidade.

Deste ponto de vista, o trabalho aqui empreendido expressa que o sentido da historicidade está posto neste capítulo quando será interpretada a Globalização; o desenvolvimento histórico do capitalismo global e suas características.

A análise sobre a categoria Classe Social permite a compreensão da atualidade. Karl Marx ao examinar as classes sociais teve como objeto investigativo às relações de produção na Inglaterra. Ele faz a seguinte análise “quanto mais a indústria Moderna e a concorrência se desenvolvem, tanto mais elementos há que provocam as coalizões, e logo que as coalizões tornaram-se um fato econômico, não podem tardar a tornar-se um fato legal”.

Nesta obra é evidenciado o sentido de classe no desenvolvimento histórico do capitalismo Marx diz que:

Apesar de uns e de outros, apesar dos manuais e utopias; as coalizões não cessaram um instante de marchar e de crescer com o desenvolvimento e o engrandecimento da indústria moderna. Isto chegou agora a tal ponto que o grau a que chegou na hierarquia do mercado do universo. A Inglaterra, onde a indústria atingiu o mais alto grau do desenvolvimento, tem as coalizões mais vastas e mais bem organizadas(...) É sob a forma de coalizões que sempre se realizam as primeiras tentativas dos trabalhadores para se associarem entre si. A grande indústria aglomera num local uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. Mas a manutenção dos salários este interesse comum que tem contra o seu patrão, reúnem-se num mesmo pensamento de resistência – coalizão. Assim a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência foi apenas à manutenção dos salários, à medida que os capitalistas, por seu turno se reúnem num pensamento de repressão, as coalizões, primeiro isoladas, formam-se em grupos e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais necessárias para elas que a do salário. Isto é de tal modo verdadeiro que os economistas ingleses sempre se espantaram ao verem os operários sacrificarem uma boa parte do salário em favor das associações que, aos olhos destes economistas, só são estabelecidas em favor dos salários. Nesta luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha vitoriosa. Uma vez chegada a este ponto, a associação toma um caráter político.¹⁸

¹⁸ MARX, K. Miséria da Filosofia. Resposta à filosofia da miséria do Sr Proudhon. Lisboa. Edições Avante. Biblioteca do Marxismo-Leninismo, p. 152.

A obra acima mencionada evidencia o antagonismo de classe. Marx (1991:153) afirma que:

as condições econômicas tinham primeiro transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim para esta massa já é uma classe face ao capital, mas ainda não para si mesma. Na luta, de que assinalamos apenas algumas fases, esta massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe a classe é uma luta política.

Ele mostra que:

uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo das classes. A libertação da classe oprimida implica, portanto, necessariamente a criação de uma sociedade nova (...) A condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de qualquer classe, tal como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa foi à abolição de todos os estados e de todas as ordens. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe a classe, luta que levada a sua mais alta expressão, é uma revolução total.

A compreensão deste pressuposto marxiano nem sempre é entendido na sua totalidade. A análise de caráter de classe representa uma significativa contribuição da teoria marxiana contemporânea. Para compreender melhor a objetividade desta categoria, no sentido de superar algumas interpretações pós-modernas reducionistas é fundamental a análise de Fredric Jameson (1997), para identificar os proletários dos dias atuais. Segundo ele,

As representações da categoria grupo são acima de tudo, antropomórficas, diferentemente da representação da categoria classes sociais, nos dão a entender que o mundo social é totalmente dividido até o ultimo segmento por seus atores coletivos e representantes alegóricos. Os paradoxos representacionais inerentes a qualquer narrativa cuja categoria fundamental seja o grupo pós-moderno podem ser articulados como se segue: uma vez que as ideologias dos grupos surgem juntamente com a morte do sujeito; na era do feminismo, a estética do fragmentário – a consequência será que estes novos personagens coletivos, não podem mais por definição, ser sujeitos da história. No entanto Marx, na introdução da crítica da filosofia do direito, em um notável salto filosófico descobriu exatamente este novo sujeito – o proletariado. A formulação do jovem Marx foi então mantida para designar os sujeitos marginalizados da nossa época: os negros, as mulheres, os estudantes, os desempregados e excluídos do Terceiro Mundo.¹⁹

¹⁹ JAMESON, F. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio, p.323.

Esta análise é fundamental, pois possibilita perceber que a fragmentação das práticas dos movimentos sociais é um desafio a ser superado além da perspectiva pós-moderna; para as ONGs que assessoram estes movimentos. Esse aspecto tem consonância com as ONGs que tiveram origem nas articulações do movimento popular e sindical na década de 80, como o CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular) e a EQUIP (Escola Quilombo dos Palmares), as quais serão analisadas no decorrer desse trabalho.

A categoria trabalho torna-se fundamental na análise aqui empreendida. Nos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" Marx traz uma análise importante sobre a alienação que o trabalho provoca no trabalhador. Constata que,

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e deveras, na mesma proporção em que produz bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser alienado, como uma força independente do produtor. Portanto o trabalhador é relacionado com o produto de seu trabalho como um objeto alienado (...) o trabalho produz inteligência, porém também estupidez e cretinice para os trabalhadores.²⁰

Partindo do pressuposto que as lideranças dos movimentos populares são trabalhadores e que pertencem à classe trabalhadora, a qual passa pelo processo cada vez maior de exploração e exclusão; essa reflexão é fundamental para compreender, por exemplo, porque essas lideranças passam também por processos de alienação e não conseguem compreender a totalidade do processo revolucionário da sua prática educativa. Assim requer cada vez mais a compreensão dos movimentos sociais, no sentido da formação política constante dos seus militantes, bem como desenvolver processos democráticos radicais, que supere esta alienação do trabalho, visto que os movimentos sociais correm o risco também de se tornarem produtores da alienação dos próprios militantes.

Em se tratando da categoria Trabalho, esta análise não pode deixar de levar em consideração a discussão sobre a centralidade da categoria sociológica Trabalho.

Claus Offe representa, entre os pós-modernos o mais enfático nesta análise. Para este autor, o declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho pode ser confirmado com um breve exame das preocupações temáticas das hipóteses mais ou menos tácitas dos pontos

²⁰ MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: E. Fromm. Conceito marxista do homem, p.90-2.

de vista relevantes que governam a ciência social contemporânea. Argumenta que a partir deste ponto de observação é possível encontrar amplas evidências de que a posição do trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são tratadas como o princípio básico da organização das estruturas sociais.

A pesquisa sociológica da vida cotidiana e do “mundo vivido” também representa um rompimento com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Do ponto de vista concreto, sintomas de heterogeneidade crescente colocam em dúvida se o trabalho assalariado dependente enquanto tal pode ainda ter um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses e atitudes sociais e políticas. Esses sintomas levantam a possibilidade de o trabalho, em certo sentido, ter-se tornado “abstrato”, de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para explicar as estruturas sociais, os conflitos e a ação.²¹

Quando Offe (1991: 82) tece suas argumentações a favor do setor de serviços, observa que o crescimento do trabalho mediador, regulador, ordenador e normalizante desempenhado no setor de serviços certamente não pode ser interpretado através de um modelo de uma “totalização” da racionalidade do trabalho baseada na produção técnica organizacional economicamente eficiente de mercadorias pelos trabalhadores assalariados (...) A ambivalência e a independência desse tipo de trabalho social resulta do fato de ele ser um “corpo estranho indispensável”. Como um agente da sintetização consciente dos sistemas e processos sociais, o trabalhador da “nova classe” de serviços desafia e questiona a sociedade do trabalho”.

Estes argumentos de Claus Offe pontuam claramente o debate sobre a categoria Trabalho, no sentido da superação dos pressupostos marxianos, no entanto a análise aqui proposta explicita o contrário destes argumentos, pois acredita que os pressupostos marxianos estão fundamentalmente presentes na sociedade atual, principalmente quando sua análise é feita na sua totalidade.

Para evidenciar a crítica as argumentações de Claus Offe abordaremos os argumentos de Ricardo Antunes (1995). Esse autor inicia sua crítica com os seguintes termos, observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas

²¹ OFFE, C. Capitalismo desorganizado, p. 71-81.

industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento do setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado.

O mais brutal resultado destas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Entretanto, deve-se afirmar que a constatação do crescimento do setor de serviços não nos deve levar à aceitação da tese das sociedades pós-industriais, pós-capitalistas, uma vez que se mantém, pelo menos indiretamente, o caráter improdutivo, no sentido da produção global capitalista, da maioria dos serviços. Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônomo; ao contrário, o setor de serviço permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais valia nos mercados mundiais.²²

Nesta direção o autor então, afirma por fim, há ainda uma outra consequência muito importante, no interior da classe trabalhadora, que tem uma dupla direção: paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação.

Tecendo argumento para sustentar a possibilidade da mudança desta lógica, Antunes (ob.cit, p.52) traz as considerações relativas ao desenvolvimento da potencialidade dos indivíduos, cuja interpretação das obras de Karl Marx é ilustrativa. Assim Antunes destaca “em geral, redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação artística, científica etc, dos indivíduos graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos”. Partindo dessa argumentação, o tempo livre, bem como as condições materiais necessárias à sobrevivência da classe trabalhadora são fatores fundantes na formação desta mesma classe, contudo como é organizado o capitalismo contemporâneo, continua tendo privilégio um pequeno grupo que controla o mercado mundial e favorece a exploração da classe trabalhadora, e uma grande parte dos excluídos socialmente, devido ao desemprego estrutural. Para superar esta lógica do capital torna-se importante lutar pela

²² ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? p. 51.

ampliação do trabalho vivo, possibilitando desta maneira a emancipação cultural e social da grande maioria da sociedade; além de possibilitar o máximo possível o acesso dos bens materiais e culturais à classe trabalhadora/excluída, no sentido de propiciar o desenvolvimento de sua capacidade crítica de pensar e intervir no mundo. Esta tarefa não é simples na sociedade global em que vivemos, seduzida pela lógica do mercado. (grifo nosso).

Nesta perspectiva Ricardo Antunes (1995: 56) adverte:

portanto a tendência apontada por Marx – cuja efetivação plena supõe a ruptura em relação à lógica do capital – deixa evidenciado que, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. Segundo o autor complexificou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho informal, temporário e parcial. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe que vive do trabalho.

Paolo Nosella (1989) contribui nessa análise, mostrando que a abordagem da categoria trabalho pelo método histórico dialético, nega de saída que se trata de uma concepção historicamente homogênea, isto é, a noção de trabalho não é uma vaga idéia que se aplica indistintamente, a qualquer atividade que o homem faz para sobreviver. A história, pelo contrário, força a diferenciar e qualificar, ao longo dos séculos, as diferentes formas e concepções de trabalho humano. Assim ele constata o seguinte:

Na idade média o trabalho humano era concebido como estigma fatal e castigo. A partir dos séculos XV e XVI o trabalho exige do homem cada vez menos habilidades das mãos, e cada vez mais a livre disponibilidade do corpo, ou seja, é a *poiésis* grega, o *Labor*. Contudo, a partir do século XVIII os operários começam a perceber que a máquina não estava tão a favor do trabalhador. Perceberam os trabalhadores que as máquinas tinham vínculos e compromissos políticos com o capital e, por causa disso, acabavam sendo hostis a eles. A partir de Marx, há uma nova compreensão científica de que a relação produtiva é sempre relação humana e política, subverte, portanto toda explicação tecnicista mecânica, funcional da relação de trabalho e supera o conceito burguês do trabalho. Nessa perspectiva, a nova concepção de trabalho dos séculos XIX e XX; na forma como a classe trabalhadora a elaborou, é essencialmente o conjunto das atividades sociais, marcadas pela

superação da divisão entre teoria e prática. Neste sentido, saber se relacionar com a máquina é, sobretudo, possuir conhecimento científico, tecnológico e político²³.

Essa análise permite superar o sentido da formação para o mercado do trabalho. Possibilita uma compreensão sobre os conhecimentos necessários ao trabalho das organizações sociais vinculadas à classe trabalhadora. Assim, torna-se um desafio a essas organizações, diante das suas limitações a lógica do capital internacional.

Aqui remete a análise de uma das organizações sociais que desenvolvem processos formativos, junto aos movimentos sociais – ONGs – Organizações Não Governamentais, a qual será analisada posteriormente.

1.2 As ONGs no Contexto da Globalização

O estudo sobre a Globalização é importante para a compreensão atual da sociedade, bem como para o objeto desse trabalho. Assim, além de evidenciar os elementos que compõem a sociedade global, interpretaremos as ONGs no contexto da globalização. Queremos ressaltar que o fenômeno da globalização atinge hoje praticamente todas as sociedades. Analisar a globalização nos dias atuais é estar atento ao desenvolvimento histórico e social; ao desenvolvimento do capitalismo global.

O estudo aqui empreendido permite perceber que a Globalização constitui-se também numa ideologia. As ideologias são entendidas por Michael Löwy (1992) da seguinte forma:

todas elas são produtos sociais. Tem que ser analisadas em sua historicidade, no seu desenvolvimento histórico, na sua transformação histórica. Não se pode entender uma ideologia, sem ver como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, de classes sociais, etc. É a história social e econômica que nos dá a chave para compreender as transformações profundas que se deram na história, na ideologia, seja da ciência social, econômica ou política²⁴.

²³ NOSSELA, P. Trabalho e educação. In: GOMES, C. M. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador, p. 29.

²⁴ LOWY, M. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista, p. 16.

Nestes termos, este trabalho situa à crítica da ideologia da globalização, apoiado, inclusive, no pensamento de Roberto Leher (1998), que afirma:

a aceitação a crítica das noções de globalização e de revolução tecnológica-organizacional têm importantes consequências teóricas e práticas. A principal delas é a adoção da globalização como um fato econômico auto evidente, abrindo caminho para as ideologias que transformam a situação atual no fim da história. A ideologia neoliberal aparece completada e sustentada por outra dimensão da ideologia; a globalização que se pretende científica, empírica e, ironicamente isenta de ideologia. A ideologia da globalização transforma o dado empírico na manifestação de uma realidade que não é passível de transformação. Esta ideologia ideologiza a política e a economia, configurando uma situação, frente a qual parece não haver outra atitude que a aceitação total de sua lógica inexorável, sobretudo a extensão das regras do mercado e todos os planos da sociedade, até os limites do universo²⁵.

Para este autor, a globalização é o mito mais insistentemente evocado na década de 1990 para justificar a inevitabilidade das reformas estruturais. Como lembram Alain Chasnais (1996) e Paulo Nogueira Batista Júnior (1997) o termo globalização é novo, designando algumas vezes um processo muito antigo; a internacionalização e expansão do capital. Nesse sentido remonta a Cabral e Colombo. No entanto esta expressão neste momento designa, mais freqüentemente, idéias como livre mercado mundial e o fim ou enfraquecimento dos estados nacionais. Propor a globalização como ideologia não significa afirmar que ela é apenas um falseamento da realidade, algo irreal, mas que as transformações do regime de acumulação, agora em curso, não possuem as características que geralmente são imputadas.

Ao analisar o fenômeno da globalização Octávio Ianni (1999) expõe suas características. Para ele

as características da marcha da globalização incluem a internacionalização das finanças e seguros comerciais, a mudança da divisão internacional do trabalho, o vasto movimento migratório do sul para o norte e a competição ambiental que acelera esses processos. Os Estados estão sendo internacionalizados em suas estruturas internas e funções. Por toda a maior parte deste século, o papel dos Estados era concebido como o de um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de modo a garantir adequados níveis de emprego e bem estar nacionais. Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O

²⁵ LEHER, R. Da Ideologia do Desenvolvimento á Ideologia da Globalização: A Educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza, p.80.

Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional²⁶.

A Globalização, portanto, tornou-se um fenômeno mundial que justifica um corpo teórico e prático da atual hegemonia do Mercado Mundial. Neste sentido Fredric Jameson (1997:269) considera que;

A proposição de que o mercado está na natureza humana é uma proposição que não podemos deixar de questionar; na minha opinião, é o terreno de luta ideológica mais crucial na nossa época... Ele prefere chamar o mercado pelo que ele é, ou seja, um ideograma, e colocar como premissa a seu respeito o que temos que colocar como premissa de todas as ideologias. A força do conceito de mercado está, pois, em sua estrutura totalizante, ou seja, em sua capacidade de nos oferecer um modelo de totalidade social.

É também elucidativa a análise de Mello (2000) sobre o mesmo fenômeno. Para ele o fato é que nascido do dilatamento do mundo, o capitalismo sempre encarnou, desde a sua gênese, a vocação a mundialização. Sua bússola sempre apontou para os confins do planeta. Sua tendência geral (sua genética) sempre foi a de constituir todos os pontos supostos da circulação, em centros (re) produtivos dessa tendência, metamorfoseando paulatinamente, todos os quadrantes e hemisférios, oceanos e mares, num único e gigantesco mercado. Há séculos o mercado mundial tornou-se o patamar real e sobredeterminante de toda ordem de sociabilidade²⁷.

Neste sentido Mello (2000) chama a atenção para o fato de que, o Mercado Mundial é a instância básica e universal de articulação das relações não apenas entre o que denomina de “mundo desenvolvido” (países centrais) e “mundo subdesenvolvido” (países periféricos). Mas ele destaca que não há dois mercados, um capitalista e outro socialista, existe apenas um, o mercado mundial capitalista, do qual a Europa do Leste participa marginalmente – isto é, sob forma diferente (mas efetiva) daquela que envolve centro e periferia no interior do próprio sistema capitalista... Nisto infere que no mercado mundial se revelam, à superfície do real, as “aparências” do movimento do capital em geral em seu verdadeiro diâmetro de manifestação.

Ao analisar o atual desenvolvimento do capitalismo Octávio Ianni (op. cit, p.41) faz a seguinte assertiva: “podemos distinguir três formas, épocas ou ciclos de grande envergadura

²⁶ IANNI, O. A sociedade global, p. 23

²⁷ MELLO, A. F. Capitalismo e mundialização em Marx, p.69.

na história do capitalismo ainda que possam distinguir-se por suas peculiaridades, convivem e se mesclam”. Assim o autor faz a síntese do processo que se constituiu o capitalismo:

Primeiro o modo capitalista de produção organiza-se em moldes nacionais. Revolucionaria o modo de vida e trabalhos locais, regionais, feudais, comunitários, tribais ou pré capitalistas. E institui a produção de mercadorias, de valores de troca, compreendendo a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, o mercado, a mercantilização crescente das forças produtivas e relações de produção. A sociedade civil compreendendo grupos e classes, movimentos sociais e partidos, cultura e hegemonia, parece sintetizar-se no Estado. Este é o âmbito em que se manifestam inicialmente a liberdade e igualdade de proprietários formalmente organizados no contrato. A revolução burguesa – madura, tardia ou prematura – expressa a forma pela qual o capitalismo transforma, recria ou supera todas as relações sociais locais e regionais que entravam a emergência da sociedade civil. Segundo, o capitalismo organizado em bases nacionais transborda fronteiras, mares e oceanos. O comércio, a busca de matérias primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento das forças produtivas, a procura de outras e novas fontes de lucros, tudo isto institui colonialismo, imperialismos, sistemas econômicos, economias mundiais, sistemas mundiais, em geral centralizados em capitais de nações dominantes, metrópoles ou países metropolitanos. Essa é a configuração histórica do capitalismo sobre a qual Hobson, Hilferding, Bukharin, Rosa Luxemburgo e Lênin elaboraram a categoria imperialismo. E é essa mesma configuração que está sendo levada em conta por F. Braudel, I. Wallerstein e A.G. Frank, quando, respectivamente, propõem os conceitos da “economia mundial”, “sistema mundial” e ‘acumulação mundial’.

A reprodução ampliada do capital, compreendendo os processos de sua concentração e centralização, transborda fronteiras próximas e distantes, assim como mares e oceanos. Entretanto, no limite, a acumulação do capital, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção tende a localizar-se no país dominante, imperialista, central ou metropolitano. Nem por isso, no entanto, estes mesmos processos deixam de produzir uma espécie de revolução na vida de tribos, aldeias, colônias e países dependentes. Aí emergem os ingredientes de outras e novas transformações sociais: padrões e valores sócio-culturais de inspiração racional pragmática, técnicas e procedimentos mercantis, interesses e expectativas organizados de modo societário ou propriamente contratual, grupos e classes sociais constituídos com base na propriedade da força de trabalho e dos meios de produção, códigos e instituições jurídico-políticos de tipo nacional-continental.

Terceiro e último,

o capitalismo atinge uma escala propriamente global. Declinam os Estados nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam em benefício dos centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos do mercado, exigências da reprodução ampliada do capital... As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Neste contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos

sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, lingüísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades ou particularidades cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global.

Relativo ao estudo aqui empreendido sobre a sociedade global procede ao autor à análise das características que envolvem o capitalismo na sua dimensão atual. Queremos ressaltar que a mesma possibilita a percepção sobre este aspecto de forma ampla e global, superando assim a visão localizada e empirista dos fenômenos estudados.

Istvan Mészáros (2002) também enfoca esse fenômeno. Ele explicita que o desemprego crônico traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Ainda assim “a ampla intervenção em todos os níveis e todas as questões direta ou indiretamente pertinentes ao domínio do capital sobre o trabalho se fazem acompanhar da mais cínica mistificação ideológica da única forma viável de reprodução socioeconômica: a idealizada “sociedade de mercado” e as “oportunidades iguais” que supostamente uma sociedade deste tipo oferece a todos os indivíduos “²⁸.

Este autor esclarece que:

Até na parte mais privilegiada do sistema do capital o desemprego em massa, assumiu proporções crônicas, sem que a tendência a piorar tenha algum fim à vista. Somente na Europa Ocidental existem bem mais do que 20 milhões de desempregados; há pelo menos mais 16 milhões em outros países do capitalismo avançado.

Neste sentido Mészáros (2002:226) demonstra:

A estratégia fortemente idealizada da “globalização” acelera a tendência à uniformização do índice diferencial da exploração... Subjugar ou reprimir a força de trabalho, com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais -, em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional. Em seu teor essas medidas não combatem a recessão global. É impossível espremer o “poder de compra crescente” (necessário para uma “expansão saudável”) de salários que encolhem e do deteriorado padrão de vida da força de trabalho e apesar de todos os esforços e recursos da intervenção do Estado e da teoria econômica capitalista, ninguém conseguiu resolver esta contradição particular (nem os bitolados representantes implacáveis da direita radical).

²⁸ MÉSZÁROS, I. Para além do capital, p. 224.

Ele considera ainda que:

Graças a seu monopólio total dos meios e recursos da produção, o capital pode sujeitar a força de trabalho a seus imperativos – mas somente dentro dos limites de que nos aproximamos como tendência histórica. É por isso que o absurdo do preço a pagar pela permanência das condições prevalecentes não pode ser escondido para sempre debaixo das mistificações da "sociedade de mercado" idealizada. O caso é que, para se desembaraçar das dificuldades de acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o "tempo necessário de trabalho", e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em força de trabalho supérflua.

Tânia Ludmila Dias Tosta (1999) observa, em relação às mudanças no mundo do trabalho "o quadro de desemprego crescente combina-se com o intensificado processo de precarização do trabalho, a progressiva retirada de direitos, a flexibilização, a terceirização, o aumento do trabalho informal e a instituição do trabalho temporário". O desemprego, no entanto, assume nova forma, revela-se estrutural²⁹.

Outra característica importante refere-se à Divisão Internacional do Trabalho. A análise no "luxo" permite uma compreensão desse fenômeno. Para Mesários (2002) a atitude radicalmente nova em relação ao "luxo" é inerente ao modo pelo qual o capitalismo define sua relação com o valor de uso e o valor de troca, investindo contra os limites associados à produção orientada para o valor de uso, bem como contra a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo severamente limitado que é inseparável dessa produção. Assim a reabilitação prática do luxo representa um imperativo estrutural objetivo do sistema do capital na qualidade de novo regulador do sociometabolismo. As próprias práticas produtivas, que se modificaram espontaneamente, têm a prioridade histórica também sob este aspecto – que insistem na dinâmica produtiva e no caráter globalmente benéfico do "consumo de coisas supérfluas", até então moralmente condenado.

A esse respeito traz a "Fábula das Abelhas" de Bernard Mandeville para ilustrar a análise em torno do luxo:

- Multidões enchiam a fecunda colméia;
- Mas as mesmas multidões a faziam prosperar;
- Milhões empenhavam-se para alimentar

²⁹ TOSTA, T. L. D. Os destituídos do trabalho, p.187.

- A Vaidade e a Luxúria uns dos outros;
- Enquanto outros milhões eram empregados
- Para ver o feito de suas mãos destruído;
- Contudo, mobiliaram metade do universo;
- E ainda tinham mais Trabalho que Operários,
- Alguns de Bolsas grandes e poucas Dores,
- Lançaram-se a Negócios de grande Proveito;
- Alguns foram considerados à foice e a picareta;
- E a todos aqueles ofícios duros e fadigosos;
- Em que os Desgraçados de bom grado suam todos os dias
- Desgastando as Forças e os Membros para comer;
- E todos aqueles que, na Inimizade,
- Com manobras inequívocas, astuciosamente
- Convertem para o próprio Uso o Trabalho
- Do seu próximo, bondoso e imprudente, vizinho
- Foram chamados Velhacos, mas não se fale neste nome;
- Os sérios industriais eram os Mesmos.
- Todos os ofícios e lugares conheciam alguma trapaça,
- Não havia Vocação sem Fraude³⁰.

Relativo ao desenvolvimento desigual da estrutura do Capital Mészáros (2002:650) observa:

É possível que um dos lados da tendência/contratendência objetivamente interligados predomine em um país, ao passo que o outro lado prevaleça em um país diferente. Basta pensar nas extremas dificuldades, na “frugalidade” e no aperto de cinto a que foram submetidas às classes trabalhadoras brasileiras e mexicanas, entre outras, desde o esgotamento dos respectivos milagres de desenvolvimento expansionistas. Enquanto isso, os Estados Unidos em particular, e os países de capitalismo avançado do Ocidente em geral, continuam a desperdiçar enormes quantidades de recursos sob a pressão da taxa de utilização decrescente.

³⁰ MANDEVILLE, B. The fable of the bees. Apud, Ibidem, p. 644.

Para este autor

A taxa de utilização decrescente assumiu, na atualidade, uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes. Ao mesmo tempo, o imperativo de fornecer os fundos proibitivamente vastos e necessários à produção cada vez maior de desperdício afirma-se hoje, mesmo nos países capitalistas avançados, sob uma forma antes inimaginável.

Pode-se perceber pela análise aqui empreendida que a Divisão Global do Trabalho torna-se uma evidência mundial, principalmente quando a hegemonia mundial do poder econômico e político busca através de suas instituições (Banco Mundial, FMI etc) tornar o capitalismo o sistema eterno e totalizante.

A queda do Socialismo Real é outro elemento importante para a compreensão do capitalismo global, visto que um dos fatores em que essa tentativa ser uma alternativa a esse sistema não deu certo, foi que a mesma não conseguiu torná-la mundial, se entregando aos contornos burocráticos do capital mundial.

Nesse sentido Hobsbawm (1995) referindo-se ao Estado Russo destaca,

O que levou a União Soviética com rapidez crescente para o precipício foi à combinação de Glasnost, que equivalia à desintegração da autoridade; com uma Perestroika que equivalia à destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia mundial funcionar; sem oferecer qualquer alternativa, e conseqüentemente o colapso cada vez mais dramático do padrão de vida dos cidadãos... É uma ironia da história o fato de que as economias socialistas reais na Europa e da URSS tenham-se tornado as verdadeiras vítimas da crise Pós Era de Ouro da economia capitalista global. O socialismo real agora enfrentava não apenas seus próprios problemas sistêmicos insolúveis, mas também os de uma economia mundial mutante e problemática, na qual se achava cada vez mais integrado no início da década de 1990³¹.

Após a análise da sociedade global, enfocaremos a América Latina. Até o final da década de 1990, na América Latina o atraso e a destruição são marcados pelo apogeu do modelo neoliberal. Perry Anderson(1995) declara que no Chile a ditadura de Pinochet estabeleceu um programa duro: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização dos serviços públicos, mas seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor, com êxitos, políticas

³¹ HOBBSAWN, E. A era dos extremos, p.469.

neoliberais na América Latina. A Bolívia é um exemplo: os governos eleitos Paz Zamorra, quanto Chances Losada, comprovam o oposto. A lição que fica na longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiper-inflação³².

José Paulo Neto (1995:33) concorda com a idéia de que a hiper-inflação constitui um caldo de cultura que favorece o avanço neoliberal. Acrescenta que a instauração democrática na última década, na medida que não se reverteu efetivamente em melhoria das condições de vida da massa da população na América Latina, engendrou um desalento, uma desqualificação, uma desesperança tais, em face da ação política e dos espaços públicos que, acabam por ser funcionais as propostas neoliberais.

Maria Stela Santos Graciani(2001:63) considera que “o Consenso de Washington influenciou a proposta neoliberal que os governos do “grupo dos 8” insistem em exigir, para conceber cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral, para definição de políticas públicas na América Latina”. Demonstra que o resultado do Consenso de Washington após 11 anos de existência, a partir de uma pesquisa feita por uma comissão de especialistas do Fundo Corneio para a Paz Mundial e do Diálogo Interamericano, os quais denominam de Dissenso de Washington, dado que o consenso previa privatização em larga escala, liberalização comercial, desregulamentação e enxugamento do Estado e, hoje, o Consenso tem um balanço negativo de seus efetivos resultados. Segundo esta pesquisa o que se deu foi que não houve crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição de renda.

Atílio Borón (1995) destaca que “há um discurso ideológico auto incriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício... O amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminui a capacidade deste para formular e executar políticas”. Nesta região atualmente a ortodoxia dominante aconselha diminuir o Estado, liquidar suas empresas para fortalecer o setor privado da economia.

Neste sentido o autor mostra que:

No tenso clima produzido pela embriaguez neoliberal, as razoáveis iniciativas tendentes a reformar o Estado transformaram-se, como na Argentina Menemista – em uma irracional cruzada purificadora. Desejosos de provar nos fatos sua intensa

³² A virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas no México em 1988, Menem na Argentina em 1989, Carlos André Peres na Venezuela e Fujimori no Peru em 1990.

adesão aos dogmas do Consenso de Washington, em lugar de erradicar o estatismo – como deformação viciosa de uma instituição como o Estado que, na etapa atual é insubstituível – vários governos da região se entregaram à tarefa de destruí-lo. Na Argentina privatizaram as empresas públicas, amputaram desnecessariamente funções legítimas de fiscalização e controle, ao mesmo tempo em que, com seus misérrimos salários, afugentava seus mais honestos e leais servidores... Toda essa insensatez foi justificada por uma ideologia cruamente privatista³³.

A análise até aqui realizada expressa a hegemonia capitalista na sociedade global. Cabe então expressar alternativas possíveis, no sentido de perceber que no modo de produção capitalista há contradições, e que do ponto de vista dialético não podemos eternizá-lo.

Istvan Mészáros (2002) argumenta que “as alternativas socialistas dependem primariamente da capacidade dos produtores associados de transformarem sua ordem sócio-reprodutiva alternativa em um sistema verdadeiramente orgânico, cujas partes se sustentam reciprocamente”

Mészáros (op.cit, p.777) postula que “a tragédia a alternativa socialista tinha como referência à estratégia de Stalin do socialismo em um só país”. Argumentando a partir dessa assertiva ele expõe:

contra o fundo socioeconômico, dado o poder verdadeiramente isolador e mistificador do processo de reprodução material, só a consciência socialista – desde que ela se apodere das massas trabalhadoras – pode produzir um modo alternativo viável de controle da reprodução sociometabólica. Assim no projeto socialista original, a organização do trabalho fragmentado e atomizado e sua transformação em efetiva força coletiva com consciência de classe era – e continua a ser até o fim do sistema do capital – uma tarefa histórica vital.

Leandro Konder (2000) quando aborda sobre a construção do socialismo mostra que:

a substituição do homem burguês pelo homem não burguês depende da criação da sociedade não burguesa. Depende da substituição da sociedade burguesa. Depende da substituição do modo de produção capitalista por um modo de produção socialista que venha a superar as falhas e distorções verificadas nas diversas experiências socialistas realizadas até hoje. Somos desafiados a ir além dos horizontes ideológicos do homem burguês. Se não reconhecemos quanto do homem burguês há em nós, ficaremos gravemente prejudicados na nossa compreensão da dimensão da continuidade da nossa história. Não saberemos o que existe de universal das

³³ BÓRON, A. A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal, p. 78-80.

conquistas do homem burguês, nem conseguiremos aproveitar elementos dele que serão imprescindíveis para o ‘tipo humano’ capaz de substituí-lo³⁴.

Essa análise é fundamental para o objeto investigado desse trabalho, pois permite perceber que somente os processos formativos de uma instituição educacional não contribuem para o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos. Para que isso aconteça requer também a superação das necessidades materiais e que estabeleça uma relação global. As ONGs que desenvolvem trabalho educativo com os movimentos sociais enfrentam esse desafio. Cabe destacar que o CESEP está inserido nesta dinâmica e posteriormente será examinado.

Essa análise busca interpretar os principais elementos que compõem a globalização na década de 1990. Nesse sentido é ilustrativo o estudo das Organizações Não Governamentais no contexto da Globalização.

Para compreender o termo ONG é significativo buscar a sua origem. Thais Corral (1998) – destaca que o termo ONG (Organização Não Governamental), aparece pela primeira vez no Estatuto de criação da ONU em 1945. A origem do termo coincide com a trajetória que foi se delineando nos últimos 50 anos, onde cada vez mais as ONG’s foram assumindo uma vocação internacional, alcançando no final do século XX o status de atores importantes na construção de um governo global. Referente a este processo global a autora atesta que as ONG’s se desenvolveram em seu processo crescente de internacionalização, mais precisamente no contexto da série de Conferências da ONU (Organização das Nações Unidas) que ocorreu na década de 90³⁵.

O público de ONG’s destacadas por CORRAL (1998) refere-se às Organizações da Sociedade Civil – (OSCs), com fins públicos, para dirimir qualquer confusão com outro tipo de organização. A propósito esta tem sido uma preocupação freqüente manifestada pelas OSCs que transitam na arena inter e transgovernamental. Muitas organizações orientadas por interesses privados se utilizam da categoria não governamental para legitimar-se e influenciar processos de regulamentação no nível global. Para o autora podem ser delineados dois modelos de engajamento das OSCs nas conferências internacionais da ONU: o tradicional, que se traduz numa forma estruturada de “Lobby”, e o novo modelo que reflete inovação na forma de atuação da sociedade civil na construção de uma democracia global.

³⁴ KONDER, L. Os sofrimentos do homem burguês, p. 104.

³⁵ CORRAL, T. Caderno ABONG, p. 32.

No modelo tradicional do “lobby” as OSCs vão estender ao nível internacional sua atuação consolidada no nível doméstico de influenciar, alterar e reorientar a formulação de políticas. Nesse contexto, as conferências da ONU são vistas como eventos em que os governos articulam seus objetivos políticos, portanto um espaço privilegiado para influenciar a política doméstica. Uma forma de participação alternativa à do “lobby” vem sendo desenvolvida dentro do marco do conceito de governabilidade civil global, estimulada por vários fatores: colapsos dos regimes comunistas e fim da guerra fria, fim de regimes ditatoriais na América Latina e na Ásia, crise do Estado de bem estar social e modelo dos Estados desenvolvimentistas do Sul.

A consciência crescente da necessidade de governabilidade global foi avançando na medida em que se incrementaram os canais de acesso à informação globalizada, internacionalizaram-se os investimentos de capital e os mercados, e o volume de pessoas que migram de um país para o outro aumenta o contato entre os povos no mundo. A autora destaca “vale lembrar que todas as conferências realizadas na década de 90 contaram com significativos eventos paralelos, para muitas OSCs o principal foco de interesse. Nesses espaços é possível articular redes, elaborar documentos ou manifestos, influenciar mídia”. Assim a motivação para participação nas conferências por parte da grande maioria das OSCs continua sendo fortalecer as redes entre as organizações da sociedade civil. (1998:33)

Outro aspecto expresso foi que os avanços nos espaços e formatos de participação da sociedade civil no sistema ONU é percebido por muitas OSCs com certa desconfiança, uma vez que essa abertura ocorre justamente no momento de crise da instituição, que atravessa problemas econômicos e de credibilidade junto aos seus membros. Além disso, na medida em que cresça o poder das corporações transnacionais, os aspectos econômicos e financeiros da globalização predominam sobre o poder político dos Estados.

Fóruns tais como Organização Mundial para o Comércio – OMC, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as instituições Bretton Woods – Banco Mundial, FMI e BID passam a ser mais importantes do ponto de vista da construção de um suposto mecanismo mais efetivo de governabilidade. Para Corral (1998: 33)

O acesso a essas diversas instituições é diferenciado. No caso do Banco Mundial e do BID se registra aumento dos espaços do diálogo com as OSCs que são convidadas a participar da avaliação e monitoramento de projetos, sugerir e discutir prioridades de investimentos. Com a finalidade de tornar este diálogo mais proveitoso e eficiente, as OSCs tem organizados articulações específicas. Apesar destes avanços, a participação das OSCs na organização com mais impacto sobre os

aspectos financeiros e econômicos que estruturam a globalização continua sendo restrita.

Cristina Yumie Aoknoue (1997) faz algumas considerações sobre a Cooperação Internacional e as ONGs. Ela observa que

ao tentar propor algumas bases para um novo pacto de cooperação internacional no âmbito das ONG's, deve-se levar em conta primeiramente as mudanças no cenário mundial. Assim procurar entender a globalização é crucial, já que profundas transformações estão ocorrendo e tornando o mundo diferente, com novas clivagens, continuidades e descontinuidades, dinâmicas de integração e desintegração. As principais características do processo de globalização que são: a diluição dos limites entre o nacional e internacional, passagem do internacional para o transnacional; nova natureza da relação microsocial-macrossocial, sendo que este último passa a ser a sociedade planetária; a erosão parcial do Estado Nação; e a interdependência complexa-assimétrica entre os países³⁶.

Após o destaque destas características a autora observa que esse processo é impulsionado pela internacionalização da produção, globalização das finanças e seguros comerciais, mudanças na divisão internacional do trabalho, movimentos migratórios do Sul para o Norte, competição ambiental e alterações na natureza dos Estados e seus sistemas (sistema internacional).

Esses Estados, que eram concebidos como um aparato protetor das economias nacionais para garantir níveis de bem estar e empregos adequados, cada vez mais têm modificado suas prioridades no sentido de adaptar a economia nacional às exigências da economia mundial.

No âmbito internacional chama a atenção para o processo de constituição de uma nova esfera pública, resultante das lutas sociais dos anos 80 e 90. Nesse processo, é central a ascensão dos movimentos sociais e ONG's a novos patamares de ação sócio-política, em que as disputas em torno da definição e da implementação de políticas públicas passam a ocupar um lugar central. Quanto às relações internacionais, as ONG's adiantaram-se a outros setores da sociedade ao reivindicarem que essa participação da sociedade civil em relação às políticas externa e de cooperação internacional também tivesse reconhecido a sua legitimidade. A

³⁶ AOKNOUE, C. Y. Bases para um novo pacto de cooperação, p. 22.

autora ressalta que essa é também uma tendência global. Neste sentido é possível dizer que está se constituindo uma esfera pública transnacional, espaço em construção da sociedade civil planetária.

Para finalizar esse raciocínio Aoknoue (1997: 24) afirma que no final do século XX , teremos que buscar no nosso futuro próximo, mecanismos democráticos de regulação da globalização. As ONG's são atores privilegiados para contribuir nesta tarefa. De fato os ciclos de conferências das Nações Unidas (Rio 92, Viena 93, Cairo 94, Copenhague e Beijing 95 e Istambul 96) são o único exemplo de tentativa de regulação democrática do processo de globalização. E, se tal tentativa pode ser chamada de democrática, isso se deve não à participação dos Estados, mas à presença e crescente contribuição das organizações não governamentais.

Elenaldo Teixeira (2001), seguindo esta análise considera que:

a sociedade civil global emerge desse processo, não como uma estrutura, mas como conjunto de atores transnacionais (associações civis, organizações não governamentais, movimentos sociais) que tentam monitorar questões que estão fora do controle de cada nação (sistema monetário internacional, meio ambiente, novas forma de comunicação) e que buscam redefinir o papel das agências internacionais e suas relações com as instituições nacionais, organizações da sociedade civil, de forma a adotar regras e princípios democráticos. Desta forma, busca-se definir, com a noção de sociedade civil global, um conjunto de atores heterogêneos que atuam no sistema internacional em torno de alguns valores e da criação de espaços públicos em que possam debater as políticas dos organismos internacionais e rever as tendências perversas da globalização³⁷.

Outra forma de atuação mais visível das ONGs e de outros atores sociais consiste em ações coletivas de debate publico e de protestos contra as políticas do Banco Mundial, como o Foro Alternativo em Madrid (1994), em que se formularam propostas para a referida entidade:

autonomia e liberdade das mulheres, praticamente negadas pelas políticas adotadas; posição frente à globalização; anulação da dívida externa, até mesmo, abolição das instituições econômicas internacionais. Independentemente da avaliação da pertinência, justiça e realismo destas propostas, importa considerar a reação de setores organizados da sociedade que questionaram, de forma coletiva e pública, os organismos internacionais cujas políticas, em geral aceitas pelos governos sem maiores contestações, afetam toda a humanidade.

³⁷ TEIXEIRA, E. O Local e o global, p.55.

Teixeira (2001: 61) adverte os limites deste processo. Expressa que “sem minimizar a importância desses eventos e conquistas, sobretudo a de ordem política, com a afirmação da sociedade civil, inclusive nos planos global e de fortalecimento das organizações, não se pode, contudo, supervaloriza-los em termos de mudanças sociais”.

Essas análises têm a ilusão de que as ONGs são instituições capazes de transformar as relações sociais planetárias. Entretanto fazem importantes as observações de Ianni (1999:110-11). Ele argumenta que:

a soberania do cidadão apenas começa a ser pensada, codificada, se estivermos pensando na sociedade mundial. Nesta altura da história, a cidadania vigente, efetiva, indiscutível, é a da mercadoria. A mercadoria alcançou a cidadania mundial muito antes que o indivíduo. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial (BIRD) Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, e o Convênio Geral de Tarifas e Comércio (GATT), bem como as empresas transnacionais e as agências multilaterais são o gerente da mercadoria nos quatros campos do mundo. Uma cidadania cuja essência está expressa na moeda global, o dólar, e cujo idioma é o inglês, a vulgata de todo o mundo”.

Concluindo este aspecto afirma:

A cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada prometida, imaginada. As organizações governamentais multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO e outras inclusive as Organizações Não Governamentais (ONGs), pouco pode realizar de modo a concretizar a vigência dos princípios de liberdade e igualdade em escala mundial).

O estudo aqui empreendido infere que no apogeu do neoliberalismo no Brasil as ONGs são as instituições que tiveram um crescimento razoável. Cabe então analisar este fenômeno.

O estudo em torno das ONGs (Organizações Não Governamentais) no Brasil coloca problemas de cunho teórico, visto que sobre o objeto investigado não há uma sólida tradição de pesquisa. Esse trabalho, portanto enfoca enquanto problema a ser investigado, essas organizações. Nessa perspectiva faremos referência aos estudos empreendidos sobre essa área de estudo, levando em consideração a especificidade desse objeto, isto é o Centro Sergipano de Educação Popular.

Oscar Jara Holliday (1987) ao interpretar as organizações que desenvolvem trabalhos com Educação Popular observa que

a Educação Popular não é um fenômeno recente. Podemos encontrar algumas de suas raízes no amplo e complexo processo de organização operária que ocorreu na América Latina com o aparecimento e o desenvolvimento do proletariado industrial no início do século XX, especialmente no Brasil¹.

Já para Afonso Celso Scocuglia (1999) na década de 60 a educação é definitivamente atrelada às condições sociais e políticas que definiam o nacionalismo e o desenvolvimentismo brasileiro. O que até então foi tratado com uma ênfase técnica e neutra cede espaço para o entendimento da educação como algo carregado de um conteúdo político inseparável. Tal visão ficou patente, por exemplo, nos encontros nacionais de educação de adultos, especialmente no de 1958, onde se sobressaíram os documentos preparados por educadores pernambucanos e, entre eles, seu relator, Paulo Freire.

A partir daí a conotação política da prática educativa foi ganhando adeptos e numerosos grupos começaram a trabalhar no sentido de promover uma educação voltada para os interesses e as necessidades das camadas populares. Não se pode esquecer que ambigualmente, como parte do populismo em vigor, esses grupos eram conduzidos por estudantes e professores dos extratos médios da nossa sociedade. Esta situação tinha como pano de fundo, os interesses do Estado populista que pretendia se perpetuar. Contudo após o golpe militar as iniciativas de alfabetização e educação popular são perseguidas pelo governo militar.²

Os estudos destes autores apontam para a especificidade do período em que investigaram estas práticas. Para o recorte deste trabalho destacamos as décadas de 1980 e 1990 e o estudo das ONGs, principalmente da sua identidade institucional.

A esse respeito Ramalho (1996) considera que criadas em pleno período autoritário, as ONGs se readaptaram perfeitamente aos ventos democráticos que circularam pelo país com o processo de abertura política, lenta e gradual. Informa o autor que elas participaram do conjunto de ações políticas: a retomada das mobilizações sindicais, a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a campanha das “diretas já”, o processo constituinte, enfim uma

¹ HOLLIDAY, O. J. Desafio de teorizar sobre a prática para transformar, p.15.

² SCOCUGLIA, A. C. Educação popular: outros caminhos, p.103.

série de atividades políticas, que se estendem até o final dos anos 80, que pressionavam por uma crescente democratização do país³.

Ao analisar os movimentos sociais e as ONG's no Brasil Maria da Glória Gohn (1997) observa que no decorrer dos anos 80 os movimentos sociais no Brasil passaram, no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e depois para a descrença. Vários fatores contribuíram para estas mudanças, com destaque para as alterações na sistemática de políticas públicas, o crescimento enorme do associativismo institucional, o surgimento de grandes centrais sindicais, o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, e fundamentalmente, o surgimento e o crescimento da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs – Organizações Não Governamentais⁴.

Francisco de Oliveira (2000) argumenta que “a possibilidade de correção da falta de política social depende em altíssimo grau da organização dos atores sociopolíticos e da publicização de suas demandas”:

A política, pois, das ONGs empenhadas na luta contra o neoliberalismo é, sobretudo, fazer política, publicizar os conflitos, armar os interlocutores sociais de argumentos, de diagnósticos das carências, de denúncias das graves lacunas e de estudar, com o maior rigor técnico possível, para inscrever-se no próprio terreno da racionalidade instrumental do governo e da mídia e do empresário no terreno das competências, das proposições que, movidas por uma racionalidade de valores; sejam capazes de disputar os significados da política. Deve-se lhes pedir a ativação de todas as suas capacidades para fazer política⁵

Relativo à origem das ONGs no Brasil Francisco de Oliveira (2002) destaca que existe um consenso na datação do nascimento das organizações que vieram a se chamar “não governamentais” no Brasil: é no período da ditadura militar nascida do golpe de Estado de 1964, mais precisamente a partir dos anos 70, que começaram a surgir tais organizações, nem empresariais, nem estatais. A denominação é de origem norte-americana, e vem da tradição liberal. Hoje ela advém de uma definição pelo negativo, além de ter sido também adotada pelas organizações filantrópicas do novo crédito ético das empresas. Isso tem levado as ONGs cívicas a perguntarem-se insistentemente pelas suas identidades.

³ RAMALHO, J. R. ONGs da Paraíba. As ações propositivas. 1996.

⁴ GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos, p.284.

⁵ OLIVEIRA, F. de. Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. Caderno ABONG, p. 42.

O aparente paradoxo consiste na luta pelos significados, suas apropriações e ressemantizações, não é um capítulo à parte daquele que constituiu, exatamente a origem das ONGs cívicas, as quais se fundaram exatamente numa conjuntura histórica em que a riqueza dos novos significados constituiu-se o terreno privilegiado onde a ditadura foi derrotada. O autor então observa que o período de desenvolvimento econômico sob a ditadura militar só fez agravar as coisas. Acelerando ao máximo as transformações, a ditadura abriu a caixa de Pandora e não tinha meios para processar a nova complexidade trabalhada no bojo do próprio processo de diversificação econômica, da mudança da estrutura social e de uma sociabilidade em acelerada mudança simbólica. A “via passiva” era simultaneamente *conditio sine qua* da transformação acelerada.

É nesta conjuntura que nascem as ONGs “cívicas”. Elas não nasceram apenas como substituto dos partidos, num quadro estreito, mas a marca específica do seu nascimento está muito mais ligada à crescente complexidade da sociedade brasileira. Os partidos, até certo ponto, têm de operar clivagens de classe e/ou de interesses, sob pena de não “representarem”. As ONGs, noutro registro, não necessitam operar as mesmas clivagens e recortes, são intérpretes da nova complexidade e até certo ponto seus demiurgos, no sentido de terem introduzido na agenda brasileira, política, simbólica e material, processos e identificações que o aparato simplificador da ditadura não podia processar.

As ONGs e suas relações internacionais foram importantes elementos para colocar a sociedade brasileira em compasso com as novas complexidades e seus paradigmas.

Esse dinamismo das ONGs, na época em que a complexidade acuou as instituições existentes, abrindo os espaços que essas ONGs ocuparam, ocorreu outro movimento inverso. Na década de 90 podemos identificar que o neoliberalismo foi à doutrina da volta ao privado; no plano do discurso, as ressemantizações neste período fizeram um longo trabalho de anulação da diferença.

Neste sentido este autor observa que:

tudo isso se salienta não se dá apenas no plano simbólico, do material, mas justamente na produção material. No mundo do trabalho, eixo central da produção e da sociabilidade, a digitação modifica a organização do trabalho a um ponto em que tudo parece se dar pela negação do trabalho; é uma espécie de virtualidade do capital. Isso tudo atingiu o mundo das ONGs de maneira radical. As ONGs da democratização foram engolfadas pela onda reducionista, mas sofrem de uma incômoda consciência de capitulação. Por traz do 'realismo' insinua-se um movimento intenso de privatização da vida, das instituições e das políticas⁶.

⁶ Idem, p. 53.

Oliveira (2002) mostra que neste processo de privatização:

as ONGs da democratização são chamadas para tentarem, como já ajudaram a fazer no passado, uma nova construção, uma nova decifração da complexidade que avassaladoramente subjuga todos os outros significados. Com Marx aprendemos que o capital é uma relação social. Estamos agora diante de uma nova complexidade em que o capital aparece como virtual. Todos os campos estão invadidos por esta virtualidade. As ONGs estão imersas nesse movimento. Para sair dele, faz-se preciso, outra vez interpretar e agir na nova complexidade, que não poderá ser mais simplesmente a vigência completa do contrato mercantil. Agora, a decifração exige a ultrapassagem do contrato para fundar uma sociedade de direitos.

A esse respeito Roberto Leher (2000) traz as seguintes considerações

o autoritarismo e o neoliberalismo deslocaram o termo sociedade civil para o campo da ideologia dominante. A cidadania na perspectiva neoliberal não há lugar para as classes sociais. Os novos movimentos da sociedade civil na década de 1990 têm como características a crença do fim da centralidade do trabalho na vida social. Os novos movimentos sociais, em especial as ONGs indicam novas identidades, valores e interesses capazes de articular a subjetividade como: a etnia, o gênero, a opção sexual, o meio ambiente, entre outros. Portanto a sociedade nesta concepção é apenas um conjunto de grupos de interesses desprovidos de qualquer identidade capaz de articular uma transformação global; ao contrário os valores unificadores são os mesmos da empresa capitalista: flexibilidade e competitividade⁷.

Este trabalho pretende expressar que é na prática social e histórica que se pode interpretar o campo das ONGs. É evidente que numa sociedade imersa no sistema capitalista é preciso considerar os valores que são postos nessa sociedade. Nesse sentido interpretar as ONGs no Brasil, requer a compreensão dessas organizações inseridas na globalização.

A análise sobre a Globalização permite perceber que não há mais o Estado-Nação. Nessa perspectiva a análise sobre a sociedade brasileira remonta à sociedade global, sem perder de vista a sua especificidade.

Nesse sentido iremos expressar os fundamentos da sociedade brasileira, considerando os aspectos: sócio, político, econômico e educacional, numa relação dialética, relacionada à sociedade global.

A sociedade brasileira é marcada pela influência do processo de colonização o que foi observado por Caio Prado Junior (1997). Ele Analisa os principais aspectos que constituíram

⁷ LEHER, R. A Cidadania negada, p.161.

nossa formação contemporânea. Segundo o autor; o Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do século XIX e XX. Naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade³⁸.

Para discutir este aspecto é relevante a observação de Florestan Fernandes;

A sociedade brasileira atual há evidente ligação com o padrão coercitivo da sociedade colonial, que ainda não foi neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. Por isso as relações de classe sofrem interferências de padrões de tratamento que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, lembram mais a simetria “colonizador” versus “colonizado” que “empresário capitalista” versus ‘trabalhador assalariado’³⁹.

Quando Fernandes (1991: 151) interpreta a influência da formação colonial na atualidade afirma:

aquele padrão compatibiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possua a mesma condição social. O que faz com que aquilo que pareça “democrático”, na superfície, seja de fato ‘autoritário’ e ‘autocrático’, em sua essência. Este patamar psicossocial das relações humanas é a nossa herança mais duradoura do passado colonial e do mundo escravista.

Na busca de estabelecer uma análise mais apurada, Borón (1995: 83) contribui de forma significativa. Após analisar a democracia na América Latina expressa que

nenhuma delas concluiu suas tarefas pendentes, estabelecendo um regime democrático: a preocupação principal, ao contrário foi consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista, nem chegando a introduzir a democracia burguesa. Sua meta e seu objetivo eram o capitalismo, não a democracia.

³⁸ JUNIOR, C. P. A formação do Brasil contemporâneo, p. 15.

³⁹ FERNANDES, F. Mudanças sociais no Brasil. In. Ianni, O. op. cit, p.150.

Esses aspectos abordados são importantes para perceber que não é tão simples considerar que estamos vivendo numa democracia. A análise sobre a democracia requer compreendê-la no âmbito do desenvolvimento histórico do capitalismo.

Relativo aos aspectos econômicos de nosso país no período proposto é ilustrativa a análise de José Bispo dos Santos (1996), o qual fez uma significativa interpretação das propostas econômicas dos governos de JK a FHC. Neste trabalho cabe a análise a partir do governo de José Sarney.

Para Santos (1996) de um modo geral, o tratamento dispensado à economia, e em especial às empresas estatais, durante o governo Sarney pode ser dividido em duas fases distintas, a saber: na primeira fase, que vai de 1985 até o final de 1986, o governo busca implementar uma política econômica baseada num gradual processo de desindexação (onde o Plano Cruzado representou seu ápice) a fim de reverter à tendência inflacionária que atingia o país já há algum tempo; na segunda fase, a política econômica do governo passou a girar em torno da tentativa de conter o processo inflacionário, que voltou rejuvenescido após o plano Cruzado⁴⁰.

O autor mostra que a forma como o governo Sarney utilizou-se das empresas públicas para tentar conter o processo inflacionário se mostrou extremamente ineficiente e contraditória.

À medida que o processo inflacionário era continuamente alimentado e abalava ainda mais a credibilidade da nossa economia, o governo se mostrava incapaz de adotar as correções necessárias para reverter tal expectativa, uma vez que os planos de estabilização instituídos (Cruzado I, Cruzado II, Bresser e Verão) se mostraram inconsistentes e não passaram de breves intervalos em um longo período de debilidade econômica.

A respeito do governo Fernando Collor, o autor considera que com o intuito de agilizar o processo de Desestatização, Collor editou a lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Privatização, em que tinha a pretensão de realizar um programa de privatização da monta de US\$ 7 bilhões, cujos setores a serem abrangidos eram os siderúrgicos, o petroquímico e o de fertilizantes. (Idem, p.87-88).

Por outro lado, o programa de privatização idealizado pelo governo Collor sofreu um processo de desaceleração após a sua destituição do cargo e a posse do seu vice, Itamar Franco, que editou o Decreto nº 724/93, regulamentando a Lei 8031/90. Paradoxalmente as restrições impostas pelo governo Itamar, e apesar do Programa de Privatização ter ficado

⁴⁰ SANTOS, J. B. A ação estatal na dinâmica da economia brasileira: de JK a FHC, p.76.

paralisado de outubro de 1992 a março de 1993, foi em 1993 que o mesmo conseguiu obter o maior volume anual de dinheiro arrecadado em seus leilões, o que se justifica pelo fato de que as restrições impostas ao Programa pelo Decreto 724/93 não foram suficientes para abalar a sua estrutura, uma vez que essa legislação dotava tal estrutura de um arcabouço legal e administrativo condizente com a realidade político-institucional do país.

E por ultimo, sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso, Santo (1996:99) é expresso:

As forças iniciais do governo FHC centraram-se na aprovação das reformas à constituição que teve por objetivo redefinir o papel desempenhado pelo Estado na economia, em que a sua atividade empresarial deixará de ser priorizada em prol da abertura de espaços para a livre atuação da iniciativa privada. Entretanto, paralelamente ao esforço de aprovar as reformas constitucionais, o governo trabalha nos bastidores preparando o terreno para implementação do seu programa de privatização, onde a venda da Companhia Vale do Rio Doce, é vista como uma meta a ser alcançada em 1996 e seu impacto sobre o programa de privatização deverá representar um fortalecimento do mesmo, tendo em vista que se trata da mais dinâmica das empresas estatais, com uma presença marcante em vários Estados da Federação e bem conceituados no mercado internacional de minérios.

Após a análise da economia do país enfocaremos a história política do Brasil no período pesquisado.

Jacob Gorender (2000:125), mostra que a sua tese a respeito da incapacidade substancial – ou ontológica do proletariado ser um dirigente da revolução socialista está assentado na obra “Marxismo sem utopia”. Ele afirma que o PT desde o inicio teve sua base nas aglomerações operárias do ABC e dos centros industriais. E à medida que o proletariado esteve em ofensiva, nos anos 80, o PT também esteve em ofensiva . Isso se deu até a campanha presidencial de 89. Depois disso, nos anos 90, o proletariado no Brasil é submetido à ofensiva do capital, ao processo de reestruturação produtiva, de enxugamento, o que criou o desemprego estrutural. E o proletariado entra em defensiva em consequência disso⁴¹.

Quando ele se refere à possibilidade da conquista do poder pela esquerda no Brasil declara que a conquista do poder pela esquerda no Brasil será o resultado de uma frente, de

⁴¹ História do Poder: cem anos de política no Brasil, vol.1: militares, Igreja e Sociedade Civil / Alberto Dines, Florestan Fernandes Jr, Nelma Salomão (organizadores) – São Paulo : Ed. 34, 2000. Na nota dos editores mostra que nesta obra reúne 52 entrevistas com personalidades brasileiras – líderes políticos, militares, religiosos, intelectuais, historiadores, cientista sociais e jornalistas. Dispostos em três volumes – Militares, Igreja e Sociedade Civil, Ecos do Parlamento e Visões do Executivo – esses depoimentos traçam um amplo painel da política brasileira, da Republica Velha ao governo Fernando Henrique Cardoso.

uma coligação, da qual o PT faça parte, sendo atualmente o maior partido da esquerda, e da qual façam parte outros partidos. Mas não só partidos também movimentos sociais, como o MST, o movimento dos sem teto, o movimento em defesa dos direitos humanos, entre outros⁴².

A política educacional brasileira é interpretada levando em consideração o modelo de política que está em consonância com o projeto neoliberal, isto é, na medida que a política educacional é uma modalidade da política social, esta, sendo tratada e trabalhada de forma compensatória expressa o modelo neoliberal que é predominante na América Latina. Assim é pertinente a observação de Dermeval Saviani (1998:121) em que:

a própria denominação política social sugere que os demais tipos de ação política, em especial a política econômica, não são sociais. Mais do que isso: a necessidade de formulação de uma política social decorre do caráter anti-social da economia e, portanto, da política econômica nas sociedades capitalistas.

Para este autor a fase da chamada “Nova República” (1985-1989) foi caracterizada pela ambigüidade. Enquanto o slogan “tudo pelo social” sugeria que se pretendia colocar a “política social” no centro das ações governamentais, as bases políticas-econômicas se mantiveram inalteradas sem que nenhuma medida mais consistente de caráter social tenha se viabilizado. Logo após com o governo Collor de Mello com o lema “Brasil Novo”, assume claramente a prioridade da inserção do país no quadro do mercado globalizado comandado pelo capital financeiro, ao qual se subordinam as políticas, de modo geral, e especificamente a política educacional.

Para aprofundar esta questão Saviani observa:

Em suma quer se trate dos países centrais ou periféricos, deste ou daquele matiz ideológico, é possível detectar uma constante decorrente da determinação estrutural capitalista: a separação entre a política econômica e política social e a subordinação desta àquela. Em consequência, do montante de recursos manipulados pelo poder

⁴² A compreensão desta assertiva de Jacob Gorender nos traz a percepção que ainda hoje no Brasil não houve uma transformação radical, pois mesmo com a vitória de Lula em 2002 para presidente, as políticas de bases econômicas e sociais estão presas ao grande capital internacional, haja vista a relação com o FMI. Não se percebe com clareza uma mudança no sentido dos interesses pertinentes a políticas sociais que privilegia as classes subalternas brasileiras.

público, a parcela destinada ao setor social tenderá a ser sempre inferior às aquelas destinadas aos demais setores⁴³.

No Brasil, a crônica penúria de recursos para a área social comparativamente à área econômica já se tornou lugar comum. Entretanto tal situação é agravada por duas outras características: a primeira diz respeito à adoção da privatização como forma de execução das diferentes modalidades de política social resultando na organização de empresas capitalistas de prestação de serviços sociais, às quais o Estado repassa os recursos públicos. Reedita-se aqui, no seio da própria política social, o mecanismo básico de funcionamento da economia capitalista: a apropriação privada dos bens produzidos socialmente. E a segunda característica destacada pelo autor se refere ao atrelamento da prestação de serviços sociais ao desempenho da economia, o que se expressa seja através da redução dos investimentos na área social quando a economia deixa de crescer, seja através de captação de recursos para a área social mediante um dos aspectos da política econômica que é a política salarial (*ibidem*).

Nesse sentido Saviani considera que todos estes problemas são derivados da estrutura social. Ele constata que a política social é uma expressão típica da sociedade capitalista que a produz como um antídoto para compensar o caráter anti-social da economia própria desta sociedade. Entretanto, a determinação econômica projeta sobre a “política social” o seu caráter anti-social, limitando-se o seu papel às ações típicas que concorram para a preservação da ordem existente. Diante desta assertiva Saviani coloca que diferentemente numa sociedade socialista, isto é, numa economia socializada, a “política social” perderá razão de ser, pois, toda a política, em cada uma de suas manifestações, inclusive a política econômica, será social já que não haverá mais lugar para a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

Em relação à educação ele considera que:

a educação participa desta luta comum, integrando-se, por esta via, à política educacional no conjunto das políticas sociais. Com efeito, a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um dos aspectos da luta pela valorização da política social em relação à política econômica (1998:124).

Tendo em vista esta análise, o trabalho aqui empreendido compreende que a política educacional brasileira segue a lógica da política econômica, principalmente ao nível de

⁴³ SAVIANI, D. Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas/SP: Autores Associados, p.122.

América Latina, os ditames do Conselho de Washington, tendo como pano de fundo a teoria do Capital Humano, o que é explicitado na análise que segue.

Para evidenciar o modelo neoliberal da educação faremos referência ao já mencionado artigo de Graciani (2001:67). Neste artigo ela evidencia que um dos aspectos profundamente importante no cenário das definições educacionais no programa neoliberal na América Latina após a criação do Consenso de Washington foi os compromissos assumidos na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontiem, na Tailândia, em 1990, a partir de cujas conclusões, a Educação começou a fazer parte das pautas internacionais e nacionais. Desde essa época, as prioridades, as estratégias, os conteúdos etc, constituem parâmetros dos organismos internacionais financiadores como é o caso do Banco Mundial.

Outro aspecto importante é a influência do Banco Mundial na América Latina; o que podemos observar especificamente aqui no Brasil, principalmente no Nordeste. A autora mostra que

As políticas educacionais financiadas pelo Banco Mundial estão fortemente influenciadas pelas reformas exigidas e provocadas pelos organismos multilaterais, que chegam a pressionar que seus indicadores sejam alcançados a qualquer custo, como é o caso da avaliação progressiva, mas não necessariamente constituiu-se um equívoco que do modo como foi incorporado tem demonstrado um fracasso substancial no sistema educacional brasileiro, dados os baixos índices de aprendizagem dos alunos, de acordo com as pesquisas como: (INEP,1998; MEC, 2000), a pouca valorização e profissionalização dos professores (Unesco, OECD, 2000), a falta de consenso das ações implementadas, a desatenção com relação à educação infantil (Rosemberg, 1999) e de jovens e adultos (Haddad et all, no prelo) e a passagem de uma visão (ampliada) de uma educação básica para uma mais estreita: educação escolar e fundamental(Torres, 1999).

Nessa perspectiva sobre o Banco Mundial Roberto Leher(1998) discute a antiga contradição entre os possuidores do capital e os que somente dispõem de sua força de trabalho foi atenuada pela cisão (perfeitamente superável) entre os que têm conhecimento e os que não têm.

Partindo deste pressuposto Leher (op. cit, p.221) infere que

a educação produz conhecimentos, valores e atitudes. O documento do Consenso de Washington que situa o caráter ideológico dos “valores e atitudes” é o relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1996. Atento às mudanças (leia-se destruição) dos direitos do trabalho, o Banco Mundial considera que a educação deve atender a duas prioridades chaves: difundir novas habilidades para os trabalhadores atingidos pela reestruturação do mundo do trabalho; e propiciar a expansão contínua do

conhecimento. Ambas incluem o desenvolvimento de atitudes necessárias para o lugar do trabalho.

Neste sentido José L. Sanfelice (1999) observa “o que diz respeito à formação e capacitação de pessoas; a teoria do Capital Humano é a que melhor tem servido aos interesses das propostas neoliberais, exatamente porque é portadora de uma perspectiva economicista, ou seja, também incorpora a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos “Recursos Humanos” para a estrutura da produção. Mais uma vez, o mercado regido pela lei de oferta e procura, é quem imprimirá na educação as características que forem convenientes a ele⁴⁴.

Os documentos do Banco Mundial atestam a concepção de educação de acordo com a teoria do Capital Humano. Coraggio (1999) mostrou que:

Para o Banco Mundial a educação deve ampliar sua cobertura para além dos grupos privilegiados, chegando àqueles que vivem tradicionalmente em desvantagem – e justifica esta proposta com base em que a falta de acesso equitativo à educação diminui o potencial produtivo da metade da força de trabalho nacional. A equidade em matéria de educação surge assim como condição para a eficiência econômica global. Para o Banco Mundial, o sentido principal do sistema educativo seria a produção de recursos humanos (também denominado “capital humano”) para a nova economia. Em documento de política educacional (Banco Mundial, Primary Education, 1990), afirma-se que: quanto às economias do mundo, elas são transformadas pelo avanço tecnológico e pelos novos métodos de produção que dependem de uma força de trabalho bem treinada e intelectualmente flexível, a educação faz-se ainda mais significativa⁴⁵.

Roberto Bianchetti (2001) ao se referir à política educacional implementada pelo neoliberalismo na América Latina afirma que “as tendências teóricas coincidentes com esta concepção social têm relação com a proposta dos objetivos a serem alcançados pelo sistema educativo, no que se refere à formação e capacitação das pessoas”.

Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, identifica-se a

Teoria do Capital Humano como a que por sua perspectiva economicista, responde melhor aos princípios sustentados por esta tendência... Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos recursos humanos para a estrutura da produção⁴⁶.

⁴⁴ SANFELICE, J. L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência, p.154.

⁴⁵ CORÁGGIO, J.L. Desenvolvimento humano e educação, p.59.

⁴⁶ BIANCHETTI, R. Modelo neoliberal e políticas educacionais, p.98.

Outro aspecto destacado pela política educacional de caráter neoliberal por este autor, refere-se ao financiamento na Educação. Para ele

o papel assumido pelo Estado em relação à educação significa também o apoio à iniciativa privada. Esta estratégia tem sido desenvolvida nos últimos anos por diferentes governos latino americanos, o que levou a uma perda de qualidade da educação pública e a uma tendência crescente de sua substituição pela educação privada, vista como portadora de maior qualidade e eficiência (2001:101).

Portanto, os fundamentos da política educacional brasileira estão inseridos no processo de Globalização bem como nos fundamentos da formação sócio-econômica do nosso país.

No sentido de revelar a especificidade do objeto, nos próximos capítulos serão trabalhados os principais aspectos que o constituem.

CAPITULO II – OS PRINCÍPIOS POLÍTICOS DO CESEP

2.1 A Origem do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

A compreensão de um objeto investigado não se dá de forma inerte, mecânica. A partir desse pressuposto consideramos que uma interpretação crítica do mesmo pressupõe o conhecimento do processo histórico que o originou. De acordo com essa premissa é que buscamos interpretar o processo que originou o Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP).

Maria Luiza de Souza destaca que a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) a CESE (Coordenadoria de Serviços Ecumênicos), as associações de moradores (AMABA – Associação de Moradores Amigos e Adjacências do Bairro América, AMASC (Associação de Moradores Amigos do Siqueira Campos), o Movimento Sem Teto e a Universidade Federal de Sergipe foram os atores sociais principais que influenciaram a Criação do CESEP⁴⁷.

Quando relata sua atividade profissional na Universidade Federal de Sergipe afirma que “na disciplina Desenvolvimento e Comunidade havia um trabalho de aproximação dos alunos junto aos movimentos sociais em Aracaju nas vilas do bairro América”. Ela mostra que;

Em 1987 o Movimento Sem Teto, a AMABA e AMASC, juntamente com os alunos do DC fizeram o mapeamento das vilas do Bairro América, estendendo este trabalho, logo após para outros bairros que tinham vilas e quartos, construindo um movimento de vilas e favelados bem organizados em diversos bairros de Aracaju. Foram organizados encontros e seminários de formação sobre os movimentos populares Neste processo de formação e luta dos movimentos sociais urbanos em Sergipe, são organizadas atividades articuladas como, manifestações públicas, encontros de formação, troca de experiências, apoio mútuo.

Anterior à criação do CESEP aconteceram encontros, reuniões, treinamentos que foram importantes na constituição desta entidade. Na reunião, cujo tema foi “Extensão Universitária

⁴⁷ Sócia fundadora do CESEP. Professora da disciplina “Desenvolvimento e Comunidade (DC) do Departamento de Serviço Social” – no período de criação do CESEP – Entrevista concedida no dia 17 de novembro de 2001.

e Movimentos Sociais”, em que Maria Luiza de Sousa participou houve a discussão do Movimento Sem Teto, que tinham como representantes: Goiânia, Piracicaba e Aracaju⁴⁸.

As pró-reitorias de Extensão presentes apresentaram os seus objetivos em relação aos movimentos populares, que são os seguintes: veicular informação jurídica e política sobre o problema da terra e do direito à moradia; contribuir para o encaminhamento político da luta dos posseiros urbanos; contribuir para a criação de alternativas de sobrevivência através de estudos, experimentos e processos de pesquisas nas diversas áreas de vida da população, e contribuir para o processo de conhecimento das áreas de posse e dos posseiros.

Correia (1983) faz uma análise crítica relativa aos objetivos da Universidade de forma pertinente, que ajuda entender a relação da Extensão Universitária com os Movimentos Sociais. Para este autor a Extensão Universitária tornou-se um dos principais Aparelhos Ideológicos do Estado. Ao analisar o Projeto Rondon, em relação à Extensão Universitária, enquanto elementos dos programas de ação comunitária e desenvolvimento, o autor o vê como instrumentalização dos objetivos do Estado.

Ele, no entanto observa que:

é preciso, porém ressaltar que a Extensão Universitária, como a própria universidade é uma instituição complexa, cuja realidade escapa às definições estanques. São inegáveis os esforços de docentes, discentes e até de instituições superiores que, alheando-se dos objetivos oficiais, procuram desenvolver uma extensão universitária numa visão mais crítica dos problemas sociais no próprio trabalho efetuado nas comunidades locais como é o caso das iniciativas da PUC/SP e outras, as quais eram chamadas de universidade em serviços⁴⁹.

Esta análise permite identificar a relação do Departamento de Serviço Social/UFS e da UNIMEP/Piracicaba, como instituições presentes no apoio ao início das atividades do CESEP.

Quanto à relação do CESEP com a Universidade Federal de Sergipe professora Elisa Cruz considera que:

O departamento de Serviço Social da UFS já desenvolveu estágio com alunos no CESEP. É importante ressaltar que na regulamentação do curso há a exigência que nas instituições de estágio tenha um profissional. Está no código de ética e nas normas de estágio. O professor era o supervisor de ensino. Sistemáticamente as

⁴⁸ Relatório do Seminário Extensão Universitária e Movimentos Sociais, realizado nos dias 5 a 7/06/1987.

⁴⁹ O. V. CORREIA, O.V. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico, p. 99.

disciplinas movimentos sociais e DC na terceira unidade há a preocupação do trabalho com o aluno, relacionando a teoria com a prática. É quando os alunos tem contatos com Movimentos Sociais e ONGs. Uma ação de destaque foi à relação nos dois números da revista “Movimentos”, aonde alguns professores da UFS fizeram parte do conselho editorial, juntamente com a Pró Reitoria de Extensão.

Em relação à concepção de universidade não a vemos como acima da sociedade. Está inserida nas contradições da sociedade. Não podemos pensar utopicamente que a universidade não sofre os embates das contradições que a própria sociedade a vivencia. Contudo sem sombras de dúvida, há professores comprometidos com outra visão de universidade. Acreditamos que a universidade não é uma fábrica de fazer sapatos. Ela trabalha para a formação de profissionais. Assim sendo ela tem como objetivo pensar esta sociedade e propor alternativas⁵⁰.

O que foi posto acima traz a compreensão de que o processo de criação do CESEP inicialmente além da participação dos movimentos populares de Sergipe teve também a participação da Universidade Federal de Sergipe. Para ilustrar este processo cabe explicitar os momentos significativos dele.

No III Fórum de Educação Popular, realizado em julho de 1987 na cidade de Salvador/BA, algumas lideranças dos movimentos populares em Sergipe tiveram a oportunidade de vivenciar não só as experiências dos Movimentos nos outros estados, mas também articular a captação de recursos com vistas a um encontro de articulação mais ampla no Estado de Sergipe. Assim foi decidida a realização do I Encontro de Movimentos Populares.

FIGURA 1: I ENCONTRO DOS MOVIMENTOS POPULARES - NOVEMBRO/87. (SURGEM AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO CESEP)



⁵⁰ Entrevista concedida pela professora Maria Elisa Cruz no dia 14/01/2003. Ela é professora do departamento de Serviço Social da disciplina DC e Movimentos Sociais na UFS. Tem uma ligação com o CESEP, desde a sua criação. Atualmente é a presidente da entidade.

FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

Esse encontro teve o apoio financeiro da CESE e da ACTA/UNIMEP.⁵¹ E a participação de assessores da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nacional. Foram propostas algumas iniciativas, sendo destacadas a criação de uma estrutura organizativa no estado para fortalecer os movimentos populares em Sergipe; e a formação de uma comissão para organizar as articulações a nível local e nacional.

O resultado desta articulação foi à participação de cinco lideranças dos movimentos populares de Sergipe no Treinamento em Piracicaba/SP. Essas lideranças destacaram que o treinamento foi importante, pois foi possível participar de processos formativos e organizativos, junto aos movimentos populares de todo o país, que propiciaram conhecimentos para elaboração e execução de projetos e a legalização para a criação de entidades que desenvolvem práticas de Educação Popular⁵².

Após esta experiência; em Sergipe as articulações se intensificaram, ainda que acontecessem de forma aleatória, pois não havia um local sede para as reuniões, as quais eram realizadas em praças públicas, em órgãos públicos e em Associações de moradores. Nestas circunstâncias é criado o CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular) em 11 de junho de 1988 no Bairro América, rua Argentina, nº 606 em Aracaju. O CESEP torna-se assim a primeira Organização Não Governamental (ONG) sergipana; e o espaço fundamental de articulação dos Movimentos Populares em Sergipe. A sua sede é adquirida por Maria Luiza de Souza, que com o apoio de estudantes e professores da Universidade Federal de Sergipe e lideranças dos movimentos populares de Aracaju, contribuem para o início das atividades da entidade.

⁵¹ Entrevista concedida pela professora Maria Elisa Cruz no dia 14/01/2003. Ela é professora do departamento de Serviço Social da disciplina DC e Movimentos Sociais na UFS. Tem uma ligação com o CESEP, desde a sua criação. Atualmente é a presidente da entidade.

⁵² Relatório do treinamento organizado pela Ação Cultural e Tecnologia (ACTA) órgão da UNIMEP, no período de 11 a 16/04/1988.

FIGURA 2: REUNIÃO NA PRIMEIRA SEDE DO CESEP (RUA ARGENTINA, 606 – BAIRRO AMÉRICA (JEANE, EDNA, TRINDADE, ZÉ DA GUIA, YACHEY, ALVINHO E LUIZ CARDEN))



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

No que tange à criação do Centro Sergipano de Educação Popular Carlos Eduardo Trindade demonstra que;

O CESEP foi a terceira tentativa de construção de uma organização que prestasse assessoria aos movimentos populares em Sergipe. A primeira foi em 1976 com algumas pessoas da UFS. Lembro que participou Antônio Góis – atual vereador do Partido dos Trabalhadores – PT. A segunda foi à tentativa de criação da organização chamada CAMPO (Centro de Apoio aos Movimentos Populares) em 1982. Não foi possível o seu funcionamento, porque as pessoas que estavam à frente da organização priorizaram a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e os movimentos populares em Sergipe ficaram um pouco alijados de um processo mais intensivo de organização, principalmente na área urbana. O CESEP, então é criado em 1988 depois que algumas experiências surgidas no processo de redemocratização em Sergipe e como fruto da construção da sociedade civil aqui no Estado. Algumas experiências de organizações populares que surgiram na década de 80: Movimento Negro, Movimento Sem Teto, AMABA, AMASC; e a importante participação da professora Maria Luiza de Sousa e seus alunos do Departamento de Serviço Social. Neste contexto as lutas eram oriundas desses segmentos urbanos. No campo comunitário, por exemplo, a tentativa de fortalecer o trabalho comunitário fazendo oposição àquelas associações que de forma dependente em relação às políticas governamentais como o caso “ticket de leite”. No campo ecológico a luta contra o processo de ocupação urbana desordenada aqui em Aracaju, principalmente com a ação das construtoras. O trabalho de denúncia que vinha gestado com a União de Negros de Aracaju – UNA, da situação de vida da população negra. Estes movimentos deram a vida e o suporte que o CESEP precisava para se constituir⁵³.

⁵³ Entrevista concedida por Carlos Eduardo Trindade no dia 12/11/2002, economista, sócio fundador do CESEP, foi o primeiro presidente da entidade e é Coordenador Geral da Sociedade Afro Sergipana de Estudo e Cidadania – SACI e é assessor de planejamento da Empresa Municipal de Serviços Urbanos – ENSURB da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Para ilustrar este processo Wanderley explica que:

Participamos da comissão que pensava a estruturação do CESEP. Foram convocados para esta comissão professores da Universidade Federal de Sergipe dos departamentos de Serviço Social, Educação, Ciência Social e estudantes. Participaram professora Maia Luiza de Sousa, Anizia ; o pessoal do Movimento de rua, AMABA, movimento negro. Naquele momento o movimento Sem Teto era um dos movimentos mais fortes. Este pessoal que compôs a comissão para a criação do Centro, também acompanhava o Movimento Sem Teto. Também nos engajamos na luta contra a reabertura da fábrica do cimento no Bairro América. O CESEP funcionava mais naquele momento como articulador dos movimentos populares. No início o trabalho de formação era exclusivamente voluntário. Nós que éramos professores e militantes dos movimentos ficávamos numa situação dupla de líder comunitário e membro do CESEP⁵⁴.

A criação de uma organização social requer o entendimento do processo histórico em que essa organização está inserida. O Centro Sergipano de Educação Popular, nesse sentido originou-se desse processo em que teve a participação das lideranças dos movimentos populares em Sergipe e de alguns professores da Universidade Federal de Sergipe a nível local e a nível nacional estabeleceu-se uma articulação com a CUT, UNIMEP, entre outras organizações que foram importantes para o seu desenvolvimento.

2.2 Os Princípios Políticos do CESEP

A criação de qualquer instituição passa por um processo de constituição de sua identidade, definição de princípios e objetivos que norteiam sua prática. Nesse sentido iremos interpretar os princípios políticos do trabalho educativo dessa ONG.

A reflexão sobre Práxis torna-se fundamental, para apoiar a análise que nos propomos. Para Karel Kosik

a práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humana e social) e que, portanto, compreende a realidade na sua totalidade. A práxis não é atividade prática

⁵⁴ Antônio Wanderley de Mello Corrêa concedeu a entrevista no dia 20/09/2002. Ele é artista plástico, licenciado em História e sócio fundador do CESEP. Atualmente participa do conselho político da entidade e é professor de História na rede estadual e municipal de ensino em Aracaju.

contraposta a teoria; é a determinação da existência humana como elaboração da realidade. A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente – unidade do homem e do mundo, da matéria e do espírito, do sujeito e do objeto, do produto e da produtividade. Como a realidade humana social é criada pela práxis, a história se apresenta como processo prático no curso do qual o humano se distingue do não humano: o que é humano e o que não é humano não são já predeterminados; são determinados na história, mediante uma diferenciação prática⁵⁵.

Essa reflexão possibilita superar as proposições que se limitam apenas a estabelecer a unidade entre teoria e prática. Mostra a importância da práxis enquanto elemento criativo de transformação do processo histórico e social.

Já Emir Sader (1998) quando faz a crítica aos fundamentos políticos capitalistas, observa que:

os combates ideológicos travados por Lênin são a fonte e origem indispensáveis da construção de uma teoria política marxista, que se filia diretamente às bases científicas do pensamento de Marx. Lênin lutou contra o economicismo do pensamento marxista. Para Lênin o economicista concebe apenas um dos aspectos da classe operária dentro do capitalismo: a venda obrigatória de sua força de trabalho. O fundamento falso do economicismo é a força mecânica de separar o político do econômico, que o torna prisioneiro de uma política já implícita nas considerações isoladas das trocas econômicas. Lênin situa a unificação social organizada pelas relações de mercado, que tem no Estado seu núcleo formalizador, agente da totalização social burguesa. É necessário outro pólo de aglutinação, outra força de organização social que seja suporte do “duplo poder”. Esse centro indispensável para Lênin é o Partido, que através da luta ideológica e política constitui a classe como tal, isto é, não apenas em termos de seus interesses globais, mas como foco catalisador da totalização social em curso no processo de substituição do capitalismo⁵⁶.

Essa análise em Lênin é fundamental, contudo queremos inferir que nos dias atuais atribuir a um partido político ou a qualquer organização de “esquerda”, como centro de formação e organização da classe operária é uma visão idealista, visto que a práxis dessas organizações está imersa nas redes burocráticas do capital internacional e muitas vezes adere aos fundamentos burgueses. As ONGs não fogem a regra e o CESEP também não.

Contrapondo aos fundamentos políticos burgueses vale ressaltar a proposição de Marx e Engels:

⁵⁵ KOSIK, K Dialética do concreto, p. 222.

⁵⁶ SADER, E. Estado e política em Marx, p. 146.

Os indivíduos devem apropriar-se da totalidade existente das forças produtivas. Essa apropriação deve necessariamente apresentar um caráter universal correspondente às forças produtivas e o intercâmbio. A apropriação destas forças nada mais é do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, exatamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos – apenas os proletários da época atual, inteiramente excluídos de toda auto-atividade, estão em condições de impor sua auto-atividade completa e não mais limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de capacidades (...) tais transformações só poderão ocorrer num processo histórico, num momento prático, por uma revolução⁵⁷.

A classe trabalhadora atual está ainda mais excluída de sua auto-atividade comparada ao século XIX, assim, com o processo de industrialização precária na América Latina, bem como nos países de capitalismo avançado torna-se muito difícil chegar a transformações materiais e culturais, tal qual analisada por Marx.

Após essa análise iremos interpretar especificamente os princípios políticos do CESEP são evidenciados no decorrer do processo de sua constituição, enquanto Organização Não Governamental (ONG).

O 8º Encontro Nacional da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais) foi expressivo para a constituição dos princípios políticos das entidades ligadas às lutas populares, como: sindicatos, movimentos populares e ONGs (as que desenvolviam assessorias aos movimentos populares). Neste encontro foram definidos os seguintes princípios:

- Para garantir o caráter classista, o Movimento Popular precisa de total e absoluta independência da burguesia, representando os reais interesses das classes dominadas;
- A defesa da democracia no interior do movimento se concretiza a partir do respeito às diferentes estruturas e instâncias, às decisões e aos processos de discussão necessários para que as definições sejam produto do amadurecimento do Movimento e não do vanguardismo;
- A representatividade e legitimidade das lideranças do Movimento Popular são garantidas pelo grau de inserção, pelo compromisso com os interesses do movimento e pela relação democrática que elas estabelecem com suas instâncias;
- A autonomia do Movimento Popular em relação ao movimento sindical, aos Partidos Políticos, ao Estado e às Igrejas é fundamental para assegurar a legitimidade e independência do Movimento.

⁵⁷ MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã, p.72.

Nesse Encontro o Movimento Popular caracteriza-se pela variedade de formas de organização e pela possibilidade de mobilizar a população a partir de diferentes interesses. As diversas formas de luta e organização dos Movimentos Populares são originárias das contradições capitalistas e expressam a luta dos setores explorados, e no âmbito da luta de classe. Todos estes movimentos têm em comum o enfrentamento ao sistema capitalista e ao seu principal instrumento de dominação, o Estado⁵⁸.

Queremos ressaltar que esse encontro foi marcado pela inserção dos movimentos populares nas lutas sociais em todo o Brasil. No ano anterior ocorreu a aprovação da nova constituição com a participação desses movimentos nas propostas e em 1989 houve as eleições para presidente, quando aconteceram diversas manifestações no sentido de apoiar o projeto do que se colocava como “esquerda” no Brasil. Contudo após a vitória de Fernando Collor, o neoliberalismo no Brasil vai enfraquecer as organizações sindicais e populares em todo o país. As ONGs inserem-se nesse contexto.

Sobre a ANAMPOS José de Oliveira (Zezito) destaca que;

Enquanto membro da AMABA participei de encontros na ANAMPOS em São Paulo. A ANAMPOS surgiu em meados da década de 70 congregando sindicalistas, intelectuais, religiosos, CEB’S. Foi a ANAMPOS que deu origem a CUT. A ANAMPOS foi articulada com o objetivo de propor as novas lideranças do chamado novo sindicalismo, novos movimentos sociais, que estavam surgindo naquele momento e as lideranças das organizações tradicionais. Essa organização buscou articular os movimentos populares que eram fortes, contudo suas ações eram fragmentadas. Nos encontros da ANAMPOS era discutida a formação política destes movimentos.

Naquele período falava-se que uma das formas de qualificar os movimentos era formando melhor as suas lideranças. Já começava a discussão de conselhos, da relação com o Estado, porque não bastava somente reivindicar, era preciso ter conhecimento técnico e político sobre a dinâmica da sociedade e das classes sociais⁵⁹.

Os princípios políticos do CESEP são expressos nos estatutos da entidade. Na assembleia de 1989 o presidente Carlos Eduardo Trindade enfatiza que desde a sua fundação ocorreram diversas mudanças, destacando principalmente a nova natureza da entidade, que consiste em atuar na formação, assessoria e articulação dos grupos populares. Foi aprovada a reformulação do estatuto, cujo 1º Capítulo expressa a finalidade do CESEP: a) promover a

⁵⁸ ANAMPOS. 8º Encontro Nacional. 1989.

⁵⁹ Entrevista na sede do CESEP no dia 10/11/2002. Zezito foi coordenador geral da AMABA. Sócio fundador e participou na diretoria do CESEP. Graduado em História na Universidade Federal de Sergipe.

articulação, assessoria e acompanhamento das práticas populares através de um programa educativo que viabilize a consolidação e ampliação da organização do movimento popular de Sergipe; b) realizar seminários e encontros que possibilitem uma maior informação, formação e articulação das lideranças, contribuindo para o fortalecimento da organização popular em Sergipe. Portanto em consonância com o estatuto pode-se afirmar que os princípios políticos do CESEP estavam de acordo com os princípios do movimento popular a nível nacional e do 8º Encontro das ANAMPOS⁶⁰.

Os documentos da ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais) são significativos a compreensão dos princípios políticos do CESEP. Na Carta de Princípios elaborada pela ABONG é expresso o seguinte: a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática e pluralista, com sede e Fórum em São Paulo. Nesta Carta de princípios é dito que a constituição da ABONG resultou da trajetória de um segmento pioneiro de organizações não governamentais que tem seu perfil político caracterizado por tradição de resistência ao autoritarismo, contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas, compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e a defesa da ética na política para a consolidação da democracia. A fim da consolidação e definição da sua identidade frente à sociedade brasileira e internacional a ABONG e suas associadas nesta Carta de Princípios comprometem-se a:

- Aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade;
- Buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considere a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presente e futuras gerações;
- Lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocar contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais;
- Lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los;

⁶⁰ Ata da Assembléia Geral realizada no dia 7 de dezembro de 1989 na sede do CESEP.

- Afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual;
- Afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas;
- Defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência;
- Contribuir para o fortalecimento de um “pacto de cooperação” baseado nos valores explicitados nesta carta de princípios, bem como na solidariedade Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul;
- Reafirmar e vivenciar o seu compromisso com a transparência, o primado do interesse público e a participação democrática interna, reconhecendo-os como componentes essenciais da gestão das organizações a ela filiadas;
- Estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil, de modo a racionalizar recursos e fortalecer ações conjuntas, defendendo e lutando pelo respeito entre elas, de modo a fazer dessas práticas, referência na sociedade⁶¹.

Enfim estes foram os princípios da ABONG os quais constituíram importantes referências para a constituição dos objetivos e finalidades das ONGs filiadas e associadas. O CESEP, portanto, nos seus estatutos explicita estes princípios. Entretanto cabe ressaltar que nem sempre o que está explícito nos estatutos tornam-se práticas efetivas nas organizações. A esse respeito requer uma análise institucional o que será abordado no quarto capítulo.

Quanto aos princípios políticos, faz-se necessário esclarecer que os mesmos estão inseridos na prática política das organizações. A esse respeito Elisa Cruz (1992), ao pesquisar a década de 80 em Aracaju, observa que “algumas associações de cunho assistencialista e centros sociais urbanos, vinculados à prefeitura tinham o papel e serviram como ponte de ligação com o Estado. Em contraste com esta situação surge a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Siqueira Campos (AMASC) e a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA)⁶². Cabe ressaltar que essas associações juntamente com outros movimentos populares de Sergipe são parte significativa do trabalho educativo do CESEP”. (Grifo nosso).

⁶¹ ABONG, Carta de princípios e estatuto, 2000

⁶² M. E. CRUZ, E. L. Associação de Moradores. A Política e os Políticos, p.38.

A autora afere que as Associações de cunho assistencialista vão ter na FAMA (Federação de Associações de Moradores de Aracaju) e na FUNDESE (Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe), que teve no prefeito José Carlos Teixeira e na primeira dama do governo do Estado Maria do Carmo Alves, os principais incentivadores do aumento dessas associações, que tinham como eixo de trabalho o sentido político partidário, de cunho clientelista.

As práticas políticas clientelistas e assistencialistas são trabalhadas e abordadas por Lúcia Avelar ao ser entrevistada por Nelma Salomão. Para ela a prática política clientelista é a da troca de favores; de um lado, um político e do outro, um eleitor. Em geral, esse político tem um poder muito maior, tem status; e o eleitor, por seu lado, é periférico em termos de status, de poder de acesso aos bens sociais. Com isso se estabelece uma relação que se chama “relação particularista de interesses”.

Esta autora em seguida informa que:

a origem do clientelismo no Brasil está ligada aos primórdios da ocupação do território brasileiro e às nossas primeiras instituições. A ocupação territorial no Brasil, (nesse imenso território), foi feita através da grande propriedade da terra. Quem comandava essa ocupação era o fazendeiro, o representava muita coisa para as pessoas que eram dependentes dele. Por exemplo: era ele que dava emprego. Era ele que fornecia a maior parte dos alimentos para aquelas famílias. E ele centralizava na sua pessoa todas as outras instituições, como a instituição policial. Era quem mantinha a ordem, o judiciário. Então no fundo era ele o próprio poder político, porque o Estado estava muito longe, que, com o passar dos tempos, por herança da nossa Guarda Nacional, assume o título de coronel⁶³.

Segundo Lúcia Avelar no Norte e Nordeste há municípios, aonde o acesso à escolaridade, muitas vezes chega a ser de um ano, para a grande maioria da população. E é esse eleitorado que se encontra numa situação de dependência muito grande. Ele depende de tudo, de qualquer tipo de favor; é aí que há quase uma hegemonia do poder político tradicional, com as práticas clientelistas. Assim aconteceu em Sergipe. No período da pesquisa foram criados mecanismos de consolidação destas práticas clientelistas, por parte do governo federal, estadual e municipal, o que foi expresso por Elisa Cruz.

Nessa perspectiva podemos concluir que a construção de práticas políticas, que atenda o sentido dos princípios, não é uma relação tão simples, visto que na formação política brasileira, e especificamente sergipana, até o período pesquisado, o sentido centralista e

⁶³ SALOMÃO, N. Et all. Ibidem, v. 1, p.55.

particularista das práticas evidenciadas por Lúcia Avelar estão presentes também, seja em movimentos populares, seja em ONGs, principalmente por revelar práticas que se inserem nos princípios individualistas e pragmáticos das organizações inseridas na sociedade global, reproduzindo assim práticas e princípios das instituições que são orientadoras do Capital como o Estado capitalista e as instituições transnacionais como o Banco Mundial e FMI. No Brasil os princípios neoliberais revelaram-se hegemônicos na década de 1990, persuadindo todo tipo de organização. Portanto o CESEP não está isento dessa evidência, que se constitui uma problemática analítica importante no campo das ONGs.

Nos capítulos posteriores iremos aprofundar a compreensão do papel do CESEP, enquanto ONG (Organização Não Governamental), evidenciando suas práticas educativas e a organização institucional.

CAPÍTULO III: A PRÁTICA EDUCATIVA DO CESEP

3.1 O Contexto Sócio-Econômico de Sergipe

Esse trabalho infere que o estudo sobre o objeto investigado remete a análise do contexto da globalização, empreendida no primeiro capítulo. Portanto a interpretação da prática educativa do CESEP levará em conta o contexto econômico e social de Sergipe e sua inserção no mundo global.

No que tange ao aspecto econômico do Nordeste é relevante a observação de Silva (2001), o qual constata que no que se refere ao atraso econômico regional, embora ainda existam disparidades em relação a outras regiões brasileiras, o Nordeste apresentou desempenhos significativos nas últimas décadas, com taxas de crescimento que acompanham e até superam a média nacional. O que se percebe é que a Região passou por profundas mudanças econômicas⁶⁴.

O processo de modernização econômica no Nordeste após a década de 60 está relacionado a duas tendências principais: nesse período ocorre um movimento de desconcentração espacial da produção nacional, voltada para a integração do mercado interno via industrialização, sob o comando do capital concentrado na Região Sudeste, fazendo com que a economia daquela região apresentasse altas taxas de crescimento. Os dados oficiais atestam que o PIB do Nordeste registrou crescimento real acumulado de 463,3%, contra 463,5% apresentado pela média nacional entre 1960 e 1997. Com isso o PIB regional passou de US\$ 22,9 bilhões em 1960 para US\$ 173,9 bilhões no ano de 1999, alterando sua participação em relação ao PIB brasileiro de 13,2% (1960), para 17,1% (1999)⁶⁵.

De acordo com SILVA (2001) a segunda tendência diz respeito ao caráter seletivo desse processo de dinamização da economia do Nordeste. O autor coloca que esta dinamização resultou em um aprofundamento da heterogeneidade intra-regional, tanto no que se refere aos setores da economia quanto aos espaços geográficos. Do ponto de vista geográfico, a modernização da economia regional pós – 60 produziu várias áreas de modernização intensa (as chamadas ilhas de prosperidade) que convivem lado a lado com áreas econômicas atrasadas e estagnadas.

No Nordeste os indicadores sociais ainda se mantêm distantes em relação às médias no Brasil, principalmente da região Sul e Sudeste, além de se encontrarem muito distantes dos

⁶⁴ SILVA, R. M. A modernização econômica e pobreza crônica: Duas faces de uma mesma região, p.2.

⁶⁵ Segundo a fonte: IBGE/DPE/DECNA/Contas Regionais. [www. SUDENE.Gov.br](http://www.SUDENE.Gov.br)

parâmetros aceitáveis pelos órgãos internacionais, como é o caso da taxa de mortalidade infantil e do analfabetismo. O PIB *per capita* regional, por exemplo, apesar de ter crescido quase 200% entre 1960 e 1999, chegando a R\$ 3.699,10, corresponde a 60% do PIB *per capita* do Brasil (R\$ 6.172,30). Embora tenha alcançado esta média 52,6% da população que reside no Nordeste é indigente (25.065.501 pessoas), o que corresponde a 50,5% da população indigente brasileira. Os estados nordestinos concentram as mais altas taxas de população indigente do país.

Os dados confirmam que houve uma modernização conservadora no Nordeste. O crescimento econômico verificado na região não se traduziu em melhoria significativa na qualidade de vida da população empobrecida do Nordeste. O modelo de desenvolvimento tem sido marcado por características excludentes e de concentração de renda, em que a renda dos 1% mais ricos é superior a renda dos 50% mais pobres.

TABELA 1: RENDIMENTO DOS 50% MAIS POBRES E DO 1% MAIS RICO (1992 – 1999)

LOCAL	RENDIMENTO DOS 50% MAIS POBRES		RENDIMENTO DOS 1% MAIS RICOS	
	1992	1999	1992	1999
Brasil	14	14	13,1	13,1
Nordeste	12,9	15,7	14,7	16,0

FONTE: IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais, 2000.

A concentração de renda é uma das principais explicações para o descompasso entre os indicadores econômicos e as variáveis sociais.

Esse estudo mostra que houve uma contradição entre um dinamismo acelerado da economia regional e um crescimento retardado dos indicadores sociais. Neste sentido Silva (2001:7) observa que:

são desfeitas as ilusões desenvolvimentista e monetarista liberal de que o crescimento econômico e a estabilização monetária são os principais determinantes da redução do nível de pobreza. O Nordeste é um bom exemplo de que isto não é possível sem a existência de políticas públicas redistributivas, direcionadas e fortemente estruturadas para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse mesmo estudo o autor demonstra que a situação da desigualdade social e regional tende a permanecer e até se agravar diante do processo de mundialização do capital

em curso e suas implicações nacionais, regionais e locais. Os ajustes estruturais da economia, ao lado da hegemonia do ideário neoliberal têm um elevado preço social com consequências sociais e culturais, tais como a elevação da taxa de desemprego diante da estratégia racional de ajustamento às condições de mercado e a canalização dos investimentos para setores e áreas dinâmicas onde se maximiza a rentabilidade, o achatamento salarial e a destruição dos direitos sociais.

No texto *A Estratégia do Banco Mundial em Face da “Década Perdida”*: Reciclando o Discurso e Adequando a Prática, o relatório do PNUD aponta para a dimensão regional da pobreza. É notória a penúria do Nordeste brasileiro, região que abriga mais de 50% dos pobres do país. Neste contexto as políticas e programas de “combate à pobreza” se desenrolam no contexto de ajuste estrutural e a análise em questão nos remete sempre de volta à questão central do modelo de desenvolvimento. A estabilização e políticas de ajustes promovidos pelo FMI e Banco Mundial exacerbam os problemas econômicos e sociais dos países da América do Sul, quando estas políticas se voltam, primeiro e acima de tudo, para a restauração do “balanço externo” e para o crescimento da capacidade do Terceiro Mundo, mais para o pagamento da dívida do que para a criação das bases de um desenvolvimento equitativo e sustentável⁶⁶.

Em um trabalho sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Aracaju Vera Lúcia Alves França constata que o rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior.⁶⁷ A cidade avança na direção dos municípios vizinhos, sobretudo de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, exigindo assim uma nova compreensão do conjunto urbano. São esses municípios que vão apresentar, agora as taxas mais elevadas de crescimento.

Ela considera que as transformações urbanas ocorridas, nos últimos quinze anos, começam a imprimir no município de Aracaju uma feição metropolitana. Os diversos processos a que foi submetida conduziram à formação de um espaço fragmentado, com uma diversidade de usos e de condições sócio-econômicas que demonstram a complexidade desse espaço em processo de construção metropolitana.

⁶⁶ PANTOJA, A. Alternativas ao atual modelo de desenvolvimento do Nordeste, 1997

⁶⁷ FRANÇA, V. L. A. Aracaju, Estado e Metropolização, 1997.

Assim França (1997:233) constata que:

Na Coroa do Meio, o Shopping Rio Mar e adjacências constituem-se em exemplos da modernidade da metrópole, desenvolvendo funções voltadas para as classes de renda mais elevada (...) De forma embrionária, surge no Bairro Grageru a tendência de um novo sub-centro comercial e de serviços, dentro de um grande loteamento, o Jardins, que se constituirá numa nova área da cidade que demonstrará através do adensamento, resultante da verticalização, a identidade da metrópole. Este sub-centro já se inicia ancorado num hipermercado, associado a um novo shopping, que atrairá outras atividades para suas circunvizinhanças.

As áreas residenciais ocupam a maior parte da mancha metropolitana, ficando bem evidente o processo de segregação a que tem sido submetida a população. Nas áreas norte e oeste concentram-se as classes de baixa renda que são, cada vez mais, empurradas para áreas mais distantes e fora dos limites de Aracaju(...) A construção do espaço urbano de Aracaju vai se processando a partir de intensa degradação ambiental, desde o desmonte de dunas, o aterro de mangues, o desmonte dos terrenos da Formação Barreiras, a devastação das matas ciliares, o assoreamento e a contaminação dos mananciais, além da poluição dos rios. As atividades de mineração clandestina são freqüentes em toda área metropolitana e circunvizinhanças e vem se desenvolvendo sem um controle maior por parte dos órgãos competentes. A fragilidade das condições ambientais não tem sido considerada no momento de planejar as ações de ocupação e de manutenção do espaço construído. O modelo apresentado deixa bem perceptível o avanço e a pressão da cidade sobre as áreas de preservação ambiental, num total desrespeito à legislação e com o comprometimento da qualidade de vida da população.

O trabalho aqui empreendido também considera que o processo de segregação social constitui-se um dos fatores para as desigualdades sociais, conseqüentemente também para a efetivação de lutas dos movimentos populares urbanos. Contudo evidenciamos também que outros fatores tornam-se importantes, seja do ponto de vista estrutural, seja do ponto de vista de valores culturais.

A pesquisa sobre as condições habitacionais no Estado de Sergipe é fundamental para que se possam compreender os problemas apontados. A pesquisa constata que o Estado de Sergipe caracterizou-se até 1970 por ser um Estado com população predominantemente rural, cerca de 60% no total. No início da década de 1970 inicia um processo de reversão desta tendência com grande afluxo de famílias da zona rural para a urbana, decorrente da grande seca de 1970 a 1980 que penalizou fortemente a população do campo; impelindo-a para a periferia das cidades de maior porte.

Desta forma a população urbana torna-se majoritária e a capital experimenta um crescimento acelerado no período, em virtude de ser o principal pólo de atração dos migrantes do Estado. A conseqüência imediata deste processo é o aumento da demanda habitacional, particularmente oriunda dos extratos de menor renda da população. A pressão por moradia

obriga o poder público a implementar uma política habitacional, destinada a reduzir o déficit acumulado em períodos anteriores. De 1974 a 1988 são construídas no Estado 25.654 unidades habitacionais financiadas com o apoio dos agentes do BNH como a COHAB INOCOOP e CEF, representando um incremento de 9, 161% em relação ao período 1964/1973. A partir desta análise os técnicos do governo afirmam que:

apesar deste incremento ter sido significativo o alvo principal da política de habitação popular não foi atingido, tendo em vista que as unidades habitacionais construídas destinaram-se fundamentalmente a famílias situadas na faixa de renda superior a 3 salários mínimos, em detrimento da população majoritária (65%) cujos rendimentos não ultrapassam 2 salários mínimos⁶⁸.

A pesquisa conclui que a favelização se acelera e as periferias das cidades médias, principalmente da capital do Estado são invadidas e ocupadas de forma desordenada.

Diante do que foi apresentado na pesquisa acima mencionada tem um papel fundamental o movimento Sem Teto nesse processo, empreendendo ações para organizar a população destas ocupações da periferia. Neste sentido outras entidades da sociedade civil organizada OAB, CESEP, desenvolvem pesquisas e ações reivindicando do poder público iniciativas, organizando o movimento de luta pela moradia aqui no estado.

Enfocando as lutas dos movimentos populares urbanos faremos referência ao III Encontro de Moradores de Vilas e Favelados de Aracaju. De acordo com os participantes a questão habitacional é um dos problemas mais vividos pela população, além de enfrentar as péssimas condições de habitação em termos de saneamento básico e urbanização. Este problema está ligado ao da reforma agrária, visto que o homem do campo é expulso para a periferia das cidades⁶⁹.

Na ocasião foi discutido também que era necessário uma nova política habitacional, que deve ter caráter social contrária à forma baseada na especulação financeira e na agiotagem oficializada. Foi discutida também a união de forças para lutar pela melhoria das condições de moradia em Sergipe. Na conclusão do encontro foi elaborado um documento,

⁶⁸ Esta pesquisa teve a participação das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Habitação e Saneamento – SEHABS; Secretaria de Estado de Economia e Finanças – SEEF; Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados – IESAP e Departamento de Pesquisas, Estudos e Análises – DEPEA. Esta pesquisa foi publicada no ano de 1989.

⁶⁹ Relatório do III Encontro de Moradores de Vilas e Favelados de Aracaju, realizado no dia 28/08/1988 em Aracaju.

contendo propostas como adoção de uma nova política habitacional com caráter social, acabar com a especulação financeira e a prática de agiotagem.

Esse momento inicial das atividades do Centro é marcado por diversos processos formativos em que a entidade é chamada para a assessoria e formação dos movimento sociais em Sergipe.

3.2 Os Processos Formativos do CESEP

Os processos formativos do CESEP envolvem o trabalho educativo junto aos movimentos sociais em Sergipe. O período da criação desta entidade tinha como cenário político e social o desenvolvimento de um modelo neoliberal no mundo, a nível nacional e regional. Este modelo tem como uma das estratégias a destruição das forças sociais, como o movimento popular e sindical, o que é observado por Oliveira (1995):

A letalidade maior do neoliberalismo é que ele ataca as bases da esperança que se construiu nos anos da ditadura. Ataca o vigoroso movimento popular. Metamorfoseia esse movimento de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não tem memória... Em segundo lugar, o medo da mudança. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante que o sindicalismo brasileiro mostrou. Este é o programa neoliberal em sua maior letalidade: destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil⁷⁰.

A esse respeito o I Encontro Internacional das ONGs se posicionou de diferentes maneiras. Segundo Dias (1991), o Estado brasileiro, privatizado desde os seus primórdios, enfrenta hoje sua mais recente e aguda crise estrutural exatamente a partir da aceitação da proposição neoliberal que busca torna-lo mera ficção perante o verdadeiro Estado transnacional representado pelo conjunto dos interesses políticos e pelos investimentos dos megaconglomerados que hegemonizam nossa economia e a economia internacional.

Para ele o aprisionamento do Estado pelo capital transnacional, proposição central da ideologia neoliberal, deixará na miséria milhões de seres humanos, privados de políticas sociais. Em torno dessas considerações ele expõe que

⁷⁰ Oliveira, op. cit. p.28

por tudo isso, a luta pela democracia envolve a elaboração coletiva de um projeto hegemônico por parte dos trabalhadores. A todos aqueles que adiram crítica e radicalmente a um projeto totalizante, econômico, social, político e cultural que tenha como pressuposto indispensável à supremacia real do trabalho sobre o capital, a subordinação deste aos interesses claramente definidos de uma economia voltada para a produção de bens socialmente necessários, demandados pelos grandes coletivos de trabalhadores. Acima de tudo, esse projeto de hegemonia deverá reinventar o Estado e as instituições da sociedade política e civil, assegurando aos trabalhadores o efetivo exercício do poder em uma perspectiva de democracia radical⁷¹.

Relativo a esta proposição podemos constatar que já nesse período a reinvenção do Estado para uma democracia radical na América Latina não aconteceu, pelo contrário houve uma fragmentação e um enfraquecimento das organizações sociais no Brasil. Houve demonstrações de resistência ativa, através dos movimentos sociais, ainda que não conseguiram estabelecer transformações estruturais, pelo menos se constituíram em práticas políticas e educativas significativas na articulação e formação destes movimentos nos quais se inclui o CESEP, cuja dinâmica deverá ser compreendida enquanto Organização Não Governamental (ONG).

O I Seminário de Educação Popular foi o primeiro processo formativo importante para a compreensão da Prática de Educação Popular desenvolvida nessa entidade. Nesse Seminário Rosa Romero (assessora da UNIMEP) destaca que a Educação Popular contribui para transformar a realidade que provoca a opressão, uma vez que exige no trabalho de Educação Popular uma ação de transformação⁷². E para que isso se efetive ela explicita os níveis da consciência:

Consciência Ingênua – mágica, ligada ao sagrado, legitima as diferenças sociais, incorpora como suas as explicações dadas pelos que detém o poder. Produz ações individualistas, pela sobrevivência, paternalistas, apego ao mito e o ritual.

Consciência Pré Crítica – Constata as desigualdades e injustiças, sente-se marginalizados do progresso, denúncia confusa. Produz insatisfação e ressentimento quanto à sociedade, apego ao novo, ações desorganizadas.

Consciência Integradora – Passa despercebido à análise, faz referência à explicação científica crítica da realidade, tem compreensão estrutural. Produz negociação no conflito,

⁷¹ DIAS, José F. Os trabalhadores e a modernidade: em busca dos frutos dourados da vida. In I Encontro Internacional das ONGs, p. 14.

⁷² Este seminário foi realizado de 7 a 9/10/88, promovido pelo CESEP e a UNIMEP. Consta no Prontuário de Estágio de Edna Alves no arquivo do CESEP.

troca para participar do esquema, reforma dentro da ordem, ação em benefício de um só grupo, reivindicação econômica não crítica.

Consciência Crítica Libertadora. Tem explicação no esquema ação reflexão ação. Produz a busca de novas relações pessoais, tem compromisso com a luta de classes, busca criar alternativa (nova sociedade), busca criar um processo permanente de revolução cultural.

Os participantes do seminário ao analisar o nível de conscientização na prática dos movimentos assessorados pelo CESEP, destacam as invasões/ocupações da Baixa Fria e do Bairro América pelos Sem Teto. Observam que as lideranças eram pessoas oportunistas; um queria ser vereador, outro representante do Sem Teto, outros queriam conhecer o governador e pedir uma casa individualmente. Quando grupo começa a ter uma liderança o pessoal quer lutar pela sobrevivência, ter uma casa para pagar menos do que um quarto de vila, aí está a consciência ingênua.

Esses níveis de consciência envolve alguns aspectos em torno da Pedagogia do Oprimido, discutidos por Paulo Freire(1987). Segundo este autor,

a liderança revolucionária não pode admitir, como liderança, que só ela sabe e que só ela pode saber – em função de sua mesma consciência revolucionária, diferente do nível de conhecimento ingênuo das massas, não pode sobrepor-se a este, com o seu saber... Por isso mesmo é que não pode sloganizar as massas, mas dialogar com elas para que seu conhecimento experimental em torno da realidade, fecundado pelo conhecimento crítico da liderança, se vá transformando em razão da realidade.⁷³

Ao analisar a “Pedagogia do Oprimido Saviani (1990) considera que a matriz teórica é a dialética do senhor e do escravo de Hegel. Trata-se de um processo de libertação em que a chave é a libertação das consciências”. Ele cita Hegel:

O escravo se liberta do senhor na medida em que ele se reconhece como tal e nesse processo e também liberta o senhor; é, pois uma libertação que se dá no âmbito da consciência, no âmbito do subjetivo e a realidade permanece tal e qual, já que o escravo que se reconhece como tal passa a exercer livremente a sua condição; portanto não se trata mais de uma condição imposta e, se não é imposta, o senhor também se libertou da condição de senhor porque não precisa constanger o seu escravo a servi-lo⁷⁴.

⁷³ FREIRE, P. Pedagogia do oprimido, p. 134.

⁷⁴ HEGEL, F. apud D. SAVIANI. O Pensamento da Esquerda e a Educação na República Brasileira, p. 14.

Assim para Saviani (1990) na Pedagogia do Oprimido, a referência fundamental ainda é uma libertação no âmbito das consciências⁷⁵.

Como vimos acima a Educação Popular estava ligada a esse viés apresentado por Saviani, em que pretendia desenvolver a consciência crítica das lideranças dos movimentos populares. A transformação da realidade tinha relação com a transformação das consciências. Contudo como nos mostra Marx (1999) “a coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária”⁷⁶. Portanto para a transformação da realidade faltava o entendimento do que seja a práxis revolucionária, assim sendo a Educação Popular como era vista não aprendia o movimento histórico e social da realidade na sua essência transformadora.

Outro momento importante no início de definição dos programas e projetos do CESEP foi à realização do II Encontro Estadual de Movimentos Populares. Segundo as deliberações deste Encontro o CESEP buscará também atuar conjuntamente com as demais entidades que trabalham com formação em nosso Estado, tais como: secretaria de formação política do PT, secretaria de formação da CUT e a nível nacional com a Escola Quilombo de Palmares (EQUIP), Instituto Cajamar e Núcleo de Educação Popular – 13 de maio (NEP)⁷⁷.

O CESEP atuaria, então como entidade responsável pela articulação, formação e assessoria dos movimentos populares em Sergipe. Daí a preocupação em discutir com a equipe do CESEP a continuidade do trabalho para a realização de projetos⁷⁸.

Nota-se a busca da equipe administrativa e executiva do CESEP por uma formação mais qualificada. No entanto esses projetos demonstram inicialmente que a entidade não tem uma clareza do seu papel na sociedade, há uma atuação diversificada. Esta diversificação de

⁷⁵ Essa análise de Saviani é importante para compreender os pressupostos teóricos freireanos até Pedagogia do Oprimido. Contudo vale ressaltar que os escritos de Paulo Freire avançam e superam a perspectiva idealista no âmbito da consciência, do pensamento, para uma perspectiva das bases materiais e reais concretos da existência humana. A esse respeito Afonso Celso Scocugalia (1997:101) ao sintetizar a evolução do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire observa que a “conscientização” engendradora, com a contribuição de Vieira Pinto e dos isebianos em estágios crescentes de consciência (ingênua, transitiva, crítica) desloca-se, gradativamente, para “consciência de classe Lukacsiana”.

⁷⁶ MARX, K. Teses sobre Feurbach, p. 12.

⁷⁷ Este encontro foi realizado nos dias 10 a 12/02/89 em Aracaju. Teve a participação de grupo de jovens, Movimento Sem Teto, Movimento Sem Terra, Movimento Sindical, Movimento Negro, Movimento Estudantil, Movimento Roda de Fogo de Recife, Associações de moradores, CEB's, Comitê de Solidariedade aos Povos latinos Americanos.

⁷⁸ Para isso foram lançados vários projetos de sustentação das atividades, de produção comunitária, Assessoria, Capacitação de Grupos de Produção comunitária na Cidade de Aracaju/SE, Trabalho, Moradia e Saúde, Pesquisa sobre a saúde na Prainha etc, que foram enviados para agências internacionais de ajuda aos países do 3º mundo para viabiliza-los.

atividades e projetos acreditamos que foi devido à forma como o CESEP se apresentava, ou seja, uma ONG (Organização Não Governamental) responsável pela formação das lideranças dos movimentos populares de Sergipe. Entretanto, a identidade e o seu papel político e educativo na sociedade não estavam claros, principalmente por ser, no período, a única entidade em Sergipe, com essa natureza articuladora dos movimentos sociais urbanos, ora formadora, organizando diversos cursos, seminários, além de ser referência para assessoria em ações implementadas por alguns movimentos populares em Aracaju.

Em 1989 o CESEP desenvolveu diversas atividades formativas. Observa-se que estes processos formativos atendiam as demandas que advinham dos movimentos populares o que constituía uma dificuldade na definição da identidade do CESEP, pois ao mesmo tempo em que foi criado para assessorar esses movimentos, em algum momento era considerado como um movimento popular⁷⁹. (Anexo 1).

A este respeito Carlos Eduardo Trindade coloca que:

O CESEP ao mesmo tempo em que se constituía como uma entidade de assessoria, havia uma cobrança por parte das lideranças comunitárias que a entidade atuasse como um movimento popular. Naquele momento a gente quis diferenciar das outras organizações populares, mas naquele contexto havia a necessidade de uma intervenção maior, porque as iniciativas dos movimentos populares, geralmente eram fragilizadas do ponto de vista institucional; e o CESEP em alguns momentos cobria as lacunas institucionais. Mesmo assim nós que estávamos à frente da entidade não abrimos mão de manter a característica de assessoria até 1992, e depois como uma ONG. Só que havia pouca maturidade das pessoas naquele momento que garantisse o fortalecimento institucional do CESEP e, por conseguinte, o fortalecimento político dos movimentos populares. Vai ocorrer um avanço maior com a criação da Central dos Movimentos Populares.

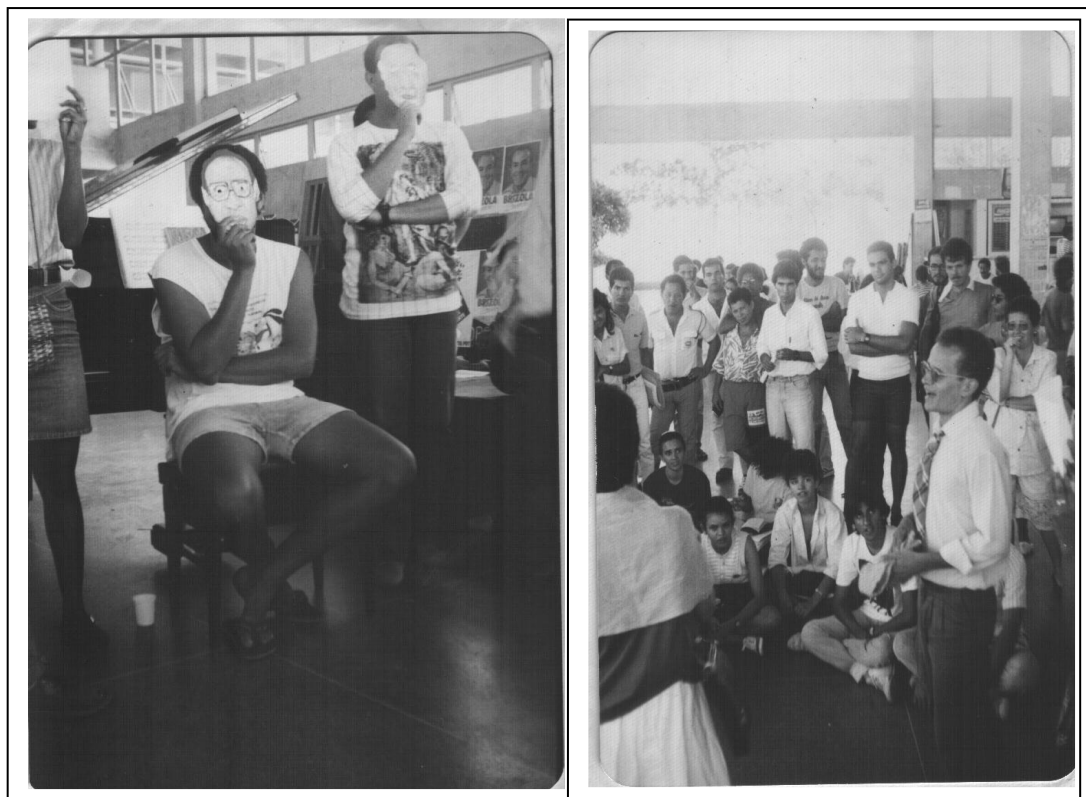
FIGURA 3: ATIVIDADES FORMATIVAS PROMOVIDAS PELO CESEP (Curso de lideranças)



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

⁷⁹ Estas atividades encontram-se no relatório de atividades de 1989 no arquivo do CESEP

FIGURA 4: ATIVIDADES FORMATIVAS PROMOVIDAS PELO CESEP (peça teatral boutique dos presidenciáveis).



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

Em meados de 1989 avaliando a sua relação com os movimentos populares e considerando suas ações sem consistência, o CESEP passou a pautar a sua atuação no campo da formação e da assessoria a estes movimentos. Esta mudança, segundo Sidney só vai ser concretizada a partir do III Encontro de Movimentos Populares em 1990 quando é criada a Pró Central dos Movimentos Populares, que passa a desempenhar a função até então exercida pelo CESEP, de articulador e estimulador dos movimentos populares. Outros três fatores foram determinantes para a efetivação desta mudança: a contratação de José da Guia Marques, como assessor do CESEP, a assessoria de Pablo Laporte (FASE), na elaboração e discussão do projeto de apoio institucional e a assessoria de Álvaro Pantoja (CENAP – Centro Nordeste de Animação Popular). Estes fatores fizeram com que o CESEP se desse conta de sua “crise institucional”, sem objetivos e métodos definidos, ou mesmo sem a definição da natureza específica do seu trabalho”⁸⁰.

Sidney considera que em 1990 visando iniciar a superação dessa situação, o CESEP, passa a definir a sua identidade e natureza institucional como sendo uma “Organização Não

⁸⁰ Prontuário do Estágio realizado no CESEP por Sidney Cruz Santos – Abril/93 a janeiro/94.

Governamental”, apartidária, ecumênica, sem fins lucrativos, voltadas para a prestação de serviços de assessoria aos movimentos sociais em Sergipe.

Nesse ano acontece o III Encontro de Movimentos Populares de Sergipe, o qual possibilitou a articulação dos movimentos populares de Sergipe. O tema trabalhado por Hélio Porto – Secretário geral da FAMERJ (Federação de Associações de Moradores Estadual do Rio de Janeiro) foi Movimento Popular x Estado: da abertura política ao governo Collor”. Para ele

existem dois problemas sérios a serem resolvidos hoje pelo Movimento Popular. Primeiro superar os níveis de reivindicações imediatistas, e depois, procurar compreender politicamente o seu papel dentro das contradições geradas pela estrutura social capitalista em que vivemos⁸¹.

Neste encontro foi destacada a unificação dos Movimentos populares em Sergipe a articulação com as ONGs e Sindicatos, no sentido de possibilitar um processo de formação permanente das lideranças dos movimentos populares. E como meta principal ficou a composição de uma comissão para formar a Pró Central dos Movimentos Populares. (CESEP: 1990).

O CESEP passa então a se constituir um espaço de formação e articulação importante dos movimentos populares em Sergipe. Assim, o Programa de Formação visava contribuir com formas sistemáticas de formação de lideranças e dirigentes populares, bem como oferecer às entidades de base subsídios e apoio técnico pedagógico para o processo de formação a seus militantes⁸².

Após se constituir como uma entidade de referência de formação no Estado de Sergipe nos seus três anos de existência o CESEP inicia um trabalho formativo junto a EQUIP (Escola Quilombo de Palmares/PE), ONG que desenvolve processos de formação para dirigentes dos movimentos populares no Nordeste⁸³.

A relação do Centro Sergipano de Educação Popular com entidades a nível regional e nacional foi fundamental para sua consolidação no estado de Sergipe, visto que possibilitou

⁸¹ Relatório do III Encontro Estadual de Movimentos Populares, realizado nos dias 27 a 29/04/90, com a participação de 40 entidades.

⁸² Projeto Institucional de Apoio Operacional. CESEP – Dez/1991

⁸³ Projeto Institucional de Apoio Operacional. CESEP – Dez/1991

ampliar seu campo de formação com as lideranças dos movimentos sociais, bem como a auto formação da equipe técnica.

Em Lagoa Seca aconteceu o primeiro curso realizado pela EQUIP. Esse curso teve como objetivo prosseguir na capacitação metodológica de educadores para os movimentos populares, considerando as características do contexto dos movimentos no Nordeste: exercitar especificamente em planejar o acompanhamento educativo da ação e organização popular, em vista da “formação da ação”, e elaborar recomendações metodológicas gerais para o acompanhamento educativo do processo de organização popular⁸⁴.

Sobre a Escola Quilombo dos Palmares o trabalho de Daniel Rodrigues identifica sua origem. Nesse trabalho é destacado que a EQUIP tinha como proposta estar a serviço do movimento sindical e popular. Antes de sua fundação, em 1988, ela se definia enquanto Escola Sindical, com uma ênfase rural, fruto da ação dos assessores e dos dirigentes sindicais da região do Brejo da Paraíba. Após este período foi aprovada a idéia de a Escola ter uma personalidade jurídica própria, independente da Central, e, analisando a relevância do movimento popular na luta social da região Nordeste, concluiu-se que este também deveria fazer parte do trabalho da Escola (grifos do autor)⁸⁵.

Até 1992, continuou a Escola a manter a prioridade para com o movimento sindical. Essa relação objetivava o fortalecimento do projeto político da CUT, e em especial de suas instâncias formativas, as Secretarias de Formação Estadual nos estados do Nordeste. Existia a facilidade da relação da Escola com o movimento sindical, através da sua centralidade, pois a CUT era o único interlocutor com suas instâncias bem definidas. Além disso, o movimento sindical na época era muito respeitado, na esquerda em geral, por sua força mobilizativa e de representação dos trabalhadores. No caso dos movimentos populares, não existia uma Central, e a fragmentação desses movimentos era uma característica que dificultava o processo de interlocução mais orgânica com a Escola. Apesar dessas dificuldades, esse Programa começou logo em 1989.

Os processos formativos a nível nacional contribuíram para a auto formação dos educadores do CESEP, possibilitando um conhecimento mais amplo da sociedade. Para ilustrar esses processos, destacamos dois eventos em que foram importantes. A II Plenária Nacional, quando tem a idéia da criação da Central dos Movimentos Populares.

⁸⁴ Relatório da 1ª etapa do curso de formação de educadores de movimentos populares. 1991

⁸⁵ RODRIGUES, D. A. A construção dos princípios políticos pedagógicos na trajetória da Escola Quilombo de Palmares – 1987 – 1994, p.31

Nessa plenária é destacado que o Movimento Popular no Nordeste tem assumido lutas importantes, com destaque especial à luta pela moradia. Entretanto falta uma política comum dos movimentos para contrapor com alternativas na relação com o governo. Parece que o mesmo está resgatando as lutas imediatas. É preciso articular as lutas específicas com as lutas gerais. É fundamental que o movimento popular conheça os desafios que o capitalismo impõe a fim de enfrentar os problemas concretos. Aloísio Mercadante nesta plenária observa que “na ultima década tivemos o fortalecimento da sociedade civil no Brasil, avançando na afirmação da defesa dos interesses populares. A CUT contribuiu a partir da década de 80. A Central dos Movimentos Populares será fundamental na década de 90”⁸⁶.

No I Encontro Internacional das ONGs, quanto ao trabalho do CESEP é observado que não podemos reduzir os trabalhos de assessoria àquela passividade característica de épocas passadas. Mesmo estando a serviço devemos dar um caráter ativo ao serviço prestado, atuando em espaços políticos importantes que as organizações populares por sua limitação estrutural, falta de autonomia e flexibilidade não conseguem fazer. O CESEP não substitui as organizações populares, mas ocupa as lacunas estratégicas deixadas por estas. Sair da posição defensiva para elaborar propostas concretas alternativas deve ser o objetivo maior da assessoria do CESEP. Este serviço é que dará suporte ao trabalho que desenvolvemos junto à base. Não chegaremos até ela fornecendo somente contribuições imediatas a sua organização, mas subsidiaremos suas práticas com amplo material teórico sobre os vários assuntos.

Em função desses processos vale ressaltar que houve diversos outros cursos e seminários em que o CESEP esteve presente potencializando assim a prática da equipe de educadores. Nestes processos eram discutidos temas que estavam diretamente vinculados com a prática educativa desta entidade: ecologia – ECO/92, Direitos Humanos, Criança e Adolescente – ECA; Alfabetização – Seminário Internacional, etc. Estes processos constituem espaços privilegiados de formação. O Centro torna-se então uma referência no Estado de Sergipe na sua especificidade de atuação junto aos movimentos sociais, assim como agente de iniciativas, junto à sociedade civil sergipana. O exemplo importante neste período foi à elaboração do dossiê sobre o extermínio de **Crianças e Adolescentes e o Seminário Segurança e Cidadania**, que envolveu movimentos sociais do estado, e diversas instituições a nível nacional. Além de várias iniciativas no âmbito do meio ambiente e democratização dos meios de comunicação (o que será expresso posteriormente).

⁸⁶ Relatório da II Plenária Nacional dos Movimentos Populares, no período de 18 a 20/10/91 em São José dos Campos/SP.

Tendo em vista a superação da frágil organização da equipe do Programa de Formação foram realizados diversos processos formativos internos. No seminário sobre formação foi expresso que, desde maio de 1991 a Coordenação Executiva vem se reunindo periodicamente para avaliar o seu programa de cursos e o próprio papel do Centro no contexto das lutas populares de Aracaju nestes três primeiros anos de existência. A proposta do seminário partiu de uma pesquisa com os grupos assessorados⁸⁷.

No Programa de Educação Popular, durante seus 5 anos de existência foram desenvolvidas atividades de formação de lideranças e dirigentes populares, bem como foram oferecidos aos Movimentos Populares Urbanos subsídios e apoio técnico-pedagógico para fortalecer sua organização e melhorar suas ações junto às bases. As ações foram divididas em: formação programada – cursos de Formação para Dirigentes Populares - Cursos de Formação para grupos de Base. E a Formação na ação – acontece no acompanhamento à organização de experiências populares inovadoras que tenham efeitos multiplicadores em termos de melhorias de condições de vida da população, a partir da sua realidade⁸⁸.

Seguindo a linha de formação da EQUIP aconteceram diversos Cursos de Formação de Dirigentes Populares⁸⁹. No curso de formação de educadores realizado pela EQUIP foram discutidas as seguintes questões: Formação em Ação: dimensão educativa dos processos de luta e organizações através dos ciclos sucessivos de reflexão-ação (que precisa ser cuidada pelo educador para não torna-la espontânea). Formação programada – eventos planejados especificamente para formação como cursos, seminários, que só tem sentido se inseridos dentro de um processo de luta e organização, se planejada como resposta às necessidades de aprofundamento e formação, nascidas no processo de luta. Foi destacado que a direita criou a CONAM, cujos dirigentes dependem de cargos governamentais são ligados aos grandes partidos conservadores. O governo Sarney criou o SEAC para jogar nessa estrutura o mesmo papel do ministério do Trabalho na estrutura sindical, para atrelar as associações. Paulo Afonso assessor da EQUIP alertou que a formação de lideranças é fundamental para superar o imediatismo e a burocracia existentes nas organizações do Estado capitalista.

Aqui é importante ressaltar que estes cursos facultaram a possibilidade da criação de um campo de ação comum entre os movimentos sociais no Nordeste. À medida que estes movimentos se encontravam para discutir suas problemáticas fortaleciam a compreensão da

⁸⁷ Relatório do seminário de metodologia do programa de formação, realizado no dia 18/01/92.

⁸⁸ Projeto de Apoio trienal – (1993 – 1995) de atividades do CESEP - Set/92.

⁸⁹ Curso de Formação de Educadores para os Movimentos Populares – 4 a 7/09/92, realizado em Cabedelo PB. É importante ressaltar que tanto a formação programada (cursos, seminários, encontros, etc), como a formação em ação (assessoria aos movimentos) vai constituir o trabalho prioritário da entidade.

intervenção que estes movimentos eram capazes de fazer principalmente em constituir práticas políticas diferentes das assistencialistas. (grifo nosso).

A EQUIP organiza também cursos descentralizados. No curso realizado pela ACOTIRENE e CESEP é colocado que

o trabalho dos últimos governos (Sarney e Collor) tem sido no sentido de desarticular e desacreditar os movimentos. Houve uma fragmentação (grande números de movimentos) colocado pelos governantes e pela recessão imposta na sociedade. Estamos passando por uma crise nacional e internacional. A nossa capacitação exige acima de tudo um projeto de sociedade que é classista, o que está na ordem do dia é a questão do conhecimento, então o movimento tem que se qualificar para fazer as mudanças da sociedade⁹⁰.

Esses cursos organizados pela EQUIP, ACOTIRENE e CESEP possibilitaram um conhecimento mais amplo da realidade em que as lideranças estavam inseridas. Havia a preocupação com a qualificação das lideranças dos movimentos populares, como forma de contrapor-se às organizações criadas para atender os interesses assistencialistas dos governos. Contudo esses cursos não conseguiram constituir práticas efetivas no sentido da transformação global da sociedade, na direção revolucionária, mesmo se possibilitou a construção de um elo de articulação entre os movimentos populares no Nordeste. O modelo neoliberal já se constituía como uma força hegemônica, sendo visível a fragmentação dos movimentos sociais e de outras organizações.

O Programa de Educação Popular do CESEP priorizou, contribuir com os Movimentos Populares, através da Formação programada e da Formação na Ação. Foram realizados cursos e assessoria aos movimentos comunitários. Cursos para grupos de base – Na Terra Dura, Bugio, Prainha e MOPS (Movimento Popular de Saúde). Tendo também estes movimentos o acompanhamento sistemático dos educadores do Centro. Nesse sentido foi realizado o curso na Terra Dura. O objetivo do curso foi o seguinte: ajudar aos grupos de moradores interessados em realizar uma reivindicação, a organizar corretamente o trabalho conjunto, a fim de poder conseguir um resultado favorável. Houve as seguintes considerações: a reivindicação não pode ser conseguida apenas com a união dos moradores do próprio bairro, há necessidades de procurar aliados. É importante estabelecer quais os aliados principais e os secundários. Os aliados principais são aqueles que tem mais interesse na vitória da

⁹⁰ Relatório do 1º Curso descentralizado para dirigentes populares – 06/06/93, realizado em Maceió.

reivindicação popular e que dispõem também de mais recursos para apoiá-la. Os aliados secundários são aqueles que apóiam a luta com certa limitação⁹¹.

Esse curso mostra que a nível local, a formação era em torno das lutas localizadas e a forma de pressionar o poder público para a conquista das reivindicações. Através destes cursos alguns movimentos conseguiram organizar ações no sentido de pressionar o poder público, principalmente aqueles que participaram dos processos formativos a nível regional e nacional. Uma das iniciativas mais consistentes refere-se à escolarização nos bairros periféricos de Aracaju, seja com Alfabetização de Jovens e Adultos, seja com Educação Infantil. Em alguns lugares houve a construção de escolas comunitárias com o trabalho de formação de educadores.

Para elucidar esta análise sobre os movimentos de base, aqui entendidos como os movimentos sociais urbanos que têm uma ação localizada, o trabalho de Telma Miranda (1997:523) faz reflexões a este respeito. Ela traz as assertivas de José de Sousa Martins (1992). Este autor afirma que os autores que analisam os movimentos sociais urbanos não reconhecem a significância do vivido, enquanto fator de novas possibilidades de vida presentes na história local e fragmentária do bairro ou qualquer que seja o lócus da moradia. Segundo Martins o locus dos movimentos sociais está posto como os locais da reprodução (e não da criação), como o lugar do cotidiano (e não da história), como o lugar do vivido (e não do concebido)⁹².

A esse respeito Karel Kosik (1976:13) contrário ao pensamento imediatista, demonstra o pensamento dialético. Para KOSIK

a dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo, não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.

⁹¹ Curso de Formação para a ação na base da Terra Dura, realizado de 9 a 11/07/93. Estes cursos foram realizados neste período como parte da formação programada junto aos movimentos populares de Aracaju

⁹² MARTINS. Subúrbios apud, ibidem.

Quero ressaltar que esse trabalho busca essa compreensão dialética, no sentido de revelar a práxis social em que o objeto dessa pesquisa está inserido, e que, vai além do fenômeno perceptível. Kosik (1976:84) nos mostra que:

na cotidianidade a atividade e o modo de viver se transformam em um instintivo, subconsciente e inconsciente irrefletido mecanismo de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos na sua originalidade e autenticidade, não se examinam, nem se manifestam, simplesmente são. A cotidianidade é o mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais... A cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde... Se a cotidianidade é a característica fenomênica da realidade, a superação da cotidianidade reificada não se processa como salto da cotidianidade à autenticidade, mas como destruição prática do fetichismo da cotidianidade e da História; isto é, como eliminação prática da realidade reificada, tanto nos seus aspectos fenomênicos como na sua essência real.

Esta análise traz a importância de ir além dos aspectos imediatos da realidade. Nesse sentido fazendo relação com os cursos de base, podemos aludir que os mesmos não permitiam superar o imediatismo das práticas dos movimentos populares, nem compreender a essência real das condições materiais em que as lideranças estavam inseridas.

Na avaliação do Programa de Formação, o coordenador Lourival Júnior Holanda mostrou os objetivos do seminário: Discutir o papel de formação, junto aos movimentos populares; avaliar o Programa de Formação; e elaborar propostas de trabalho para 1994. Quanto à proposta metodológica do CESEP observa que “o programa de Formação proporciona às lideranças e aos grupos populares a socialização das informações e dos conhecimentos, através do método dialético da educação popular, da troca de experiências e do resgate da práxis dos próprios movimentos”⁹³.

Na conclusão do seminário os participantes discutiram a proposta de 1994: realizar um seminário para discutir com os movimentos as propostas; priorizar a discussão metodológica da proposta, definir uma política de formação; criar uma estrutura financeira (fundo) para o trabalho de formação do CESEP, envolvendo outras entidades. Ampliação da equipe permanente do programa, estreitar a relação com as estagiárias da UFS; incentivar a participação de voluntários na equipe, desenvolver uma formação conjunta com o Movimento

⁹³ Relatório do Seminário de Avaliação realizado no dia 05/12/93, promovido pelas entidades (EQUIP, ACOTIRENE, CPC, UFS, CUT e CESEP)

Popular e Movimento Sindical; realizar cursos para novas lideranças do movimento popular, realizar cursos para os grupos de base dentro do acompanhamento aos grupos comunitários.

No plano de trabalho/94 é destacado que a visão metodológica do CESEP não visa pura e simplesmente utilizar técnicas e métodos participativos, que tornará um programa como sendo de educação popular, se o projeto político for de perpetuação da dominação das camadas populares, como também de nada adiantará o projeto político, ou o discurso avançado, se a postura dos educadores, as técnicas ou métodos utilizados não valorizem o saber próprio dos movimentos, ou se os conteúdos trabalhados sejam alheios à realidade dos mesmos ou sejam passados de uma forma vertical. É preciso que haja esta coerência entre o político e o metodológico.

A Concepção Metodológica Dialética é apresentada no plano de trabalho/94 como opção metodológica do CESEP no trabalho de Educação Popular. Nesse sentido são pertinentes as observações de Roberto Antilón (1991), sobre a concepção metodológica dos trabalhos em educação popular. Ele expõe que essas discussões em torno da concepção metodológica dialética foram compartilhadas na Rede Alforja e na Rede Nacional de Educação Popular no México⁹⁴.

Para ele o pensamento dialético fortalece o movimento popular a partir de três aspectos fundamentais:

- Uma relação entre a prática e a teoria fundamentada no fato de que a prática social é a fonte, critério de verdade e fim último do processo de conhecimento;
- A história como um processo que se constrói a partir da prática dos sujeitos sociais, que por sua vez estão condicionados às determinações histórico-estruturais do período, as diferentes conjunturas e às situações circunstanciais pelas quais um país, região ou localidade vai atravessando em seu devir histórico e que lhe impõem a cada processo um determinado ritmo, seus momentos de fluxo e refluxo e as diferentes fases do seu desenvolvimento;
- A realidade como totalidade, múltipla, complexa e contraditória: na qual as relações entre os homens se expressam em múltiplas dimensões e vão configurando as sociedades concretas.

⁹⁴ ANTILÓN, R. Quais são os elementos essenciais na concepção metodológica dialética, p.193.

A concepção metodológica trabalhada no CESEP e outras organizações cujas práticas têm como eixo a Educação Popular define-se como a Concepção Metodológica Dialética, sendo assim faz-se necessária uma análise mais elucidativa do que seja a dialética como método.

A dialética como método originou-se na Grécia. Teve como principais representantes: Platão, Sócrates, Heráclito e Aristóteles, como nos mostra Lívio Sichirollo (1973):

A idade média nos apresenta em toda a variedade das suas manifestações, formas, figuras, a dialética subjetiva; a dialética do diálogo e da discussão. Numa tradição em que convivem platonismo, aristotelismo e a tradição paulina, três doutrinas dialéticas nos seus princípios, nas suas relações recíprocas, e só conciliáveis mediante um esforço que procure o acordo do discurso teológico metafísico não apenas consigo próprio, mas também com a realidade terrestre, a realidade sobrenatural... A coerência do discurso serve apenas para preservar o homem da contradição e das contradições da realidade, para protegê-lo dos perigos da dúvida, do cepticismo e da descrença como consequência de um discurso, em si mesmo duplo. Quanto mais a dialética objetiva se torna objeto de temor, tanto maior é a importância da dialética subjetiva como meio de revelar e de evitar as contradições⁹⁵.

Nesse sentido a dialética tem uma base filosófica idealista como em Kant e Hegel, apesar da diversidade da situação histórica e da maneira de pôr filosoficamente o problema. “A distinção entre Kant e Aristóteles dar-se a partir do fato de que na dialética Kantiana as teses são apresentadas como resultante de uma situação humana: a razão exposta ao erro da ilusão”.

Sichirollo mostra que em Aristóteles a dialética representava a propedêutica do filosofar. Kant, dentro do sistema justifica a dialética pela própria estrutura da razão do homem. Kant é idealista porque percebe a realidade enquanto razão humana, enquanto conhecimento, porém não a percebe enquanto concretude das relações humanas.

Para Hegel a Dialética não é outra coisa senão o movimento incessante entre o discurso que é ação e a revelação da realidade neste discurso e nesta ação. A dialética é este movimento, não uma construção do espírito. Exatamente por isso a dialética é totalidade não contraditória das contradições. É o produto da história real em que o homem atuou, falou, transformou o mundo e se transformou a si próprio com a palavra e com sua própria obra. A história é negatividade, discurso, e realização do sentido não da palavra e da ação. Compreender significa, compreender o que aconteceu a partir da história, ou melhor, na história. A filosofia é, sobretudo, compreensão do seu próprio devir. O sistema da dialética hegeliana, ou seja, a

⁹⁵ SICHIROLLO, L. A Dialectica, p. 98.

filosofia e o seu método é uma tomada da consciência da realidade, contudo esteve às avessas, porque se apoiava sobre a consciência, sobre o pensamento e não sobre a realidade concreta.

Sichirollo (1973:153) quando explica o método dialético em Marx mostra que, “o que distingue Marx e aqueles que de Marx procede, é a concepção da dialética como método”. No Posfácio à 2ª edição do I Volume de “O Capital” (1873) Marx define o seu método dialético, distinguindo-o do método hegeliano, que lhe é “diretamente oposto”. Assim Marx mostra.

Para Hegel, o processo do pensamento que ele transforma em sujeito independente como o nome de idéia, é o demiurgo do real, que constitui, por seu turno, o único fenômeno externo da idéia ou processo do pensamento. Para mim, ao invés, o elemento ideal não é senão o elemento material transferido e traduzido no cérebro dos homens. Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há uns trinta anos, quando ainda era moda. Mas, exatamente, enquanto elaborava o primeiro volume de O Capital, os perigosos, presunçosos e medíocres epígonos que agora dominam na Alemanha culta, compraziam-se em tratar Hegel como nos tempos de Lessing, o bom Moisés Mendelssohn tratava Espinosa: como um cão morto. A mistificação, a que obedece a dialética nas mãos de Hegel, não anula de modo nenhum que tenha sido ele o primeiro a expor ampla e conscientemente as formas gerais do movimento dialético. Nele a dialética está às avessas. É necessário volta-la do avesso para descobrir o caroço racional dentro da carapaça mística. Na sua forma mistificada, a dialética transformou-se numa moda alemã, porque parecia transfigurar o estado das coisas existentes. Na sua forma racional, a dialética é escândalo e horror para a burguesia e para os seus corifeus porque, na compreensão positiva do estado de coisas existentes, está simultaneamente incluída a compreensão da sua própria negação, a compreensão da sua necessária superação, porque concede todas as formas transformadas no fluir do movimento, portanto, também no seu lado transitório, porque nada a pode intimidar e ela é crítica e revolucionária por essência.

Na sua síntese Sichirollo (1973:169), portanto, destaca que:

a dialética da história manifesta-se assim, como luta de classes, e a libertação do homem realizar-se-á quando uma classe, que não têm interesses particulares a defender, suprimir o sistema de classes e restituir o homem a si próprio num mundo humanizado. O meio para atingir este fim é a ação revolucionária, um meio que no presente imediato tem em si sua própria justificação: o que serve a revolução, serve aos objetivos da revolução. Na realidade, as condições de trabalho (as relações de produção) determinam o pensamento de uma época, a situação social determina o pensamento das classes, a situação objetiva no âmbito da economia e da técnica oferece ou exclui a possibilidade da revolução. A realidade econômica transforma-se em causa e o pensamento torna-se o resultado desta causa.

Marx supera, portanto, todo o idealismo hegeliano, assim como todos os idealistas anteriores, principalmente por interpretar a sociedade do ponto de vista real e concreto, que vai além da abstração. Karl Marx (1983:218) ao abordar o método dialético argumenta que:

do mesmo modo em que toda ciência histórica ou social em geral é preciso nunca esquecer; a propósito das categorias econômicas que, o objeto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro ; não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existências determinadas... O capital é a força econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada e deve ser explicado, antes de qualquer outra categoria.

Portanto não podemos concluir que a concepção metodológica dialética trabalhada no Centro Sergipano de Educação Popular no período pesquisado estava em sintonia com o método dialético desenvolvido por Marx. Infiro que a falta de conhecimento deste método resultou em apreendê-lo apenas na tomada de consciência da realidade, ou seja, estava mais em sintonia com a dialética em Hegel. Há a percepção apenas enquanto relação teoria e prática, sem apreender a práxis social e humana na sua totalidade.

No Centro há também a discussão em torno da identidade das ONGs. Outrossim enfocaremos também o estudo da educação e os trabalhos de alfabetização, junto aos movimentos sociais em Sergipe.

A identidade das ONGs é discutida em seminário. Os educadores constaram que

a história da parceria dos órgãos públicos com ONG's deve ser encarada como exercício de cidadania, como conquista deste espaço. É um exercício de participação e cidadania. Aumenta a degradação ambiental, isso é um lado que acontece no planeta; por outro lado aumenta a massa crítica, teórica e prática, que está convencida de que este movimento civilizatório hoje é fraco e degradante. A opção ética e política das ONGs buscam mais vida, mais liberdade . Há um desafio; como articular estas alternativas políticas, culturais com um projeto econômico. As ONGs e o Movimento Social estão desafiados a inventar alternativas. É preciso ter clareza do que somos, qual o fundamento ético-político que nos inspira neste trabalho que fazemos?⁹⁶

As discussões em torno da identidade das ONGs são fundamentais, no entanto faz-se necessário aprofundar o assunto para uma melhor compreensão. É nesse campo que se fazem

⁹⁶ Seminário Educação Popular e Políticas Públicas, realizado no período de 17/18/10-95 em Recife PE, promovido pelo CENAP (Centro Nordestino de Animação Popular).

necessárias às considerações de Gramsci. Da compreensão de autoconsciência, Gramsci (1999) mostra que a “consciência política, a compreensão das lutas hegemônicas no campo ético político, seria a primeira fase da progressiva autoconsciência, em que a teoria e prática imbricam-se definitivamente e que, somente materializa-se nas relações concretas entre os homens no espaço de produção de suas existências”⁹⁷.

Essa formulação de Gramsci insere-se na discussão filosófica com Hegel e Croce, tecendo críticas as suas formulações sobre a dialética idealista, pois os mesmos têm uma interpretação especulativa do método, sem utilizá-lo na investigação do real.

Está claro para Gramsci que os estudos de Croce intentam, via utilização do caráter mistificador da dialética hegeliana, a configuração política de uma “revolução passiva”, tendo em vista que produz alterações moleculares nos contextos históricos sem, contudo, modificar as estruturas de poder.

Em oposição ao crocianismo, Gramsci funda o conceito de catarse, ou seja, o momento da passagem do momento meramente econômico ao momento ético-político, onde se elabora a estrutura em superestrutura na consciência humana, onde se passa do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade.

Essas formulações gramscianas contribuem para esta análise. Primeiro ao identificar a revolução passiva, visto que as ONGs no contexto da globalização não conseguiram consubstanciar práticas efetivas de transformação das estruturas do poder estabelecido pelo neoliberalismo. Segundo ao elaborar o conceito de catarse, chegando ao momento ético político; possibilita proposições alternativas em que é um desafio para as ONGs no sentido de alterar as relações e condições sociais da existência das classes subalternas. Esses processos podem contribuir para a alteração dessas condições à medida que se inserem nas lutas sociais, num processo mais amplo, como vimos em Miranda (1997) ao abordar a literatura de movimentos sociais no âmbito dessas lutas.

O Seminário de Educação Popular levantou o quadro de problemas e dificuldades dos movimentos. A experiência de trabalho do CESEP junto aos movimentos sociais trouxe subsídios para se ter uma compreensão dos problemas enfrentados pelos movimentos populares assessorados. Os educadores/lideranças presentes sinalizaram para as seguintes propostas de superação do quadro que se apresentou: a proposta da autoformação está centrada na elaboração teórica para refletir e sistematizar a prática educativa do CESEP⁹⁸.

⁹⁷ GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.204.

⁹⁸ Relatório do II Seminário de Educação Popular, promovido pelo CESEP, realizado em Novembro/95 em Aracaju.

Será realizada a assessoria a grupos comunitários, capacitação para educadores e lideranças, autoformação dos membros do CESEP (sócios, equipe de trabalho e conselho político) dando continuidade ao projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos em parceria com o MEB (Movimento de Educação de Base). Interligando as propostas de trabalho os Programas de Educação Popular e comunicação trabalham em conjunto, visando a uma integração da prática educativa do CESEP.

Essa temática surge a partir de algumas experiências acerca de Alfabetização de Jovens e Adultos e de Crianças em todo o Estado⁹⁹. Acontecem diversos cursos de alfabetização e Educação Popular organizado pelo CESEP e outras entidades como o CECUP (Centro de Educação e Cultura Popular) – Salvador BA e MEB (Movimento de Educação de Base)¹⁰⁰.

No I Curso de Alfabetizadores a educação é definida como um processo de formação continua de organização e conscientização, através da aquisição de conhecimentos e trocas de experiências e informações”. O coordenador do curso Normando (CECUP) – Centro de Educação e Cultura Popular - mostra as contribuições de Paulo Freire e Emilia Ferreiro.

Para Paulo Freire a alfabetização está ligada ao contexto social. Formulou uma proposta pedagógica, onde a alfabetização deve ligar a aprendizagem do mundo. O processo de alfabetização deve começar por uma discussão sobre uma palavra que se ligue à vida. Emilia Ferreiro inicia a experiência em educação trabalhando com crianças e adultos. Sua pesquisa coloca que a criança e também o adulto quando entra na escola já possuem vários conhecimentos. Sua tese chama-se Psicogênese da escrita, ou seja, é o estudo e compreensão da origem psicológica da leitura e da escrita do educando¹⁰¹.

Falando deste projeto e dos cursos realizados Jeane Marcelino Medeiros considera que

a principal atividade do CESEP de 1995 até 1998 na área de Educação Popular era o projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos nas comunidades que o CESEP assessorava. Esse projeto era desenvolvido juntamente com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), que era responsável pelo seu financiamento; o Movimento de Educação de Base (MEB) que repassava os recursos e nós éramos responsáveis pela a formação de educadores. Nessa formação eram trabalhadas

⁹⁹ Projeto de Apoio Institucional – Proposta de Trabalho para 1994.

¹⁰⁰ É importante ressaltar que até 1998 esse trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos foi a principal prioridade do Programa de Educação Popular.

¹⁰¹ Relatório do 1º Curso de Alfabetizadores de Adultos, realizado em março de 1994.

questões como: metodologia do ensino, práticas de Alfabetização de Jovens e Adultos, Concepção de Educação em Paulo Freire, além de questões voltadas para o fortalecimento de identidades do educador, enquanto profissional, visto que o valor que o MEC destinava ao pagamento do educador era irrisório, praticamente os/as educadores (as) trabalhavam como voluntários e eram escolhidos na própria comunidade. O trabalho era no sentido de potencializar estes educadores que eram heterogêneos; uns tinham o pedagógico, outros(as) tinham somente o primário. O que movia os(as) educadores(as) era a intenção de partilhar com os saberes que eles adquiriram para com as pessoas que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola e saber ler e escrever.

Houve vários encontros de educadores e a coordenação do Programa de Educação Popular fazia o acompanhamento dos grupos. Nesses encontros havia momentos que eram específicos com questões pedagógicas e outros com questões políticas, visto que muito destes educadores participavam dos movimentos populares na comunidade¹⁰².

Para ilustrar o projeto Alfabetização em Parceria, faremos referência ao Boletim Informativo do CESEP. (Anexo 2).

No estado de Sergipe a problemática da educação pública fica evidente, diante da política educacional, que exclui principalmente a classe trabalhadora. No ano de 1994 houve uma mobilização dos movimentos sindicais e populares, contrária ao modelo neoliberal implementado nos serviços públicos. Houve também estudos que evidenciaram esta problemática. No plano de trabalho/94, o estudo realizado pelo CESEP expressa que Sergipe vem sofrendo nos últimos anos um processo contínuo de deteriorização dos serviços públicos. É colocado que segundo o ultimo censo do IBGE, Sergipe tinha uma população de 1.426.752 habitantes (757.143 na zona urbana e 669.605 na zona rural). Destes 38,27% são analfabetos (14,8% na zona urbana e 23,43% na zona rural). A relação entre o nível de instrução e renda mensal era a seguinte: o total da população sem instrução era 48,34% que ganhavam até ½ salário mínimo.

Ainda este estudo aponta que a população em idade escolar (5 a 14 anos), é de 384.141, sendo que a maioria está fora da escola (cerca de 200 mil crianças). Denuncia que o governo do Estado vem divulgando nos meios de comunicação de massa a obtenção de recursos junto ao Banco Mundial para investir na educação. Estes recursos fazem parte do Projeto Nordeste II para a educação, cabendo a Sergipe um montante de US\$ 34 milhões, o projeto formulado dentro de uma concepção neoliberal para a educação priorizando muito mais a gestão educacional do que o processo ensino aprendizagem.

Tendo em vista este cenário neoliberal o estudo considera que as camadas populares, sentindo-se totalmente excluídas das políticas sociais, vem buscando saídas que permitem às

¹⁰² Entrevista concedida na sede do CESEP no dia 21/11/2002. Jeane é atualmente a coordenadora executiva do Centro. Licenciada em Pedagogia.

suas crianças e aos adultos não escolarizados o acesso a esse direito. Cresce assim o surgimento de novas experiências, principalmente as escolas comunitárias e grupos de alfabetização de adultos, mostrando que existem alternativas para o problema educacional.

Quanto à falta de recursos nesta área são elucidativas as investigações de Roberto Leher (1998:229). Ele explica que em consequência da política de ajuste estrutural, e em comum com os demais países relativamente industrializados na América Latina, o Brasil está reestruturando o seu sistema educacional com o objetivo de limitar os gastos totais da área a no máximo 3,5% do PIB (ou a 2,5% do PIB em gastos correntes).

No mesmo estudo o autor constata que:

o ensino básico, ao invés de ser concebido como uma modalidade que abrange o ensino fundamental e básico, é reduzido a nível “fundamental”, sobretudo ao primeiro segmento. Esta redução torna-se evidente na “Conferência Mundial de Educação Para Todos” realizada em Jomtiem, 1990. Apesar de cerca de 3 milhões de crianças permanecerem fora da escola, um milhão de jovens entre 15 e 17 anos serem completamente analfabetos (12% do total), assim como 33% dos nordestinos entre 10 e 14 anos (IPEA, 1996). A taxa de escolarização ainda é baixa (90,2%), se a meta for colocar 100% das crianças nas escolas, será preciso criar 330 mil novas vagas/ano para atender esta demanda (IPEA, 1996). O problema ainda é mais grave, pois mais de 70% dos alunos que concluem o ensino fundamental têm mais de 15 anos. Considerando que a política atual não contempla jovens e adultos, é de se prever que a pressão por vagas aumentará substancialmente nos próximos anos¹⁰³.

Segundo o autor o Nordeste brasileiro é tido como uma área de importância, demandando projetos mais articulados como o Projeto Nordeste, o único negociado diretamente com o MEC, cuja primeira versão – mobilizando US\$ 92 milhões, contudo foi severamente criticada pela Unicef, por não ter modificado a forma política estrutural das escolas, demasiadamente permeáveis às ingerências do poder local clientelista.

A busca de práticas alternativas para atender a exigência de escolarização nos setores marginalizados da sociedade, onde na sua maioria não são atendidos os direitos básicos, aqui em Sergipe há proposições de escolas comunitárias em que questionam o serviço público de educação.

A esse respeito Normando mostra que em 1994 acompanhou o processo de criação de algumas escolas comunitárias em Aracaju, principalmente na Prainha. Ele diz:

¹⁰³ LEHER. Op. cit., p. 235.

Nós colocamos que a escola comunitária, onde não há escola pública formal, deve ser mais pública do que a própria escola pública do sistema formal. No nível de Educação Infantil quase não há escolas nas periferias. É perceptível que as escolas comunitárias que desenvolvem projetos de Educação Infantil são modelos, pois priorizam a formação dos educadores e exige a qualidade da sua prática educativa. Coordenamos alguns processos formativos promovidos pelo CESEP no trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos e viam o que Gramsci chamava de intelectual orgânico; não estava dissociada ao movimento popular, mas tinha uma vinculação orgânica. O trabalho de assessoria do CESEP foi muito rico junto aos movimentos sociais. Para nós o papel das ONGs de fortalecer e articular a sociedade civil, formular políticas públicas e fazer o controle social. O processo de formação de educadores coordenado, juntamente com o MEB e o CESEP teve a participação da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Esse processo na perspectiva de alfabetização de Paulo Freire tinha como eixo a Alfabetização como um instrumento de cidadania. As entidades que participaram deste processo tiveram bons resultados: fortalecer a organização popular, participação dos alfabetizadores nas lutas políticas, inclusive alfabetizar. Discutíamos que alguns pensam a alfabetização de forma secundária, vem primeiro a politização e deixam de lado a tarefa de alfabetizar. Isso é um equívoco; as pessoas que entram num curso de alfabetização merecem aprender a ler e escrever. A nossa concepção de alfabetização é que o ler e escrever deve ser vinculado com a cidadania, com a visão política da realidade e com a visão da necessidade de mudar a realidade¹⁰⁴.

No sentido de evidenciar a concepção de educação presente nestes processos formativos, defendemos que eles têm como eixo principal à educação para a cidadania. Neste sentido são ilustrativas as formulações de Pablo Gentili (2001). Ele coloca que o século XX deixou, entre outros, um legado fundamental: a educação da cidadania, assim como os direitos que a garantem são requisitos fundamentais para a consolidação e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática¹⁰⁵.

Ao analisar o campo da cidadania, Gentili (2001) considera que:

entre as revoluções francesa e americana, no século XVII, e os ministérios do bem estar, no século XX, localiza-se o processo histórico de consolidação dos direitos que definem o campo da cidadania segundo a perspectiva otimista formuladas por Marshal. Para esse a cidadania consiste em assegurar que cada qual seja tratado como um membro pleno de uma sociedade de iguais. A maneira de outorgar este tipo de condição consiste em outorgar aos indivíduos um número crescente de direitos de cidadania. Contudo ele mostra que embora sendo fundamental esta concepção limita a cidadania a um conjunto de atributos formais (o igual reconhecimento de direitos comuns) que restringem e condicionam as possibilidades e os alcances da ação cidadã. A redução do campo da cidadania a uma questão

¹⁰⁴ Entrevista concebida por Normando no dia 04/11/2002 na ocasião do encontro de Educação Popular em Salvador. Normando é Coordenador Geral do CECUP (Centro de Educação e Cultura Popular) é membro do Conselho diretivo da ABONG e presta assessoria as escolas comunitárias da Bahia.

¹⁰⁵ GENTILI, P. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: Educação brasileira no século XXI: Desafios e perspectivas, Fórum Nacional de Educação, p.64.

meramente jurídica e, mais especificamente, de direito positivo, acaba condenando a condição cidadã à esfera da lei e ao compromisso por respeitá-la.

A educação, a partir deste enfoque, deveria ser vista como um mecanismo de difusão, de socialização e do reconhecimento dos direitos (civis, políticos e sociais) que definem o campo da cidadania. Por isso, a educação, entendida como o mecanismo de difusão dos direitos existentes, não forma a cidadania, embora a faça mais consciente.

Na perspectiva contrária a essa concepção de cidadania Gentili (2001:68) observa que

definida como atividade desejável, a cidadania exige uma dimensão mais substantiva e radical. O exercício de cidadania se vincula, assim, ao reconhecimento de certas responsabilidades derivadas de um conjunto de valores constitutivos daquilo que poderia definir-se como o campo da ética cidadã. Nesta segunda perspectiva a cidadania é considerada uma dimensão que excede o meramente formal (a esfera dos direitos legalmente reconhecidos) para vincular-se, de forma indissolúvel, a um tipo de ação social e de possibilidades concretas para sua realização.

No sentido de estabelecer uma concepção de cidadania ligada aos interesses e práticas cidadãs o autor argumenta que

a partir do ponto de vista que defendemos, a cidadania é um processo construtivo, o qual inclui a possibilidade de definir (sempre de modo conflitivo) os valores e as práticas que constituem sua própria esfera de ação. De tal forma, quando a cidadania se fecha em 'dever ser' de valores e práticas imutáveis ou predeterminadas deixa, por assim dizer, de ser cidadã. Torna-se evidente que se a cidadania implica sempre uma ética cidadã, a questão central reside em definir as ações pedagógicas que, dentro ou fora da escola, sejam mais consistentes e coerentes com os princípios éticos que a sustentam. Em outras palavras não se pode educar para autonomia através de práticas heterônimas, não se pode educar para a humanidade a partir de práticas autoritárias e não se pode educar para a democracia a partir de práticas autocráticas... A formação de cidadãos e cidadãs é, ao mesmo tempo, um desafio ético e político. No desafio ético da formação cidadã, se põe em jogo o caráter constitutivamente político da ação educativa.

Relativo aos processos formativos do CESEP constatamos que a educação para a cidadania desenvolvida está em consonância com o segundo enfoque, ou seja, a cidadania está vinculada a práticas políticas pedagógicas que atribua o desafio ético e político da formação cidadã. Contudo este é um desafio, pois, a cidadania no Brasil está mais ligada a sua

formalidade do que mesmo a sua prática efetiva. Está mais no âmbito liberal, que em práticas substantivas radicais, como nos mostrou Gentili (2001), haja vista a nossa Carta Magna que muito pouco foi posto em prática do que foi regulamentado em lei. Assim o CESEP não foge a esta regra, visto que mesmo investindo com o esforço da formação da cidadania substantiva, a nível geral não consegue consubstanciar práticas efetivas que supere a lógica liberal.

Nesse sentido são significativos os processos formativos que o Centro participou. O Seminário Latino Americano em São Paulo refletiu a concepção de educação para a cidadania, o qual teve a participação de diversos estudiosos na área de escolarização e alfabetização de jovens e adultos. Portanto Paulo Freire e sua obra confirmaram a influência que exercem sobre as organizações que trabalham com Educação Popular no Brasil, tanto do ponto de vista prático como teórico.

Na introdução dos anais do **Seminário Internacional Sobre Educação e Escolarização de Jovens e Adultos** foi historicizado o processo histórico até a sua realização. Consta que em maio de 1987, resultado de um esforço conjunto do MEC e da UNESCO, um importante evento aconteceu no Centro de Convenções de Brasília: o **Seminário Regional Sobre Alternativas de Alfabetização para América Latina e Caribe**. Nesse Seminário, especialistas do Brasil, Argentina, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua e Peru, apresentaram seus estudos sobre os processos de alfabetização desenvolvidos, através da educação formal e informal. Participaram diversos conferencistas, entre os que mais se destacaram foram: Emília Ferreira que falou sobre o analfabetismo na América Latina e no Caribe, Jaime Canfux Gutiérrez sobre a erradicação do analfabetismo em Cuba, Paulo Freire sobre a alfabetização como elemento de formação da cidadania.

A alfabetização como elemento de formação de cidadania continua sendo o ponto central das reflexões e análises que têm percurado o universo educacional latino americano e caribenho. De 1987 a 1996 apesar das declarações do seminário acima citado e do “Plano Decenal de Educação Para Todos” apontarem como dever do estado a responsabilidade pelo financiamento das iniciativas de ensino público gratuito e pela coordenação de uma política de educação de jovens e adultos, pouco ou quase nada aconteceu que alterasse os alarmantes índices de analfabetismo no Brasil. Nesse nove anos, tivemos 8 ministros da Educação com

diferentes teses sobre o problema do analfabetismo. Apesar da boa intenção de muitos, os planos e ações traçadas não saíram do papel.

A alfabetização como elemento de formação da cidadania é hoje o tema central do **Seminário Internacional Sobre Educação e Escolarização de Jovens e Adultos**, promovidos pelo MEC e pelo IBEAC (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário).

FIGURA 5: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARLAMENTO LATINOAMERICANO/SP – 06-08/05/1996 – MEC/IBEAC – LANÇAMENTO DO LIVRO AUTOBIOGRÁFICO DE PAULO FREIRE



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

3.3. Assessoria AMABA/MDP

A prática educativa do CESEP tem como eixo de trabalho a formação das lideranças e educadores, bem como a assessoria aos movimentos populares em Sergipe. Entre os movimentos assessorados destacam-se: Movimento Sem Teto, Movimento Negro, Movimento Popular Ecológico (MOPEC), Movimento de Meninos e Meninas de Rua, Movimento de Defesa da Prainha, AMABA, entre outros.

Neste trabalho destacamos a Assessoria na AMABA (Associação de Moradores Amigos do Bairro América) e o Movimento de Defesa da Prainha, pois essas instituições foram assessoradas pelo CESEP no período desta pesquisa.

No sentido de explicitar a Assessoria do CESEP/AMABA faremos inicialmente alusão ao Bairro América¹⁰⁶. Em trabalho de estágio Aparecida constata que o Bairro América é um dos bairros mais populosos de Aracaju. Em 1993 havia 17.994 habitantes, e possuía este nome decorrente do mais antigo morador de origem judaica, estando muito feliz nas “Américas”, assim o batizou.

A população do bairro sempre foi formada por pessoas de baixa renda. A área não possuía uma infraestrutura adequada, e havia muitos problemas, tais como falta de saneamento básico, precariedade nas moradias, etc.

Aparecida comprova que os aspectos físicos das casas não propiciam condições de moradia (paredes caídas, pouco espaço físico, buracos na parede, etc). As poucas habitações que existiam de bom estado de conservação geralmente pertenciam aos comerciantes das áreas.

A estrutura física do Bairro América segundo a estagiária é deficiente. As ruas localizadas em zonas mais periféricas do bairro são de piçarra, e pior, com esgotos correndo a céu aberto, provocando mal cheiro, além de serem focos de mosquitos e de outros animais transmissores de doenças.

O bairro possui um posto de saúde. As crianças andam de pés descalços nas ruas, brincando em meio à sujeira e ficando assim vulneráveis as doenças. A educação na área também é deficiente, dispõe das escolas locais (Escola de 1º Grau Henrique Teixeira Lott, Escola de 1º Grau Thétis Nunes, Escola de 1º Grau Senador Acrísio Fortes e Grupo Escolar Cel. Francisco porto). Elas refletem a situação precária pela qual passa a Educação no Estado de Sergipe. As crianças do Bairro América abandonam a escola para ir trabalhar pegando carregos, vendendo picolé, etc.

O desemprego neste ano se apresentava como um dos maiores problemas do bairro, pois, devido à crise econômica pela qual passava o país, o desemprego aumentou. Assim os jovens e adultos inserem-se na mendicância, nos sub-empregos e na marginalidade.

O Bairro América até 1994 era considerado como um dos bairros mais violentos de Aracaju por se encontrarem lá muitos marginais e ser um dos pontos de uso e comercialização de drogas da cidade. As crianças e jovens são os mais atingidos sendo alvos fáceis para os vendedores de tóxicos devido à própria condição de pobreza em que vivem.

¹⁰⁶ Prontuário de Estágio de Serviço Social/UFS – realizado pela Estagiária Maria Aparecida de Sousa no período de abril/93 a janeiro/94 no CESEP.

Aparecida observa que em face de tais problemas é que surge em 14 de Abril de 1983 a AMABA (Associação de Moradores Amigos do Bairro América), tendo como fundador o Sr Francisco Alves e era localizada na rua E, próximo à rua do Acre, Área do Campo do Vidro. De acordo com o Estatuto da AMABA, Cap.1, art: 1º de 3 de agosto de 1991 seu objetivo era reunir e organizar a comunidade do Bairro América pelo desenvolvimento e melhoria do bairro.

Ela considera que durante os dois primeiros anos de existência a entidade trabalhou para tentar resolver dois problemas mais emergentes: contra a poluição da fábrica de cimento (pertencente ao grupo Votorantin) e pela urbanização do terreno ocupado pelos Sem Teto nas proximidades do Terminal Rodoviário.

Em 1985 a AMABA lidera uma delegação de 5 associações de moradores de Aracaju, que foram a Fortaleza participar do V Congresso Nacional do Movimento de Defesa dos Favelados.

No ano de 1986 inicia uma campanha pela pavimentação de ruas e canais do bairro, sendo entregue ao prefeito Jackson Barreto um abaixo assinado com as reivindicações dos moradores. Neste mesmo ano participa do Congresso de Federação Nacional de Associações de Moradores (CONAM).

Em 1987 a AMABA promove a 1ª Semana de Arte do Bairro América, com a apresentação de grupos de dança, capoeira, brincadeiras, etc. Ocorre também a tentativa de reabrir a fábrica de cimento e a AMABA, juntamente com outras entidades, retomaram a luta contra a poluição, obtendo êxito, pois a fábrica não levou adiante seu intento.

Em 1988 a AMABA passa a localizar-se na Av. Camilo Calazans s/nº, sua sede é cedida pela prefeitura de Aracaju. Nesta sede foram realizadas diversas oficinas de arte que antes eram feitas nas escolas do bairro. Decorrentes dessas oficinas surgiram os grupos de capoeira Mocambo e Grupo Teatral Piriri. É instalado na sede da Associação e o Posto de Extensão da FEBEM, que tinha por função atender crianças e adolescentes que se encontravam em situação de risco. A AMABA desenvolveu 2 programas para as crianças: Cinema do Bairro – que se constituía na projeção quinzenal de filmes infantis, e o outro consistia em visitas ao Centro de Criatividade onde as crianças participavam de oficinas de arte e assistiam a espetáculos teatrais gratuitos.

Em 1989 foi realizado o projeto “Rádio Comunitária” financiado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços). Na eleição para a diretoria foi eleito José de Oliveira

Santos (Zezito). Surge também o “Projeto RecultuarTE”, que tinha como objetivo: trabalhar a cultura, lazer e esporte com meninos e meninas do bairro América. (CESEP, 1994).

Neste período ocorreram diversas iniciativas de formação dos educadores do projeto RECULTUARTE¹⁰⁷. Deste encontro diversas entidades que atuavam no Bairro América participaram, inclusive teve a assessoria do CESEP. Foram destacadas as atividades imediatas ou assistencialistas e atividades históricas ou transformadoras. Os membros definiram as atividades assistencialistas como paliativas e que nada soluciona, já as atividades transformadoras são aquelas que levam a uma mudança na vida e sobre a realidade que se vive. Zé da guia apresentou os trabalhos dos centros comunitários educacionais feitos na comunidade, educadores de rua, cooperativas de menores, meios de comunicação (teatro, poemas, rádio etc) e o RecultuarTE promovido pelo CESEP e AMABA.

No final foi discutida a proposta geral a partir do encontro. Foram destacadas as seguintes: Movimento Negro Independente(MNI) – projeto de teatro e poesia que retratem o problema da comunidade(apresentação nas comunidades); GRUJAC – criar escola profissionalizante comunitária junto ao SENAC; GRUJUTA – conscientização dos professores do Bairro América, quanto à problemática do menor, através de seminários de professores; GRUIMPA – montar peça teatral sobre a problemática do Bairro América, encontro com menores no Bairro América, cooperativas de guardadores de carro; e o projeto RecultuarTE como piloto para demais áreas. Formação da equipe para envolvimento neste projeto e levantamento social das famílias.

O encontro acima mencionado já mostrava o envolvimento dos movimentos na comunidade, a busca de unificação das lutas. O CESEP por se localizar no Bairro América teve um papel importante na articulação e formação destes movimentos.

Relativo ao projeto RecultuarTE Edenilson Barbosa considera que

a concepção do projeto surgiu na AMABA, com a idéia de que ocupando as crianças com atividades culturais dava-se a elas ocupação e ao mesmo tempo estava tendo formação. O CESEP teve uma participação importante na elaboração do projeto. Havia, anterior ao projeto, o teatro Piriri que desenvolvia atividades educativas existia a capoeira, entre outras atividades culturais no bairro. O projeto RecultuarTE possibilitou unificar todas estas atividades¹⁰⁸.

José de Oliveira Santos ainda sobre esse projeto destaca que

¹⁰⁷ Relatório do I Encontro de Jovens do Bairro América no Colégio Santa Rita de Cássia.

¹⁰⁸ Entrevista concedida no dia 20/09/2002, realizada na sede do CESEP. Edenilson foi sócio fundador, presidente e é atualmente o coordenador do Programa de Comunicação Social da entidade. É graduado em Comunicação Social pela UNIT e trabalha no Projeto Nordeste.

a AMABA assumiu o gerenciamento do projeto por ter uma boa estrutura e um trabalho anterior de cultura. O projeto tinha na cultura o eixo aglutinador para afastar as crianças e adolescentes das drogas e da prostituição. A associação recorre ao Centro de Animação Popular (CENAP), entidade localizada em Recife. Foi uma grande iniciativa no sentido de assessorar a proposta pedagógica do projeto. Fazia a crítica da formação dos próprios assessores e dirigentes do CESEP, principalmente da perda da discussão intelectual, da falta de aprofundamento de estudo da teoria marxista e outras que explicavam a realidade, por isso se buscava a formação com outras entidades que tinham uma concepção teórica e metodológica mais aprofundada como o CENAP e a EQUIP¹⁰⁹.

Na avaliação do projeto Recultuarte, foi destacado que o mesmo tinha como meta: criar mecanismos capazes de promover o agrupamento, a socialização, a reeducação e o desenvolvimento psico-motor e sócio cultural, atendendo inicialmente a 200 menores do Bairro América, e contribuindo para que os mesmos se afastassem da ociosidade, do uso das drogas, da prostituição, das práticas de roubo ou mendicância¹¹⁰.

Foi constatado o envolvimento do CESEP neste projeto, contribuindo na realização de eventos e na assessoria em momentos de formação.

A reportagem do dia 23 de novembro de 1990 do Jornal de Sergipe mostra que a Associação de Moradores do Bairro América promoverá o 1º Encontro da Criança e do Adolescente, que debaterá a questão do menor em Sergipe. Lê-se isso no jornal.

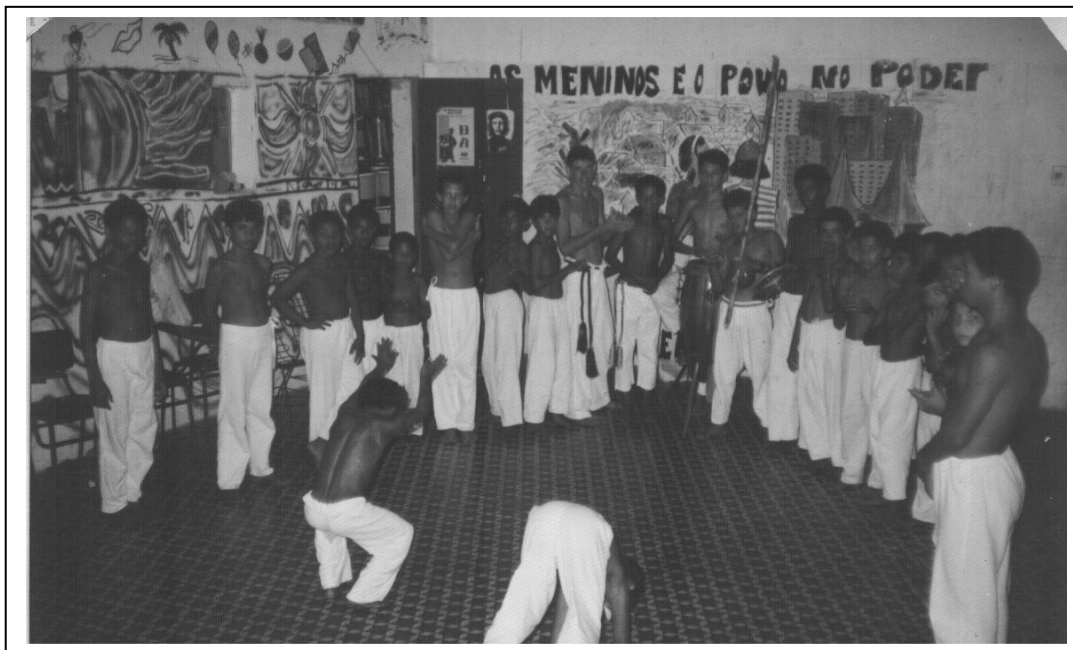
Não cabe aqui a análise mais aprofundada relativo à assessoria do CESEP/AMABA. Vale ressaltar que até 1998 o CESEP assessorou esta entidade em diversos momentos, seja no planejamento e avaliação, seja em processos formativos com os educadores do projeto Recultuarte. O trabalho educativo da AMABA nesse período teve destaque pela formação de grupos culturais como os Meninos do B. A., além de o projeto desenvolver diversas atividades sociais e artísticas como pintura, capoeira, alfabetização infantil, entre outras¹¹¹.

¹⁰⁹ Entrevista concedida no dia 11/10/2002, realizada na sede do CESEP. Zezito foi sócio fundador do CESEP, Coordenador Geral da AMABA e atualmente coordena projetos sócio – educativos no conjunto jardins. É licenciado em História pela UFS. Leciona História na rede estadual de ensino.

¹¹⁰ Relatório do I Encontro de Educadores de Menores do Bairro América, realizado no dia 07/10/90.

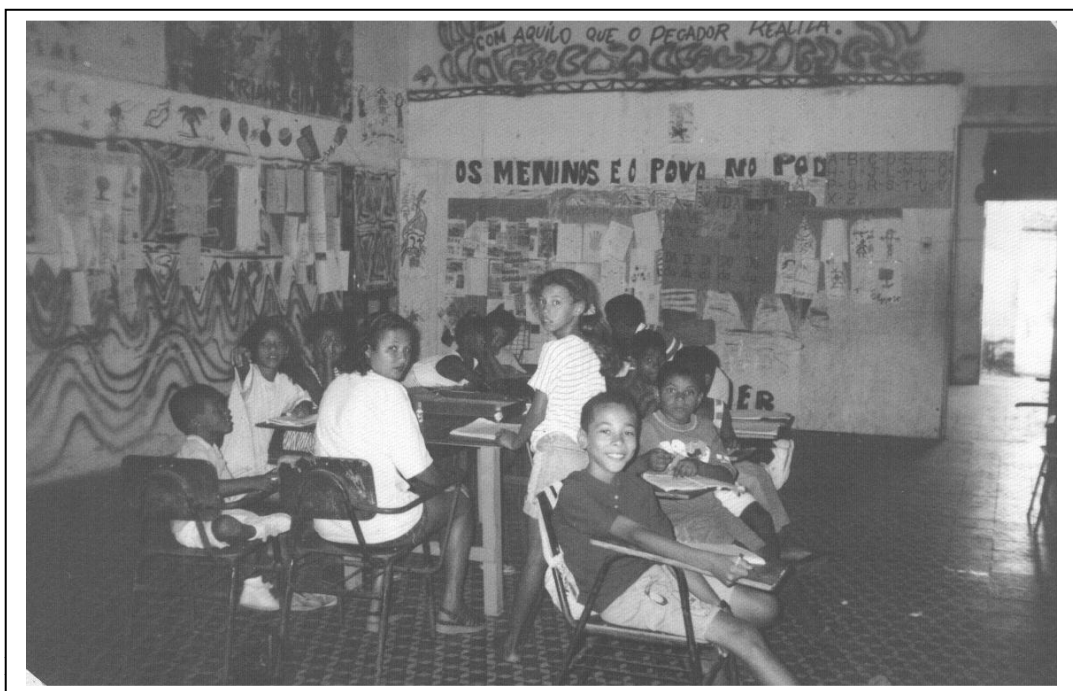
¹¹¹ Essas atividades destacadas nesse Encontro estão explicitadas nas fontes documentais dos arquivos da AMABA e do CESEP.

FIGURA 6: CURSO DE CAPOEIRA PROMOVIDO PELA AMABA



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular, 2003.

FIGURA 7: CURSO DE ALFABETIZAÇÃO PROMOVIDO PELA AMABA



FONTE: arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular, 2003.

Outro destaque importante deve ser feito à assessoria do CESEP ao Movimento de Defesa da Prainha. Ela ocorre de forma sistemática após a pesquisa sobre as condições de saúde da comunidade. Este trabalho contribuiu para envolver outras atividades na coleta de

dados, organização dos moradores e sistematização da pesquisa, no sentido de fortalecer a reivindicação da água encanada, saneamento básico, etc¹¹².

Na pesquisa foi constatada a origem da luta pela moradia na comunidade Prainha. Foi através da organização e da luta que os moradores da comunidade Santo Antônio, situada na rua Oliveira Barros, as margens do Canal divisor do bairro Ponto Novo e Conjunto Médico, conseguiram junto ao poder público, o assentamento de toda a população na comunidade Prainha onde as casas foram construídas em regime de mutirão, o qual inicialmente, foi coordenado pela própria organização comunitária. De frente com a nova realidade, os antigos moradores da comunidade Santo Antônio iniciam um processo de unificação com os moradores já existentes na Prainha para a identificação da problemática existente na área e reorganização da população neste novo contexto histórico.

Após a luta pela moradia a participação do CESEP dá-se de forma sistemática. Teve início nas discussões com as lideranças da comunidade para a viabilização do projeto de pesquisa e deu assessoria na elaboração e execução do projeto inicial encaminhado para a Secretaria de Estado da Saúde para aquisição dos recursos financeiros; na elaboração do projeto inicial, elaboração do questionário, tabulação dos dados, reuniões com os moradores, elaboração dos relatórios, elaboração dos slides, elaboração do dossiê e acompanhamento do processo final de mobilização da comunidade” (Idem,1991:2).

De acordo com a pesquisa a comunidade Prainha fica situada na estrada que dá acesso ao povoada Terra Dura (Grande Aracaju) a dois quilômetros do Conjunto Augusto Franco, à frente do Canal Santa Maria e próximo ao fundo da área de segurança do aeroporto Santa Maria. A maioria das pessoas é oriunda de outros Estados do Nordeste: Bahia, Alagoas e Pernambuco. Uma parte significativa tem procedência do interior do Estado de Sergipe e outra parte da própria capital. A maioria das pessoas alegou que esta mobilidade é devido à falta de condições de trabalho nos seus Estados de origem e vieram buscar melhores condições de vida em Aracaju. Essa contínua mobilidade de acordo com os moradores foi à dificuldade de fixação de residência, isso de um modo geral, tanto para as pessoas que vieram de outros Estados como do interior e da capital.

Com o despejo pela polícia de 27 famílias que moravam na vila Quirino em março/90, quando a prefeitura em negociação com os “donos” do terreno que injustamente ganharam a reapropriação na justiça por irresponsabilidade da Assessoria jurídica da Prefeitura que deixou

¹¹² Projeto de Pesquisa Educação Popular e Saúde Pública na Prainha. As entidades que participaram da pesquisa foram as seguintes: Movimento de Defesa da Prainha, CESEP, Movimento Popular da Saúde (MOPS), UFS Departamento de Morfologia e Sindicato da Saúde.

o processo que desapropriava o terreno dos referidos “donos legítimos”. Assim as famílias da Vila Quirino foram morar em galpões dividido em dois grupos, uma parte dos moradores foram para uma escola abandonada no Santos Dumont e a outra parte para uma creche também sem funcionamento na Farolândia. Diante desta situação a Prefeitura resolveu negociar com a FUNDESE um local para a construção das casas dos despejados, por causa da repercussão do fato através dos meios de comunicação e do repúdio da sociedade de Aracaju no momento do despejo. Foi a partir dessa negociação com a Prefeitura e a FUNDESE, que o órgão responsável pela construção do mutirão resolve replanejar a área que estava prevista anteriormente para 23 famílias, e autorizava a construção de 30 casas, onde 26 eram famílias da Vila Quirino e mais quatro casas por apadrinhamento de políticos. As casas foram construídas sem nenhum tipo de serviço público: saneamento básico, luz elétrica, etc.

O nome Prainha no projeto é justificado porque parte da área dos moradores dos conjuntos Augusto Franco, Orlando Dantas e Santa Tereza da Zona Sul, descobrem como forma de lazer uma parte do canal Santa Maria que teve suas margens aterradas para a passagem do gasoduto. De acordo com moradores mais antigos desta área, já foram adotados os nomes de Beira de Dentro e Beira de Fora, Miriquita e Arrozal.

No início da comunidade, durante a construção do primeiro mutirão, surge a primeira forma de organização dos moradores através da associação de moradores. Como a construção de sua sede foi patrocinada por Maria do Carmo a associação tinha como presidente uma pessoa que não morava na localidade e servia apenas como cabo eleitoral na área. Com a chegada dos moradores do Ponto Novo na Prainha aparece uma nova forma de organização que é a Comunidade Eclesial de Base (CEB), realizando uma maior participação da comunidade a partir da realidade vivida pelos moradores. Posteriormente é criado o Movimento de Defesa da Prainha, o qual realiza esta pesquisa na comunidade.

Os resultados do questionário aplicados na pesquisa sobre a situação socioeconômico e cultural da comunidade mostram que o desemprego assola a área. As pessoas não têm nenhum tipo de ocupação e as que não têm nenhum tipo de vínculo empregatício formalizado tais como biscateiros, feirantes, lavadeiras, costureiras, empregada doméstica. Mostram também um quadro geral de como sobreviviam os habitantes da Prainha. Entre os empregados há alguns com possibilidades mínimas de ter carteira de trabalho assinada. No nível de renda pesquisado foi utilizado o salário mínimo mensurado. A maioria dos moradores recebia menos que o salário mínimo.

Em relação às dificuldades de conseguir trabalho foram apontadas: a falta de transporte, doenças, falta de creche e escolas.

Na pesquisa foram relacionados os seguintes problemas da comunidade falta de água potável, falta de energia, falta de transporte, poeira na estrada, falta de sanitários, falta de posto médico, falta de saneamento e falta de escola (creche). Percebe-se claramente a carência de equipamentos sociais e serviços necessários para se ter um mínimo de condições de vida comunitária.

Relativo às condições de saúde dos moradores foi verificado que as principais doenças surgidas na comunidade foram: doenças de pele, dores de barriga, a verminose e o bicho de porco que se apresentava com a maior incidência onde as áreas de ocupação são de palha de madeira ou de taipa, onde o piso não tem cimento.

A pesquisa verificou que os quadros de doenças indicados pelos moradores da Prainha são decorrentes da falta de higiene e saneamento básico. O conjunto de causas das doenças apontadas pelos moradores decorre de problemas estruturais vividos pelos moradores, algumas já apontadas anteriormente. É consequência do descaso dos governantes em relação às comunidades mais carentes e a falta de prioridade para uma política social que atenda as necessidades imediatas tudo isso gera o agravamento do quadro de saúde da população da Prainha.

As condições de água na Prainha aparece como uma das principais problemáticas dos moradores em relação à situação de moradia e saúde. A pesquisa ainda constata que a situação de trabalho, moradia e saúde vivida pelos moradores da prainha não pode ser vista como um problema particular e isolado, mas um problema social ligado a uma questão conjuntural local e nacional; o desemprego, o arrocho salarial, a falta de uma política urbana e agrária, onde o déficit habitacional chega a 70 mil famílias sem teto. Acresce a isso ainda a falta de uma saúde preventiva e não curativa. A comunidade Prainha reflete este quadro caótico, em que os moradores que construíram suas casas em regime de mutirão passaram por um processo de filtração descendente até a sua finalização. Mudam de casa, passando de um barraco de palha, para uma casa de alvenaria, mas não mudam suas condições de vida.

Foi verificada a falta de planejamento dos órgãos do governo estadual quando se refere à construção de casas populares, pois a Prainha foi construída em mutirão numa área que fica no fundo da pista de pouso do aeroporto e próximo passava um gasoduto da Tecarmo e uma rede de alta tensão, isso caracteriza área de grande risco para a população.

O outro problema que afeta a comunidade é a falta de água encanada e tratada, pois a água consumida provém de poços cavados pelos próprios moradores e que de acordo com os

exames físico-químicos, bacteriológicos realizados pela UFS, apresentaram indicativos de contaminação da água e comprovaram a presença de coliformes fecais totais¹¹³.

Esses problemas são denunciados em reportagens na imprensa. A reportagem do dia 25/01/91 do Jornal da Cidade mostra que os moradores da Prainha denunciaram a falta de saneamento básico, a falta de água encanada e de fossas, as águas do canal Santa Maria que crianças e adultos usam para tomar banho e lavar pratos estão poluídas pelos dejetos do Distrito industrial e do conjunto Orlando Dantas.

Foi devido a estes problemas que surge o Movimento de Defesa da Prainha (MDP). No estatuto são expressos a criação, os princípios e finalidade da entidade, além da forma de organização do MDP. Assim consta que quanto à criação: O movimento de defesa da Prainha, criado em 31 de janeiro de 1991, é uma entidade composta pelos moradores da referida comunidade e pessoas de outras localidades que assumem os princípios básicos da organização e que livremente queiram dela tomar parte.

Quanto à finalidade: Organizar os moradores da comunidade; promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, lazer, através de palestras, cursos, atividades, artísticas, culturais, esportivas e recreativas; promover pesquisas dos reais problemas da comunidade, fortalecer junto aos moradores os princípios de união, amizade e solidariedade humana; estimular a troca de experiências e a realizações de ações comuns entre os moradores da Prainha e os moradores de outras comunidades, sempre que para isso haja necessidade.

Percebe-se a atuação do Movimento de Defesa da Prainha no início das suas atividades, juntamente com os movimentos populares de Aracaju e entidades da sociedade civil, expressa no dossiê S.O.S. Prainha e em algumas reportagens na imprensa local. Vale ressaltar o trabalho educativo desta entidade, a qual até 1998 realizou diversas iniciativas de cunho educativo e cultural: futebol infantil e juvenil, educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, grupo de música, teatro, formação de educadores, etc.

Em 1993 o Movimento de Defesa da Prainha inicia um trabalho de educação infantil na comunidade, devido à análise da pesquisa sobre as condições educacionais na comunidade. Inicialmente no espaço da capela da igreja católica, com condições impróprias, devido ao número de crianças, 45 crianças de 4 a 6 anos para três educadores desenvolverem estas atividades num só espaço. Em face dessa problemática foi elaborado um projeto para a AEC

¹¹³ Em exames parasitológicos de fezes realizados na comunidade durante a pesquisa, observou-se uma grande ingestão por parasitas como: *Áscaris lumbricóides* e *Trichocephalus trichiura*, que aparecem em maior número de pessoas.

(Associação de Educadores Cristãos) a fim de construir uma escola comunitária e outro para CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) para o funcionamento das atividades.

A iniciativa do Movimento de Defesa da Prainha na área educacional passa a se constituir em experiências de educação de jovens e adultos e educação infantil. No projeto Eduproarte é constatado que neste período a comunidade Prainha não dispõe de escolas, e que a maioria de crianças e adolescentes em idade escolar estão fora da escola, pois as vizinhas ficavam distantes. Foi verificado que a maioria das crianças e adolescentes estava fora dos processos educativos e submetidos a processos desumanos como coletar lixo nas portas das casas e supermercados e restos de comidas, tomando conta de carros, pegando frete e muitas vezes mendigando. Neste sentido o projeto propõe a superação desta situação realizando algumas ações educativas e culturais, que possibilite a integração coletiva da comunidade, no resgate da dignidade para que esta ação no presente desencadeie um processo de formação de seres humanos em potencial e que possam ser sujeitos de transformação de sua realidade¹¹⁴.

Ao projeto é destacado também que na periferia de Aracaju, algumas entidades buscam saídas que permitam às crianças, aos adolescentes e os adultos não escolarizados, o acesso a esse direito, crescendo assim a discussão em torno das escolas comunitárias e dos grupos de alfabetização de jovens e adultos. No final do projeto é identificado que para a viabilização deste mesmo o Movimento de Defesa da Prainha tem o apoio e a assessoria do CESEP e CECUP (Centro de Educação e Cultura Popular) na formação de educadores e na elaboração da proposta pedagógica.

Neste projeto são relatadas as atividades do Movimento de Defesa da Prainha em 1993. Participação do curso de planejamento realizado pelo CESEP; elaboração do programa de formação de educadores da escola comunitária, curso de metodologia de Educação Popular; curso de Alfabetização para educadores da escola comunitária, curso de planejamento estratégico para educadores e encontro de moradores da comunidade.

Percebe-se assim a diversidade de atividades desenvolvidas pelo Movimento de Defesa da Prainha, seja do ponto de vista local, seja a nível estadual, com o apoio e assessoria do CESEP e de outras entidades.

Em 1994 o Movimento de Defesa da Prainha, de acordo com os anos anteriores desenvolve atividades culturais e educativas, quando é estruturada a Escola Comunitária, espaço onde são realizadas as atividades. Neste ano acontece a Assembléia Geral¹¹⁵. Nesta Assembléia o Coordenador de programas José Raimundo Félix da Rocha comunicou as

¹¹⁴ Projeto EDUPROARTE, realizado pelo Movimento de Defesa da Prainha, 1994

¹¹⁵ Ata da Assembléia do movimento de Defesa da Prainha, realizada em 1 de maio de 1994

atividades realizadas pelo Movimento de Defesa da Prainha: foram desenvolvidas atividades de pré-escola com duas turmas no turno da tarde com 15 crianças, divididas em dois educadores; uma turma de capoeira com 25 alunos, uma turma de flauta com 10 alunos e 5 alunos matriculados em violão. Ele explicou que a diretoria do Movimento de Defesa da Prainha concluiu que o espaço onde estava sendo realizadas as atividades de pré escolar não era apropriado, pois era dividido com atividades religiosas e em negociação com o pároco local e moradores da comunidade foi ocupado um espaço ocioso da comunidade e construída a Escola Comunitária.

Segundo o Coordenador de Programas com a construção da escola comunitária e o bom êxito das atividades desenvolvidas cresceram as demandas para 1994. Há 30 crianças na pré-escola no turno da manhã, divididas em duas turmas com dois educadores e 30 crianças no turno da tarde, divididas em 2 turmas com dois educadores. Foram matriculadas 20 crianças na flauta e 5 no violão. Ele destaca que para a realização destas atividades os organizadores contaram com o apoio dos pais das crianças, dos educadores, da assessoria do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP da ajuda do padre local Luis Lemper e da Universidade Federal de Sergipe com as estagiárias de Serviço Social e com a direção do Movimento de Defesa da Prainha.

Sobre a assessoria na Prainha Edílson Araújo de Jesus relata da seguinte forma:

Em 1988, quando o CESEP estava recém criado havia uma luta pela moradia dos moradores dos barracos em frente à rua Oliveira Barros no Médici. Nesse momento aconteceram algumas reuniões com alguns membros do CESEP e movimentos populares todos os sábados , em que havia palestras sobre organização popular, moradia, processo de criação do movimento popular; e paralelo algumas reuniões com o objetivo da participação destes movimentos na criação da Pró Central dos Movimentos Populares. Nessas reuniões eram discutidas também ações contra a tentativa da prefeitura de Aracaju de derrubar os barracos, o que aconteceu, quando Jackson Barreto (prefeito de Aracaju) estava em intervenção federal em Brasília,. Com a decisão da intervenção Antônio Militão assumiu a prefeitura como interventor.

A negociação com Antônio Militão e Antônio Dórea – Presidente da SEDUSE (Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Sergipe, através do programa de desfavelamento foi decidida a construção de casas em mutirão. O CESEP contribui nesse momento na assessoria à criação de uma organização popular. É quando em 1991 surge o Movimento de Defesa da Prainha¹¹⁶.

¹¹⁶ Entrevista concedida no dia 10/05/2003, realizada na sede do Movimento de Defesa da Prainha. Edílson é mestre de obras, sócio fundador do MDP, foi coordenador geral e morador da Prainha.

Vale ressaltar o trabalho educativo do Movimento de Defesa da Prainha o qual até 1998 realizou-se diversas iniciativas de cunho educativo e cultural, futebol infantil e juvenil, educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, grupo de música, teatro, formação de educadores, etc. Portanto podemos concluir que essas práticas, especificamente no trabalho educativo, realizado pelo Movimento de Defesa da Prainha, constitui um fator importante para a construção da cidadania e para a emancipação das bases materiais e culturais dos moradores desta comunidade. Nesse sentido é ilustrativo o trabalho de assessoria do CESEP, o qual potencializa os movimentos sociais para qualificar suas práticas educativas.

O trabalho de Assessoria do CESEP, portanto mostra sua inserção nos processos de formação da classe trabalhadora, haja vista o envolvimento desta entidade nas lutas em que estavam inseridos os movimentos populares urbanos. Vale ressaltar a contribuição desta entidade para a compreensão mais ampliada das lideranças destes movimentos no sentido de superar o ativismo; bem como a fomentar e incentivar a produção de conhecimento como instrumento potencializador de reflexão e transformação.

A esse respeito Sanfelice (1999:158) citando Saviani, aponta para além do direito de discordar, alerta para a necessidade de se passar à resistência ativa. Esta implica pelo menos duas condições: a primeira se refere à forma, isto é, a exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas. A segunda diz respeito ao conteúdo, envolvendo, portanto a formulação de alternativas às medidas propostas.

Postulando esta assertiva de Saviani, pode-se identificar as práticas educativas dos movimentos assessorados pelo CESEP como resistência ativa, contudo de acordo com o desenvolvimento da sociedade capitalista há contradições nestas práticas, ora recuando e se fragmentando, ora avançando em alternativas objetivas. Portanto o trabalho aqui empreendido busca uma análise a partir dos processos históricos e reais em que estes movimentos estão inseridos, sem se perder numa análise fechada, determinada por um estruturalismo inconsequente ou num idealismo teórico e político.

Os processos formativos do CESEP foram expressos, tendo em vista as considerações dos educadores que participaram no período destacado nesta pesquisa.

Na entrevista com Carlos Eduardo Trindade é observado que;

A grande contribuição do CESEP para os movimentos populares, além do trabalho de Educação Popular com questões ecológicas, de direitos humanos, com criança e

adolescentes, não deixou também de formar pessoas para o trabalho de organização popular, principalmente porque as lideranças formadas pelos processos formativos do CESEP continuam dando sustentação ainda hoje aos movimentos populares.

Edenilson por sua vez afirma que;

o CESEP e a AMABA foram para ele uma universidade popular onde aprendeu fazendo. Diz que quando iniciou o curso de jornalismo na UNIT já sabia fazer um jornal. Já fazia textos do jornal do projeto e no CESEP. Contribuir na elaboração do jornal LOCUS, cartilhas, etc. Participou de diversos encontros a nível nacional representando o CESEP, quando foi presidente da entidade; procurou socializar os conhecimentos. Por exemplo, na análise de conjuntura organizada pela EQUIP em que era possível ter uma visão ampla da sociedade a nível regional e nacional, procurou socializar na AMABA e no CESEP, fazendo a nível local a retrospectiva histórica da entidade através da frisa – linha de tempo.

Raimundo Félix da Rocha, no que tange aos processos formativos do CESEP e a sua constituição afirma que;

fez parte da equipe de formação, inclusive assessorou cursos de formação de lideranças em algumas comunidades em que o CESEP assessorava. Os objetivos destes cursos eram fortalecer as organizações populares para que estas organizações fossem capazes de formar lideranças que tivessem uma visão crítica da sua realidade. Participei de cursos na EQUIP e fez parte da escola de educadores. Depois que teve a felicidade de fazer um curso de formação de formadores a nível nacional no Instituto CAJAMAR, que era um curso voltado para os movimentos populares. Este instituto tinha a proposta de trabalhar as concepções de Educação Popular. Discutia as questões da sociedade. Os professores que coordenavam esses cursos eram professores da UNIMEP e tinham Mestrado e Doutorado. Lembra do professor Francisco Romero, Frei Betto e alguns da Universidade de Florianópolis. O Curso era ao nível de especialização em Educação, só que não era reconhecido pelo MEC. A idéia era construir no Nordeste uma equipe de educadores populares, o que contribuiu para o surgimento dentro do CESEP da equipe de Educação Popular, que fez parte contribuindo para os cursos de lideranças.

Colocamos acima que a concepção de educação trabalhada no CESEP estava voltada a educação para a cidadania de acordo com a lógica liberal, tendo em vista a superação da concepção de educação nos moldes liberais queremos destacar a obra que Karl Marx como possibilidade contrária a essa concepção, bem como Antônio Gramsci, contribuindo assim a análise da Educação Popular do ponto de vista radical e substantivo.

As elaborações de Karl Marx e Antônio Gramsci, sobre a Educação contribuem não só apenas com a crítica a educação tradicional, mas à crítica à sociedade capitalista.

Na Crítica ao Programa de Gotha, Marx (1979) questiona o Estado lassariano, nos seguintes termos “o partido operário alemão mostra que as idéias socialistas nem sequer o afloraram; em vez de considerar a sociedade atual como fundamento do Estado existente, trata pelo contrário, o Estado como uma entidade independente”¹¹⁷. A este respeito Marx ainda observa o partido operário alemão reivindica como base intelectual e moral do Estado: a educação elementar geral e igual, assegurada pelo Estado. Escolaridade obrigatória, ensino gratuito. O parágrafo relativo às escolas poderia ter exigido pelo menos escolas técnicas (teóricas e práticas) anexas à escola primária. É absolutamente de rejeitar uma educação do povo pelo Estado capitalista.

Quanto à educação na fase inicial, Marx propõe “uma estrita regulamentação do tempo de trabalho segundo a idade e as outras medidas de proteção a favor das crianças, a combinação do trabalho produtivo e da instrução é um dos meios mais poderosos de transformação da sociedade atual”. Este aspecto abordado por Marx, possibilita compreender porque a educação desenvolvida no interior do capitalismo está tão distante desta realidade, pois as escolas praticamente não trabalham esta relação entre a vida concreta da criança e a instrução, aliás, mal trabalham a instrução, o que é explícito no sistema de ensino brasileiro, haja vista a pouca atenção à política educacional para possibilitar uma mudança qualitativa (grifo nosso).

Podemos identificar nos textos de Karl Marx elementos fundamentais que fundamentam a concepção de educação popular na perspectiva acima mencionada. Mario A Manacorda pontua algumas observações ao entendimento dos fundamentos da educação em Marx. Manacorda (2000) questiona, no campo pedagógico, como pode o trabalho, associando-se ao ensino, constituir o conteúdo e o método para a formação do homem onilateral?

Assim o autor mostra que:

na realidade, a partir da posição marxiana, apenas uma resposta é possível a esta interrogação inquietante e, consiste em que não é de fato, o trabalho como processo ou parte do processo educativo, que pode sozinho, subverter as condições sociais, e libertar o homem. Mas essa participação real do trabalho como processo educativo às transformações sociais será tanto mais eficaz quanto menos seja um mero recurso didático, mas sim inserção real no processo produtivo social: vínculos entre estruturas educativas e estruturas produtivas, certamente significam vínculo ensino-produção¹¹⁸.

¹¹⁷ MARX, K. Crítica do programa de Gotha, p. 88.

¹¹⁸ MANACORDA, M. A. Marx e a pedagogia moderna, p. 55.

Antonio Gramsci (1995) expõe seus fundamentos relativos à educação, constata que “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”. Ele critica esta orientação racional, através das seguintes formulações:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo¹¹⁹.

Esta proposta de Gramsci é desenvolvida na obra mencionada, onde ele expressa aspectos relativos ao currículo, ao financiamento da educação, a metodologia de ensino, etc. O que ele explicita como a “escola criadora”. E nas suas formulações adverte “o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e entre trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social”(op.cit, p. 125).

Gramsci observa “a tendência democrática não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder faze-lo”(1995:137).

Na busca de uma crítica consistente ao modelo neoliberal de educação, essas formulações gramscianas são fundamentais, pois, consiste em criticar os princípios privados da educação, propondo uma escola criadora, democrática, que contribua para a transformação social e para as condições materiais necessárias ao desenvolvimento das capacidades intelectuais dos indivíduos. Para este desenvolvimento pode-se dizer que as ONGs tem um papel importante no processo formativo dos movimentos populares a fim de possibilitar potencializar as lutas em que estes movimentos estão inseridos, como também propor transformações nas políticas sociais. Cabe ressaltar que esta tarefa não é fácil, há contradições

¹¹⁹ GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, p.118.

em que estas organizações não governamentais acabam caindo e cedendo a pressões pragmáticas neoliberais.

Por isso não podemos identificar o trabalho educativo das ONGs, e especificamente do CESEP; fundamentado na concepção de educação proposta por Marx e Gramsci, visto que as mesmas não viabilizam uma transformação dos fundamentos capitalistas de uma forma global, ou seja, ora fazem a crítica, ora estão amarradas a esses fundamentos.

CAPITULO IV: UM OLHAR INSTITUCIONAL

4.1 Natureza Institucional do CESEP

Este capítulo terá como eixo à reflexão sobre a natureza institucional do CESEP e seu papel sócio político. Serão destacados os Programas Educacionais (Direitos Humanos, Assessoria Urbano Ambiental, e Comunicação Social).

O CESEP no início de suas atividades era visto como mais um movimento social, devido a seu envolvimento com as ações dos movimentos populares em Sergipe. Não há uma clareza, quanto ao seu papel institucional. Havia uma indecisão de identidade no início de suas atividades. O estudo de Sidney aponta que o CESEP não tinha claro seus objetivos e métodos, ou mesmo, não tinha uma definição da natureza específica do seu trabalho. A sua atuação indefinida ora o levava a atuar como uma entidade de base, ora como militância político partidária. Assim em 1990, visando superar essa problemática incômoda passa a definir a sua identidade e natureza institucional como sendo uma “Organização Não Governamental”, apartidária, ecumênica, sem fins lucrativos, voltada para a prestação de serviços de assessoria em Educação popular aos movimentos sociais em Sergipe¹²⁰.

Nos três anos de existência dessa entidade foi constatado que havia a dificuldade de definir sua relação com as entidades de base, com o governo, com as demais ONGs e com as Agências de Cooperação¹²¹. Neste projeto foi identificado que a falta de clareza sobre a natureza institucional do CESEP foi decorrente dos seguintes fatores: a falta de compromisso da maioria dos sócios fundadores da entidade com o seu processo de continuidade; a falta de conhecimento sobre o processo histórico que deu origem no Brasil, ao surgimento das entidades de apoio e assessoria aos movimentos populares a experiência acumulada, e a falta de experiência da equipe profissional com relação à práxis concreta de uma ONG. Ao mesmo tempo, é colocado o destaque nas relações do CESEP com outras ONGs desde o início das suas atividades a nível regional e nacional. É destacado o intercâmbio com o Centro Cultural Luis Freire de Olinda, com o Centro de Apoio à População Marginalizada do Rio de Janeiro e a filiação ao CENAP (Centro Nordestino de Animação Popular). Em 1991 além do MNDH filiou-se a ABONG (Associação Brasileira de ONGs), (Associação Brasileira de Vídeo Popular) ABVP e ainda faz parte do quadro de sócio da EQUIP (Escola Quilombo de Palmares), que oferta seu programa de cursos para o Nordeste.

¹²⁰ Estágio supervisionado no período de abril/93 a janeiro/94 no CESEP.

¹²¹ Projeto de Apoio Institucional – dez/91.

Até meados de 1990, a entidade foi mantida através de contribuições mensais dos sócios além de recursos oriundos do programa de pequenos projetos da CESE/BA e FASE/RJ. No segundo semestre de 1990, começaram a chegar os recursos do projeto de Apoio Institucional das Contrapartes Desenvolvimento e Paz, CESE e OXFAM o que possibilitou uma estruturação significativa as suas atividades.

É neste período também que há a organização de Programas de trabalho. O programa de Direitos Humanos foi se configurando, desde o final de 1990, a partir do envolvimento da entidade com a questão da luta contra o extermínio de crianças e adolescentes em Sergipe. A passeata contra a violência e em defesa das Crianças e Adolescentes promovida em novembro de 1990 pela AMABA, com assessoria do CESEP, a elaboração e divulgação do “Dossiê do Extermínio de Crianças e Adolescentes em Sergipe”, que repercutiu em todo o Brasil e no exterior, o seminário sobre Violência e Direitos Humanos em dezembro de 1990 e o “Ato em Defesa da Vida” (maio/91) foram alguns fatos marcantes que contribuíram para a consolidação do Programa de Direitos Humanos do CESEP (CESEP,1991).

Outro fato de fundamental importância foi à participação do CESEP no VII Encontro Regional de Direitos Humanos (Natal/RN, fev/91) e sua filiação na mesma data ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

O ano de 1991 foi rico de iniciativas, junto ao movimento popular em Sergipe. Em Assembléia Carlos Eduardo Trindade fez os seguintes informes: plano de lutas conjuntas, tirado do Fórum de Entidades Gerais com o objetivo de unificar e fortalecer as lutas populares e sindicais com a participação das seguintes entidades: CESEP, CUT, MST, CDDH; IV Encontro dos Movimentos Populares de Sergipe a ser promovido pela CPC nos dias 25 e 26/05/91; e o ato em Defesa da Vida a ser promovido no dia 13 de maio no Plenário da Assembléia Legislativa, pelo MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e o MNMMR (Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua).¹²² Esses informes permitem identificar a atuação do Centro nas Ações Educativas e Políticas com os Movimentos Sociais em Sergipe.

No mesmo ano houve uma reorganização da coordenação dos Programas. Para a coordenação do Programa de Direitos Humanos foi aprovada a coordenadora Tereza Neuma¹²³. Para o Programa de Formação foi aprovado o coordenador Carlos Eduardo Trindade.

¹²² Essas iniciativas são explicitadas na Ata da Assembléia Geral do dia 13/04/91.

¹²³ Tereza Neuma participou do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) em Própria e foi coordenadora do Programa de Direitos Humanos do CESEP, no período de 1991 a 1993.

A identidade institucional continuou sendo motivo de debate nas instâncias de formação do Centro. Durante a assembléia foi destacado que não é possível dissociar a discussão sobre a natureza e o papel do CESEP, da discussão sobre o papel das ONGs em nível da conjuntura nacional e internacional. Foi destacado ser necessário resgatar o processo histórico do surgimento das ONGs¹²⁴. A Coordenadora do programa de Direitos Humanos Tereza Neuma referiu-se às atividades no primeiro semestre de 1992 que foram: combate à violência – o programa está montando um Banco de Dados sobre a violência. Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes – participação no fórum DCA e no Conselho Estadual da Criança e Adolescente. Educação para a Cidadania e Articulação Estadual dos Direitos Humanos – Articulação com o CDDH de Propriá e com a comissão estadual do MNMMR de Lagarto. O Coordenador de Formação Carlos Eduardo Trindade expôs as atividades realizadas: acompanhamento aos grupos assessorados e articulação e estudos local e nacional sobre as questões urbanas e ambientais. No relatório do Programa de Comunicação foi dado destaque ao processo de estruturação do Programa, a filiação do CESEP a ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular) à produção de Vídeo sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes em Sergipe.

No início de 1993 foi definida a equipe de coordenação dos programas do CESEP. com a seguinte composição: Coord. Geral – José da Guia Marques; Coord. do Programa de Formação – Carlos Eduardo Trindade; Coord. do Programa de Comunicação – Lilia de Figuerêdo Prado; Coord. do Programa de Direitos Humanos – Tereza Neuma Cariri; Coord. do Programa Assessoria Urbana – Luis Fernando M. Corrêa¹²⁵.

Em relação à diversidade de programas no CESEP são elucidativas as questões levantadas com as pessoas que participaram do conselho deliberativo da organização na época. Edenilson Barbosa Santos; sobre os programas do CESEP considera que

as ONGs maiores que financiavam o CESEP, na época FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços; elas orientavam que os projetos tivessem linhas de ação. Assim havia duas questões: as demandas diversificadas dos movimentos e a outra as linhas de ação das agências financiadoras. As ações eram desenvolvidas de acordo com a aprovação dos projetos quer seja na área de direitos humanos, quer seja na área de meio ambiente, entre outras. Uma das críticas feitas ao conselho deliberativo do CESEP era que os programas não tinham uma integração entre si, nem com a

¹²⁴ Na ata da Assembléia Geral realizada no dia 18/06/92 explica as reflexões em torno da identidade do que seja ONG e conseqüentemente do papel do CESEP na sociedade sergipana.

¹²⁵ Ata da Reunião Executiva do Conselho Político realizada no dia 13/01/93

proposta central do Centro; ou seja, havia uma complexidade, sendo praticamente organizações dentro de uma mesma organização.

Wanderley Corrêa também fez as seguintes considerações sobre a diversidade de programas. Segundo ele

Sobre a diversidade de projetos a gente tem que levar em consideração que um peso forte na decisão da entidade; era dos movimentos, pois muitas lideranças eram sócias do CESEP e tinha um grande poder de influência sobre o trabalho formativo. O MOPEC (Movimento Popular Ecológico), por exemplo, influenciou a criação do programa que trabalhasse a questão urbana e ambiental. Havia Tereza Neuma que era sócia e trabalhava com Direitos Humanos, o que influenciou na criação do Programa de Direitos Humanos e evidentemente o de Educação Popular e Comunicação Social em função da pressão e demanda dos movimentos. Os programas eram uma mine universidade, com seus departamentos rigidamente estruturados e cada um trabalhando numa ciência completamente diferente da outra.

A esta questão destacada por Wanderley sobre a departamentalização dos programas são ilustrativas as considerações de Dangeville (ob.cit. 1978:61), o qual mostra que a divisão do trabalho existente desenvolve, nos que tem uma profissão, uma única faculdade ou um único tipo de gesto em detrimento de todas as outras potencialidades do homem. A partir daí especializar-se é o mesmo que se sacrificar a uma potencialidade pela aprendizagem, ou pela repetição, todas as outras virtualidades que a natureza humana encerra. Isso significa cultivar uma atividade que se autonomiza para dominar o homem que a exerce, tornando-se este, por exemplo: pintor, escritor, contabilista ou cantor, sendo impotente em qualquer outro lado. A esta individualização alienante da divisão do trabalho das sociedades de classe; Marx oporá a sua concepção do homem social, totalmente liberto, que só uma sociedade coletivista torna possível.

Portanto a divisão social do trabalho impede o desenvolvimento integral dos indivíduos e das organizações. Assim é um desafio das ONGs e outras organizações que se colocam como democráticas, superar a divisão do trabalho e construir processos coletivos capazes de desenvolver as capacidades tanto dos seus membros, como das organizações. Contudo, cabe ressaltar, que isto só poderá se efetivar, em um processo mais amplo, que envolva além da formação, a práxis concreta social e humana, que como vimos no primeiro capítulo, seja capaz de superar a lógica do capital de forma global.

O programa Direitos Humanos realizou diversas atividades. A mais importante na época foi à iniciativa contra o extermínio de crianças e adolescentes, juntamente com outros movimentos populares de Aracaju e outras entidades a nível nacional e internacional como o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Anistia Internacional.

Uma iniciativa marcante foi à passeata contra a violência realizada por CESEP/AMABA. Essa passeata repercutiu na imprensa local, principalmente cobrando do poder público, atitudes contra a violência com crianças e adolescentes em Aracaju.

FIGURA 8: ENTIDADES AVALIAM PASSEATA (CONTRA A VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DE MENORES – PARTICIPAÇÃO DA AMABA E DO CESE)

A passeata contra a violência e em Defesa da Criança e do Adolescente, promovida por diversas entidades de classe na última segunda-feira, no centro de Aracaju, superou todas as expectativas dos organizadores. A Associação de Moradores do Bairro América – AMABA, a Comissão Pré-Central do Movimento Popular – CPC, o Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP e o Centro de Defesa de Direitos Humanos – CDDH que estiveram à frente da passeata, asseguraram que a adesão e apoio dos artistas e da população foi total, chegando a reunir duas mil pessoas, entre elas, centenas de crianças e adolescentes.

A população através de gestos prestava solidariedade ao movimento. Na praça Fausto Cardoso, a passeata foi ainda recebida com aplausos por aproximadamente mil pessoas presentes que tiveram a oportunidade de assistir a shows, como Rogério e Chico Queiroga.



No encerramento houve pronunciamentos dos representantes de entidades promotoras, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP/RJ, que na oportunidade lançou a campanha que vem sendo desenvolvida a nível nacional, com o slogan – “Não Matem Nossas Crianças”.

Segundo os organizadores, o movimento atingiu seus objetivos à medida que conseguiu efetivar uma mobilização, pressionar o governo do Estado exigindo a apuração dos crimes contra as crianças e a punição dos assassinos e mandantes, mostrou que todos desejam o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o fim do Esquadrão da Morte e dos grupos de extermínio. Por fim, as entidades cobraram da Câmara dos Vereadores e da Assembléia Legislativa a instalação de CPI’S para apurar as denúncias de extermínios de crianças em nosso Estado

Jornal da Cidade – 27/11/1990.

Nesse sentido faremos a análise das iniciativas do Programa Direitos Humanos, a partir de alguns estudos acadêmicos.

No trabalho “Extermínio de Crianças e Adolescentes em Aracaju” (1992) foi evidenciado que:

o desenrolar da violência no Brasil, em que crianças e adolescentes das classes populares são alvo de transgressões cruéis, é fruto da estrutura capitalista que divide a população entre uma elite dominante centralizadora dos meios de produção e uma classe massificada possuidora apenas de sua força de trabalho. Esta estrutura desumana aliada a uma conjuntura de recessão e desigualdade sociais marcantes, onde se verifica que 1% da população detém, aproximadamente, 13% da renda nacional, enquanto outros 30 % disputam entre si os mesmos 13% da renda.

As autoras aludem que é dentro deste contexto que se manifesta e se amplia a situação de negação da cidadania vivenciada pela maioria dos brasileiros. Os dados demonstram que no Brasil sete milhões de crianças estão totalmente abandonadas nas ruas, destas 500 mil se prostituem antes dos 12 anos e 300 já morreram nos primeiros meses de 1991, vítimas de grupos de extermínio. É identificado também que em Aracaju mais de 160 crianças e adolescentes foram mortas vitimadas pela ação de grupos de extermínio¹²⁶.

Estes grupos de extermínio são identificados pela sociedade civil, através de denúncias, através da imprensa e dossiê organizado por entidades ligadas a questão da criança e adolescente (grifo nosso). As autoras demonstram que a partir da evidência de tais crimes é que vieram à tona as denúncias de uma realidade que há muito estava oculta, disfarçada sobre o slogan “Guerra da Maconha”. Versão divulgada pelo aparelho policial do Estado, quando posteriormente foi constatado também o envolvimento de policiais e de grupos interessados em fazer justiça com as próprias mãos. Assim, neste estudo é colocado que:

Segundo denúncias e informações obtidas através de entrevistas aos familiares das vítimas, arrombamento de lojas tem ligações com estes crimes, o secretário de Segurança Pública disse que o Clube dos Diretores Lojistas (CDL) vinha fazendo pressões junto a Secretaria da Segurança Pública (SSP/SE), ao Juizado da Infância e Juventude e a outros órgãos do Estado para dar uma solução definitiva aos arrombamentos que vinham ocorrendo em Aracaju. A mesma autoridade afirmou ainda que este é um problema estrutural que envolve o Poder Executivo e toda a sociedade de modo geral.

¹²⁶ Este trabalho foi realizado pelas alunas Cássia Ribeiro, Maria A. A., Maria de Lourdes M. dos S., Marly P. Selma Maria T. A. de Souza e Silvani Santos, como requisito para a Conclusão de Curso II do Departamento de Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe. Teve a supervisão do prof. Eliano Sérgio Azevedo Lopes. Aracaju, p.18

As investigações constataram que no tocante à posição de alguns movimentos sociais frente à questão do extermínio de crianças e adolescentes, notou-se que estes movimentos têm um papel importante na divulgação e combate a tais violências, sendo suas ações voltadas para a apuração dos crimes praticados contra as (crianças menores e adolescentes), para a garantia dos direitos conquistados por eles no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com o mesmo estudo a atuação destes movimentos sociais em Aracaju também tem sido decisiva para a luta contra a violência e em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dentre os quais pode-se citar: Associação dos Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA), Associação dos Moradores e Amigos do Siqueira Campos (AMASC), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR – SE), Comissão Pró – Central dos Movimentos populares (CPC – SE), Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP), Centro de Defesa dos Direitos humanos (CDDH), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – SE) Central Única dos Trabalhadores (CUT – SE), Sindicato dos Petroleiros de Sergipe (SINDIPETRO – SE), Movimento Popular Ecológico (MOPEC) e outros segmentos da sociedade civil. Todas estas entidades têm promovido seminários, palestras, passeatas e manifestos, buscando chamar a atenção da sociedade sergipana contra estes crimes com crianças e adolescentes.

Na conclusão deste trabalho fica evidenciado que estas denúncias fizeram com que organismos internacionais - como a Anistia Internacional – pressionassem o governo brasileiro, no sentido de dá um novo direcionamento na onda de violências praticadas cotidianamente contra crianças e adolescentes, alijados e violentados em seus direitos básicos (1992:73).

A elaboração do Dossiê realizado pelas entidades (CESEP/AMABA/91) demonstra algumas iniciativas do Programa de Direitos Humanos em que é destacado o trabalho educativo de sensibilização sobre a temática, no sentido de contribuir com a luta em defesa das crianças e adolescentes de nosso Estado¹²⁷.

O seminário de Segurança Pública e Cidadania, realizado em Agosto de 1991 foi um momento de suma importância para o trabalho do Programa de Direitos Humanos do CESEP, haja vista participaram diversas entidades e autoridades que desenvolvem trabalhos com crianças e adolescentes a nível local, regional e nacional.

¹²⁷ Dossiê “O Extermínio de Crianças e Adolescentes em Sergipe”. Edição Ampliada e Atualizada. 1991.

FIGURA 9: SEMINÁRIO “CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA”



FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

Uma análise da violência é pertinente para compreender este fenômeno no contexto local, mas incrementada na literatura sobre a Globalização. João Ricardo Wanderley Dornelles (1999) analisa a globalização recolocando o conceito da violência. Ele constata que para tratar da violência na década de 90, devem-se considerar as transformações ocorridas no campo do sistema internacional; do Estado, das mudanças da sociedade e do individualismo contemporâneo. Para fins deste trabalho iremos abordar a seguinte reflexão:

No plano das relações internacionais o fim da guerra fria trouxe mudanças significativas no quadro da violência, além das importantes transformações acarretadas pela globalização econômica. Existe uma relação direta entre o processo de mundialização econômica, sua ideologia neoliberal e a generalização da violência... Direta ou indiretamente a violência se alimenta das desigualdades. E a desigualdade em escala ampliada, e em ritmo acelerado, expande a exclusão social, através da abstenção do Estado da responsabilidade pública, social, sendo uma pré-condição para a generalização e fragmentação da violência... Se desenvolve no quadro de fragmentação cultural, estimulada pela mundialização da economia, produzindo padrões existenciais uniformizados, homogeneizando culturalmente todo o mundo... Em um quadro de ruptura de modelos, onde existe uma realidade de crise de paradigmas, ou de crise de civilização, as identidades sócio culturais “macro existenciais”, universais ou globais, se esvaziam, dando lugar a busca de novas identidades, em um mundo dominado pela ideologia neoliberal, por uma economia globalizada de mercado e pela predominância do individualismo possessivo. As identidades são construídas nos espaços “micro existencial”, privado ou particular¹²⁸.

¹²⁸ DORNELLES, J. R. W. Globalização, direitos humanos e a violência na crise da modernidade, p. 44-5.

É neste âmbito do privado que se pode perceber a ação dos grupos de extermínio, divulgado pelo dossiê. Contrapondo a esta prática individualista possessiva há as iniciativas de cunho coletivo, através das entidades da sociedade civil organizada (CESEP, MNDH, Anistia Internacional, etc) que demonstraram construir práticas efetivas para a construção da cidadania.

Outro Programa que desenvolveu iniciativas sócio-educativas foi “Assessoria Urbana e Sócio Ambiental”. De 1990 a 1993 ocorreram diversas iniciativas substanciais que possibilitaram uma crítica consistente às políticas governamentais relativa aos problemas ambientais do Estado de Sergipe. Juntamente como o MOPEC (Movimento Popular Ecológico) foram realizados estudos, pesquisas, seminários etc que contribuíram para o conhecimento da real situação sócio ecológica de Sergipe.

Luiz Fernando de M. Corrêa desenvolveu uma pesquisa sobre a situação sócio-ecológica do Estado de Sergipe. Ao pesquisar o contexto sócio ambiental de Sergipe expressa que:

diante da amplitude dada a atual crise ecológica a nível global, a própria deteriorização das condições de vida da população brasileira é urgente a confecção de subsídios teóricos e científicos que auxiliam a discussão do atual contexto sócio ambiental do estado de Sergipe pelos diversos setores da sociedade civil. A confecção de um Diagnóstico representa um importante instrumento de análise na articulação de propostas alternativas às políticas governamentais¹²⁹.

Para Luiz Fernando no início da década de 1990 a questão ecológica em Sergipe se agravou, principalmente devido à nascente industrialização e ao crescimento da área urbana de Aracaju. Os impactos sobre o meio ambiente afetam acima de tudo as áreas com população de baixa renda, isto fica constatado com a existência da poluição, desmatamentos, aterros, especulação imobiliária, falta de serviços básicos etc. Nos bairros periféricos, principalmente na zona sul de Aracaju (ex: Coroa do Meio, São Conrado, Farolândia, etc) percebe-se que a destruição do litoral, dos rios e manguezais compromete as economias locais, degrada os ecossistemas e empobrece as comunidades litorâneas ribeirinhas. A especulação imobiliária divide o espaço urbano em áreas de valorização, por um lado, e periféricas, por outro,

¹²⁹ Diagnóstico da realidade sócio ambiental do Estado de Sergipe (CESEP, 199?).

transforma o solo numa mercadoria de alto preço, elitizando o espaço urbano e impedindo o acesso de todos os cidadãos à aquisição de moradia.

Os grandes grupos econômicos dominam o espaço urbano (empresas imobiliárias) com o auxílio do Estado, transformam as áreas urbanas em objetos de compra e venda, em fontes de lucro. Os grupos econômicos formam uma região metropolitana com profundas desigualdades sociais.

Relativo aos projetos nesta área em Sergipe esse estudo mostra que atualmente, por iniciativa do governo estadual novos projetos desenvolvimentistas estão programados e projetados, baseados numa visão megalomaniaca e elitista de progresso econômico social. Dentre estes se destacam:

O Pólo Cloroquímico, complexo industrial de grande porte nas proximidades do litoral; a rodovia do coco, ligando Aracaju à cidade de Salvador por toda a extensão da orla marítima sergipana, o aterro da margem direita do estuário do rio Sergipe próximo a sua foz para a construção de zonas residenciais e comerciais pra grupos de alta renda.

Este estudo desenvolveu-se com o intuito de apontar que diante desses novos projetos e seus conseqüentes impactos, os movimentos sociais em geral têm o desafio de apontar alternativas de desenvolvimento que neguem as atuais políticas governamentais, formulando novos projetos que contemplem os aspectos de melhoria da qualidade de vida, a justiça social e a preservação do meio ambiente.

Uma das iniciativas mais expressivas deste programa foi o projeto “SOS SÃO CONRADO”. Se desenvolve por meio de apresentação de conteúdos sobre a realidade sócio ambiental local, nacional e internacional. As aulas geralmente eram dadas em locais abertos e usando métodos práticos, como passeios educativos para áreas remanescentes de ambientes naturais: passeio para a cachoeira de Macambira (na zona agreste), para o parque municipal da Mata Atlântica de Carmópolis (zona de Cotinguiba úmida) e para o parque da cidade de Aracaju. Esse projeto foi apoiado pela UNICEF e recebe acompanhamento administrativo do MOPEC e assessoria do CESEP¹³⁰.

¹³⁰ O problema sócio ambiental de Sergipe – Projeto de assessoria – CESEP, 1992.

Esse trabalho foi outra iniciativa educacional significativa às crianças das camadas populares, que tiveram a oportunidade de obter conhecimento além do currículo formal das escolas formais. Acabou influenciando nas escolas públicas e particulares da região.

Outro aspecto deveras importante foi à discussão sobre o Plano Diretor da Cidade de Aracaju. Houve diversos processos formativos, que o CESEP coordenou, inclusive realizou estudos e discutiu esta temática no jornal elaborado pela entidade¹³¹.

Podemos perceber que a intervenção do CESEP no aspecto sócio ambiental no Estado de Sergipe busca por um lado uma análise concreta da situação em que se encontra a deteriorização da natureza, por outro tem a intenção de potencializar a classe subalterna, através de pesquisas, formação e mobilização. A crítica consistente à política devastadora contra a ecologia implementada em Sergipe; procura evitar que a subsistência dos moradores que vivem próximo aos manguezais seja progressivamente destruída. Assim sendo a análise marxiana sobre a natureza é fundamental para compreender a essência da exploração capitalista no âmbito ecológico. Eis as considerações de Marx e Engels (1999:64), quando fazem a crítica a retórica idealista e abstrata com a qual Feuerbach determinava a relação entre o homem e a natureza. Eles escreveram:

Feuerbach jamais fala do mundo dos homens, mas refugia-se na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feuerbachianas se restringe cada vez mais. A essência do peixe é o seu ser: a água – para retomar uma das proposições de Feuerbach. A essência do peixe de rio é a água do rio; contudo, esta água deixa de ser sua “essência” quando se torna um meio de existência que não mais lhe convém, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por colorantes e outros dejetos, tão logo navios e vapor naveguem pelo rio, tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens pode retirar do peixe seu meio de existência.

¹³¹ A discussão sobre o Plano diretor foi aprofundada no jornal “LOCUS”: um espaço diferente – ano I – nº3/out/93 – CESEP. No artigo “Um urbano desurbanizado” é exposto que o desafio colocado pela questão urbana em Aracaju não tem sido encarado com seriedade pelos agentes que hoje detém o poder. O programa de desfavelamento do governo do Estado trata a questão de forma violenta e discriminante, retirando as pessoas das favelas sem nenhuma discussão. A prefeitura de Aracaju parece relegar o “Plano Diretor”, que é considerado importante instrumento de política urbana auxiliando o poder público e a sociedade civil a planejar de forma ordenada o crescimento da cidade. Nesta reportagem a assessoria Sócio Ambiental expõe que dada à necessidade de uma concepção de desenvolvimento urbano de acordo com os interesses populares, o CESEP vem desenvolvendo assessoria junto aos movimentos através dos programas de formação e comunicação social por reconhecer a potencialidade dos movimentos populares urbanos como sujeitos de transformação social (p.2).

Ao analisar estas considerações Mészáros (2002), comentou: Marx rejeitava a alegação de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes a “essência humana” e que, conseqüentemente, “o problema consistia em saber como poderíamos nos adaptar a estas formas do cotidiano”. Ele compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical do modo prevalente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva precisamente em virtude do modo reificado e alienado de intercâmbio e controle humanos¹³².

Podemos mesmo afirmar que as considerações deste autor são evidentes no mundo atual, haja vista a destruição do meio ambiente que acontece de forma planetária. Parece até um recado para os dias de hoje.

As iniciativas dos programas Assessoria Sócio Ambiental e Direitos Humanos foram importantes na constituição da identidade do CESEP, enquanto espaço de formação, estudo e conhecimento dos Movimentos Sociais em Sergipe.

Em meados de 1993 o CESEP passou por uma fase de reestruturação interna, fruto do seu processo de avaliação institucional. Essa reestruturação implicou na desativação de dois de seus Programas de Trabalho (Programa de Direitos Humanos e Programa de Assessoria Urbana e Ambiental) e na redefinição de prioridades. As razões que levaram a essa reestruturação interna foram basicamente à falta de recursos humanos e financeiros para assegurar o funcionamento adequado de todos os programas e a necessidade de adequação da estrutura interna do CESEP à sua missão institucional, e as demandas do seu público alvo, conforme definição do Seminário de Planejamento Estratégico de 1993¹³³.

A decisão de desvinculá-lo da estrutura programática do CESEP foi tomada no mês de junho, pelo Conselho deliberativo e ratificada posteriormente pela Assembléia Geral dos sócios da entidade. A decisão baseia-se na convicção de que o referido programa só se tornaria viável, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista financeiro e operacional, se o mesmo fosse transformado em uma entidade autônoma e especializada na temática dos direitos humanos, ou absorvido por outra entidade do gênero.

Os fundadores do Centro de Direitos Humanos Dom José Brandão de Castro, decidiram reativá-lo e transferi-lo de Própria para Aracaju, e, em negociação com o CESEP, com o conselho Regional do MNDH e com a OXFAN decidiram assumir a responsabilidade pela continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Programa de Direitos

¹³² MESZÁROS. Op. cit., p. 998

¹³³ Relatório Anual de Atividades – síntese do processo institucional do CESEP/93

Humanos do CESEP, especialmente, o Banco de Dados sobre a violência. A partir dessas negociações, o CESEP transferiu para o CDJBC os equipamentos do Banco de Dados (computador, modem fax, software, etc) e parte dos recursos destinados pela OXFAN ao CESEP em 1993 (CESEP, 1993).

A idéia da criação do Programa de Assessoria Urbana e Ambiental surgiu no final de 1992, após constatarem-se os desdobramentos das ações do Programa de Formação do CESEP na área das questões urbanas e ambientais. Diversas atividades foram realizadas pelo CESEP em 1992, ligadas a questões do Plano Diretor de Aracaju, às ocupações urbanas, à rodovia dos Cocos, etc. Contudo as demandas de 92 não mais se verificavam em 93. Eram demandas bastante conjunturais. O programa, assim, não saiu nem do papel. A conjuntura das ocupações urbanas também mudou. Sua articulação passa hoje pela Central dos Movimentos Populares e aponta para a reorganização do Movimento dos Sem Teto.

A decisão pela desativação do programa de Assessoria Urbana, foi tomada em junho pelo Conselho Deliberativo do CESEP e ratificada posteriormente pela Assembléia dos sócios da entidade.

Além deste relatório há outros documentos que explicitam com mais evidência a desativação dos programas¹³⁴. Nessa assembléia é posto que os dois programas estavam sendo desativados por causa da crise interna da entidade. Após o debate foram deliberadas as seguintes questões: ratificou-se a proposta do Conselho Deliberativo que reduziu para dois os programas do CESEP, sendo os programas de formação e comunicação os que permaneceram na estrutura da entidade; aprovou-se a criação do setor de planejamentos.

Neste período há também a criação de entidades, como a Central dos Movimentos Populares que irá assumir algumas iniciativas que eram realizadas pelo Centro. O CESEP participou efetivamente à criação desta entidade, tendo Raimundo – sócio do CESEP na Coordenação Nacional.

Sobre a criação da Central dos Movimentos Populares José Raimundo Félix da Rocha declara que:

a Central dos Movimentos Populares aqui em Sergipe nasceu com a contribuição do Centro Sergipano de Educação Popular. Fomos da coordenação geral aqui em Sergipe e participamos da Coordenação a nível nacional. Em 1993 houve um Congresso Nacional da Central em Belo Horizonte para a sua criação, porque antes existia a Comissão Pró-Central. Neste congresso participaram diversas organizações populares de todo o Brasil¹³⁵.

¹³⁴ Ata da Assembléia Ordinária do CESEP realizada no dia 04/07/93

¹³⁵ Entrevista concedida no dia 20/11/2002 na ocasião do IX Congresso do SINTESE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe). Raimundo é sócio fundador do CESEP, foi coordenador de

FIGURA 10: CRIAÇÃO DA CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

No relatório de atividades é destacado que graças ao apoio dos sócios colaboradores e do empréstimo do Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (CEADe), foi realizado em 1993 um grande sonho: a aquisição da sede própria no Centro da cidade. Foi também vendido o transporte da entidade¹³⁶.

Nesse relatório é apresentado o Programa de Comunicação, o qual atuou em duas linhas básicas: o trabalho com vídeo e a comunicação escrita, privilegiando também a democratização dos meios de comunicação. O registro em vídeos das lutas dos movimentos se constitui hoje uma grande demanda no Estado, e dentro dos limites da entidade foram acompanhadas as principais lutas e eventos das comunidades assessoradas. Foram documentadas em vídeo, manifestações, encontros, seminários, negociações entre os movimentos populares e representantes dos poderes públicos. Neste período foram editados diversos vídeos pela entidade. Na parte escrita foi publicada o jornal “LOCUS”, com periodicidade mensal, que teve duração de 4 meses. Em fevereiro de 1993 o CESEP

programas do Movimento de Defesa da Prainha. Licenciado em Química pela UFS é professor de Química no ensino médio na rede estadual de ensino.

¹³⁶ Relatório de Atividades de 1993 do CESEP.

participou da instalação do Comitê pela democratização dos meios de comunicação no Estado de Sergipe. Desde então, o CESEP, vem promovendo em conjunto com as entidades que compõem o Comitê, momentos de discussão sobre os diversos aspectos políticos, jurídicos e técnicos constitutivos desta problemática.

Na proposta de trabalho/94 fica demonstrado o estudo sobre comunicação social em Sergipe. Foram analisados a concentração destes meios no Estado de Sergipe e a intervenção dos movimentos populares, neste setor. Assim mostra que a articulação de redes de comunicação (emissoras de televisão, rádio AM e FM e de jornais de pequena, média e grande circulação) recobre de modo complexo e dinâmico as articulações do poder político e econômico a nível local e nacional.

É observado neste estudo que nas condições do estado de Sergipe as relações entre o poder social e político e aquele centrado no controle dos meios de comunicação de massa são ainda mais estreitas do que aquelas observadas no plano nacional.

Identifica também que quem detém o poder político e econômico também detém o poder dos meios de comunicação. O grupo Franco, maiores proprietários de terras do Estado, praticamente monopolizador da agroindústria canavieira em Sergipe, além de dedicar-se a outras atividades econômicas, como indústrias têxteis, publicidade, indústria do turismo e produção local de coca cola, dispõe de uma relativa projeção nacional (Senador Albano Franco é presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI). Este mesmo grupo controla significativa parcela dos meios de comunicação de massa em Sergipe – rede Atalaia AM e FM e a emissora TV Atalaia, vinculada a SBT e Rede Sergipe FM e TV Sergipe, filiada à rede globo. João Alves Filho, atual governador do Estado é um dos mais fortes empresários da construção civil em Sergipe controla a Rede Jornal – AM e FM e a emissora da TV Jornal, filiada a TV Bandeirantes em nível nacional, além do Jornal da Manhã e a rede estatal de rádio e televisão Aperipê, filiada a Rede Brasil (Rede estatal Nacional) .

Do ponto de vista dos movimentos sociais em Sergipe, os meios de comunicação de massa colocam problemas de várias ordens. Como ter acesso a informações de caráter nacional, estadual e local, furando os bloqueios das Redes nacionais e dos poderes locais? Como divulgar suas demandas sem depender dos caprichos e interesses conjunturais daqueles que controlam os meios de comunicação? Como produzir suas próprias mensagens, ampliando o raio de ressonância de suas demandas e construindo sua própria identidade coletiva?

Assim é destacado que o CESEP e os princípios básicos que o orientam levam necessariamente a esta entidade o debate acerca de uma política de comunicação que busque a ocupação dos espaços na mídia externa, e a criação de meio próprio de comunicação – p.16.

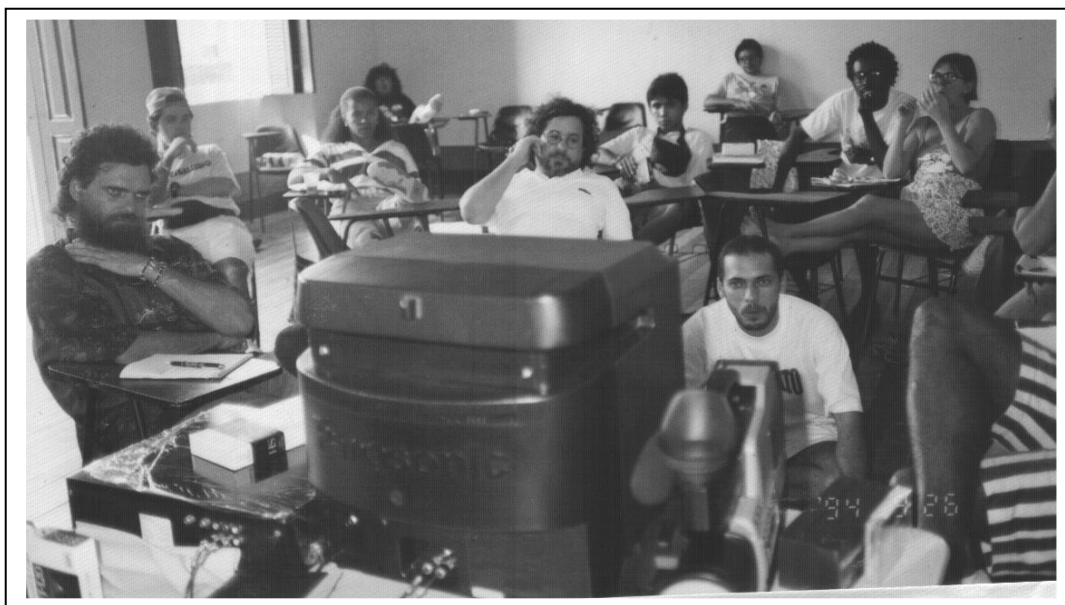
Neste ano o CESEP utilizou como estratégias, a articulação em Redes e com produtores de outros Estados, inicialmente filiando-se a ABVP (Associação Brasileira de Vídeos Populares) e participando, desde então, dos encontros e seminários promovidos por esta entidade. Associação com entidades voltadas para a pesquisa como a Universidade Federal de Sergipe, a qual fornece assessoria em relação aos temas enfocados e tratados pelos vídeos produzidos pelo CESEP e pelas publicações, em especial o Jornal e os Cadernos. Foi firmado um convênio com o Departamento de Ciências Sociais da UFS, por meio do qual um pesquisador deste departamento se encontra à disposição do CESEP para a produção de vídeo.

Referente ao programa de Comunicação Social, o professor (UFS) Caio Rubens Amado de Matos considera que:

Meu primeiro contato com o CESEP foi ainda no ano de 1991, quando o CESEP localizava-se na rua Santa Luzia. Fui convidado para produzir um vídeo sobre o problema das mortes de crianças e adolescentes no ano de 1990. Neste momento o Centro estava num processo de reestruturação, devido ao leque grande de atividades: ecologia, direitos humanos, educação, Assessoria aos movimentos populares. Havia uma multiplicidade muito grande e a idéia era que se criasse um setor de comunicação. Depois as pessoas que trabalharam comigo na produção do vídeo acabaram se incorporando ao CESEP.

Em 1993 após a reestruturação, o CESEP se direcionou para dois programas: Educação Popular, com a coordenação de Lourival Junior Holanda e Comunicação Social, com a Coordenação de Lílían Figuerêdo. A nossa participação se deu principalmente na elaboração de um projeto no setor de comunicação. Formulamos o projeto que foi enviado para Marckhatur, uma agência que financiava projetos na área de áudio visual e foi aprovado. Com os recursos foi possível comprar o material de vídeo, câmara, ilha de edição e o telão. Nós tínhamos a preocupação no setor de comunicação de desenvolver uma produção de vídeo que fosse um eixo central do programa de comunicação. Os equipamentos só chegaram à entidade quando estávamos saindo do cargo. Os vídeos produzidos anteriormente utilizavam o equipamento de outras pessoas¹³⁷.

¹³⁷ Entrevista no dia 09/12/2002, realizada na Universidade Federal de Sergipe. Caio Amato fez pesquisa e acompanhou o programa de Comunicação Social no CESEP. Atualmente é professor do departamento de Ciências Sociais da UFS.

FIGURA 11: OFICINA DE PRODUÇÃO DE VÍDEO

FONTE: Arquivo do Centro Sergipano de Educação Popular – CESEP, 2003.

Este período foi fundamental para a prática política do CESEP, que obteve visibilidade na sociedade sergipana. Com a extinção dos programas de Direitos Humanos e Assessoria Urbana e Ambiental o programa de comunicação tornou-se importante porque pôde o Centro concentrar com iniciativas de qualificação e apoio aos movimentos sociais, como a produção de vídeos temáticos: violência, ecologia, educação, entre outros, além da própria formação da equipe de trabalho do Centro. Nesse sentido constituiu-se em um processo de definição institucional no que se refere à atuação enquanto ONG de assessoria e formação dos movimentos populares de Sergipe.

Vale ressaltar que até 1998 os programas de Educação Popular e Comunicação Social desenvolveram diversas atividades de formação de educadores, e da assessoria aos movimentos sociais em Sergipe. No ano de 1995 há uma mudança institucional, devido à disputa no CESEP entre dois grupos, o que vai ocasionar problemas financeiros, e com os coordenadores dos programas. No início de 1995, inicia uma disputa política entre grupos para compor a nova direção¹³⁸. Na assembléia é lido o documento, cujo título é “A Bem da Verdade sobre o Processo Eleitoral do CESEP” (vê anexo). Este documento e a discussão durante a assembléia demonstram o calor da disputa pessoal que houve no momento. (Anexo 3).

¹³⁸ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do CESEP, realizada em 19/01/95 no sindicato dos bancários.

Sobre essa disputa é importante expressar a compreensão das pessoas que participaram daquele momento. Carlos Eduardo Trindade, sobre a problemática institucional do CESEP considera que:

Na crise maior do CESEP eu já estava fora. Vi os grupos se digladiando internamente por uma questão que poderia ser equacionada. Parecia que o que estava em jogo não era o debate institucional, mas as posições pessoais. Existia o grupo de Agnaldo que tinha a visão que o CESEP deveria fazer o trabalho de base, e a preocupação com a ingerência da cooperação internacional. E em contraponto existia a postura do Zé da Guia que trabalhava com a perspectiva da rigidez institucional. A coisa ultrapassou o debate institucional, com isso a entidade sofreu as consequências. Não concordei com a atitude das pessoas que saíram e fizeram a denúncia do CESEP; como se a entidade fosse a pessoa que estava à frente, o Zé da Guia.¹³⁹

Raimundo Félix da Rocha destaca que;

A disputa pelo poder no CESEP foi mais pela questão pessoal, do que propriamente uma questão política. Existia um grupo que pensava o CESEP, de acordo com a visão das agências que financiavam a entidade, mais próxima ao modelo neoliberal, que era ligado a Zé da Guia e o nosso grupo praticamente formado pela equipe de Educação Popular, que pensava o CESEP, enquanto entidade de assessoria aos movimentos populares, no sentido que estes movimentos pudessem dar um salto de qualidade. Naquela época o grupo que propunha uma ação mais qualificada junto aos movimentos populares foi quem perdeu as eleições. E quem assumiu o Centro foram as pessoas que estavam diretamente ligados à Zé da Guia.

Maria Mota, em relação ao período das eleições observa que;

em 1995 a crise política ficou configurada. Os coordenadores de programas já não conseguiam mais caminhar junto com o coordenador executivo. Na nossa visão faltou mais “pensar” a entidade. A eleição foi polêmica, a disputa de poder foi expressa chegando a tal ponto de se pegar pessoas em casa para votar. O grupo que Zé da Guia apoiou foi eleito e depois vieram às consequências. Os assessores dos programas de Educação Popular e Comunicação saíram da entidade, Zé da Guia ficou queimado e chegou o momento que ele viu que não dava mais para continuar. As consequências negativas vieram a acontecer principalmente devido à crise financeira instaurada, devido à dívida do INSS. A entidade passou momentos difíceis também porque a OXFAN – agência que financiava o CESEP, retirou o seu

¹³⁹ Entrevista concedida no dia 12/11/2002 na sede da SACI. Trindade foi presidente do CESEP. Atualmente é Coordenador geral da SACI e coordena o setor de planejamento da EMSURB.

financiamento, devido às denúncias feitas pelo grupo que estava saindo da entidade no processo eleitoral¹⁴⁰.

Analisando a relação institucional Wanderley Corrêa em entrevista declara que:

Houve dificuldades de relações interpessoais muito forte. As relações interpessoais não foram trabalhadas internamente. Houve a formação de grupos, não de concepção política, mas de acomodação política pessoal. A departamentalização dos programas contribuiu também para a crise institucional. Naquele momento o CESEP estava em evidência: participou de atos públicos, mobilização, estava presente na imprensa. Havia pessoas que tinham projeto políticos pessoais ou de grupos e viam à direção do CESEP uma forma de rampa de lançamento. O CESEP tinha 70 sócios. A coisa era muito ideológica, e muito mais de disputa de poder e de desgastes nas relações pessoais que, propriamente o debate de concepção de trabalho, e política.

Esse processo de disputa pessoal no Centro Sergipano de Educação Popular pode ser interpretado levando em consideração outras organizações. Michael Lowy (1992) interpreta as organizações de cunho socialista, operárias e marxista, dizendo que aparece no campo do movimento operário, no proletariado, no marxismo, no socialismo, uma variedade enorme de ponto de vista, cada um querendo ser o verdadeiro, o autêntico¹⁴¹. Para ele estas divergências acontecem devido a três aspectos:

o primeiro elemento explicativo é a existência, dentro do movimento operário, do marxismo, do ponto de vista de outras classes sociais, dada à força, o peso da ideologia dominante. É normal, inevitável que aconteça uma penetração dessas ideologias burguesas ou pequeno burguesas, ou outras, dentro do movimento operário. Daí podem-se observar fenômenos como, por exemplo, do positivismo marxista, que existiu desde a II Internacional e que existe até hoje, porque a força do positivismo é tal, como ideologia dominante, que inevitavelmente acaba penetrando no marxismo, no campo do proletariado.

Este autor indica também que um segundo elemento de explicação é a existência do fenômeno da burocracia, isto é, do aparecimento nos movimentos operários nos partidos, nos sindicatos e no Estado, resultante do próprio movimento operário, de uma camada burocrática

¹⁴⁰ Entrevista concedida no dia 06/11/2002, realizada na sede do Centro. Maria Mota participa da ACO (Ação Católica Operária), foi coordenadora geral da Associação do 18 do forte e faz parte da equipe de trabalho do CESEP.

¹⁴¹ LOWY, M. Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista, p. 108.

com interesses próprios, idéias próprias, concepções próprias que, embora esteja vinculada ao movimento operário e ao ponto de vista do proletariado, vai reformulá-lo, em função de sua particularidade, que não é do conjunto do movimento operário, mas é específica a essa camada social particular.

Atento a esta prerrogativa de Lowy, mesmo o CESEP não sendo um movimento operário nem uma organização citada acima, é uma ONG que desenvolve processos formativos e organizativos com os movimentos sociais, assim como outras ONGs no campo das chamadas ONGs cidadãs. A visão burocrática e particular de uma pessoa ou de formação de grupos por motivos pessoais remete a este particularismo posto, tornando assim um empecilho ao desenvolvimento da práxis humana e social, o que observamos nesse processo de disputa entre grupos no Centro.

Como consequência desse processo de disputas surgem às dificuldades financeiras e administrativas, inclusive com a possibilidade de encerrar as suas atividades, principalmente devido a dívida do INSS¹⁴². Essa problemática institucional vai conseqüentemente gerar a crise financeira da entidade, que foi avisada da notificação do INSS, sendo destacado os motivos: o primeiro que a entidade não era reconhecida como entidade de utilidade pública pelo Governo Federal, que isso aconteceu devido ao fato de o governo federal ter anulado a legislação, e sugeriu que a entidade fizesse uma mudança no seu estatuto (o que ainda não foi possível fazer). Outro motivo foi com relação às contribuições relativas às empresas e empregados sobre a descaracterização de serviços prestados por pessoas físicas, consideradas como autônomas, e por ultimo a entidade não possui o certificado de fins filantrópicos. A dívida encontrava-se no valor de (vinte e cinco mil e setecentos e trinta e oito reais).

Nesse sentido esse trabalho aponta que muitas vezes o individualismo é um fator determinante na destruição de uma organização social, juntamente com outros fatores de ordem política, social e cultural. Estão presentes nas bases materiais e burocráticas capitalistas, o que nos mostra Octávio Ianni (1999:121), quando examina a Sociedade Global:

a racionalização das relações, processos e estruturas estão cada vez mais organizadas, segundo a lógica da razão instrumental que tem confinado ou expulsado a razão crítica. Este é o contexto em que a racionalização do mundo subordina e anula o indivíduo. Ocorre que a sociedade global está cada vez mais articulada pelo utilitarismo, pragmatismo, behaviorismo e pelo positivismo. As malhas científicas e tecnológicas, materiais e imateriais, que tecem as instituições, organizações, agências, empresas, mercados, regiões e nações, organizam-se segundo os requisitos da razão instrumental. Sob vários aspectos, a mundialização

¹⁴² Ata da Assembléia Geral do CESEP, realizada no dia 11/06/95 no CULTART/UFS.

em curso no século XX é principalmente um produto da concretização de objetivos e meios organizados segundo a lógica da razão instrumental. Neste sentido é que se pode falar em uma espécie de burocratização do mundo. Tudo tende a organizar-se com base na razão instrumental, técnica, no princípio da produtividade, lucratividade, quantidade.

É importante ressaltar que o CESEP insere-se num contexto onde a hegemonia neoliberal é marcante, principalmente no que se refere à tentativa de destruir as ONGs, Movimentos populares e sindicais que desenvolvem práticas políticas e educativas que fazem críticas a este modelo. Portanto não podemos considerar os processos organizativos institucionais do CESEP isolados, sem buscar uma interpretação do que acontece a nível nacional e mundial.

Após o processo de disputa entre grupos expressa acima podemos considerar que houve um desgaste nas relações profissionais e pessoais, contudo no final de 1995 há uma tentativa de superação da problemática institucional e financeira, que parte de um processo avaliativo do Centro a fim de levantar propostas efetivas. Assim foi realizada a Avaliação Institucional do CESEP, tendo como assessor Álvaro Pantoja (CENAP – Centro de Animação Popular).

Segundo Pantoja este processo teve como objetivo político e prático reconstruir as relações, reencontrar as referências e refazer os caminhos para a prática cotidiana e a intervenção social do CESEP na nova conjuntura. Do ponto de vista educativo-metodológico, buscou-se desenvolver o trabalho na perspectiva de capacitar o coletivo do CESEP em concepção e prática de avaliação¹⁴³.

Após os resultados das entrevistas Álvaro Pantoja enfatiza que a linha de especialização do CESEP deve ser assessoria aos movimentos na área de educação e formação. É preciso planejar o trabalho e a intervenção na sociedade como um todo articulado. Direcionar um processo de formação, explicitar uma concepção de educação popular que orienta o trabalho – princípios, diretrizes, metodologia, capacitar melhor a equipe, através da auto qualificação e auto formação.

Nas considerações finais Pantoja entende que a atual equipe é capaz de soerguer a instituição, pois tem consciência das dificuldades, desejos e iniciativas concretas que podem viabilizar o CESEP. Deixou clara a importância do apoio externo das agências financiadoras.

¹⁴³ Relatório da Avaliação Institucional do CESEP, realizada no período de Agosto a Dezembro de 1995.

Com esta situação apontada na Avaliação Institucional percebe-se as iniciativas por parte da equipe executiva, conselho político e dos sócios em contribuir para o desenvolvimento das atividades da entidade. Foram discutidas diversas propostas de superação da situação financeira como repensar o quadro de gastos do CESEP com relação ao pessoal; desenvolver pequenos projetos como forma de captação de recursos, ajudando assim a estrutura orçamentária, trabalhar algumas estratégias de captação de recursos, viabilizar as contribuições financeiras dos sócios. Foi destacada a necessidade da participação ativa dos sócios, não só nos programas, mas também no CESEP como um todo¹⁴⁴.

Em 1997 já havia um início de reação à crise financeira com o apoio das agências financiadoras Desenvolvimento e Paz e CESE, através da aprovação do projeto institucional¹⁴⁵.

Na Assembléia Geral Ordinária do CESEP do dia 18 de abril de 1998 a Coordenadora executiva Jeane Marcelino informou da visita de Fátima da CESE nos dias 14 e 15 de maio, quando haverá reunião com a equipe de trabalho e o conselho político do CESEP. Foram também informadas as atividades da entidade: o programa de Educação Popular: reuniões mensais com educadores e encontro de formação para educadores populares (Concepção e Princípios de Educação Popular); oficina de capacitação em gênero e desenvolvimento sustentável. Programa de Comunicação Social: Produção de vídeos “projeto OWÊ (SACI) e Região Citrícola (CDJBC); Videoteca Popular, Revista Movimentos nº2; Informativo Bilhetim e Cartilha de Alfabetização”. Jeane informou a respeito da falta de recursos para manter o programa funcionando, e dos problemas de ordem pessoal e profissional. Wanderley alertou para a necessidade dos membros do Conselho Político contribuir dividindo as tarefas e se envolvendo nas atividades.

Nessa Assembléia foram apresentadas as atividades do Programa de Comunicação: funcionamento da videoteca popular, oficina de impressos. A falta de um funcionário para o programa inviabilizou a realização do vídeo institucional, apresentação de vídeos nas comunidades e o informativo Bilhetim, bem como a falta de recursos financeiros (janeiro a agosto) e tecnológicos (Sistema Page Maker no computador). Foram realizadas atividades do programa de Educação Popular: seminário de Gênero, raça e políticas públicas, I Encontro Estadual de Mulheres (CMP, CESEP), seminário de Intervenção das ONGs no Mocambo

¹⁴⁴ Ata da Assembléia Geral Extraordinária do CESEP, realizada no dia 30/03/96 na escola de primeiro grau General Valadão.

¹⁴⁵ Ata da assembléia Ordinária do CESEP, realizada no dia 12/12/97 na sede da entidade.

(CESEP, CDJBC, SACI), participação nas reuniões do Conselho da Criança e Adolescente, seminário do Plano Diretor, oficina Arte de Contar Estórias (EQUIP/CESEP), mapeamento dos Movimentos Populares, assessoria aos Movimentos Populares (AMABA, Associação da Várzea Grande e AMPAF); apresentações de seminários por estudantes de Serviço Social da UFS, UNIT e estudantes do IERB, Encontro Regional do Fórum DCA, Encontro de Agentes e projetos (CESE – BA). Enfim nesta Assembléia Maria Mota ressaltou que 1998 foi um ano positivo para o CESEP, pois conseguiu realizar muitas atividades, embora praticamente sem recursos.

O envolvimento dos membros do Conselho Político da entidade como voluntários no trabalho educativo foi fundamental para o desenvolvimento das atividades, constituindo assim uma nova cultura de participação, contudo era discutida a importância do financiamento de agências para garantir o pagamento dos profissionais dos Programas.

Neste mesmo ano percebe-se que há uma visibilidade maior do CESEP, principalmente a relação com os movimentos populares e com as entidades da sociedade civil organizada no nosso Estado. Na reunião do Conselho político foi informado pela Coordenadora Jeane Medeiros que houve uma reunião no Sindifisco sobre as comunidades representantes de Quilombos de Sergipe, contando com a participação do CESEP, SACI e CDJBC, além de representantes de tais comunidades: Mocambo, Mussuca e Lazareto – o CESEP prestou assessoria no I Encontro Estadual do Setorial de mulheres promovido pela CMP no dia 17/05/98. Relativo a questão institucional foi informada a aprovação do projeto Trienal da Desenvolvimento e Paz (D&P), Cooperante Internacional do Canadá¹⁴⁶.

O CESEP continua com o processo de fortalecimento institucional interno. Na Avaliação do Seminário de Planejamento Estratégico, Marcos Vinícius disse que o Seminário obteve ganho para o CESEP. Foi simples e democrático, levantando problemas e apontando propostas de superação. Jeane, coordenadora, disse que antes da realização do Seminário teve antes uma conversa franca com a CESE. Wanderley observou que os participantes devem canalizar suas energias para os desdobramentos apontados no Seminário para a entidade. Lizaldo considerou que o apoio da CESEP representa confiança no grupo, agora é caminhar e ver os resultados. Edenilson destacou que antes estávamos voltados para os movimentos

¹⁴⁶ Reunião do conselho político do CESEP, realizada no dia 18/05/98.

populares, nas avaliações que realizamos em nossa história, agora temos uma melhor definição da proposta de trabalho e da nossa Missão Institucional.¹⁴⁷

O aspecto organizacional do Centro Sergipano de Educação Popular é destacado por Caio Rubens Amado de Matos

Em termos de estilo de trabalho a administração do CESEP priorizou os aspectos organizativos. A parte organizativa do CESEP foi extremamente aperfeiçoada. Quanto a uma filosofia de trabalho definida; os princípios básicos, ou uma linha de trabalho mais ou menos clara, discutida, nunca aconteceu. Qual o papel de uma ONG na conjuntura atual? Qual a nossa relação com os órgãos públicos? Qual a nossa relação com a cooperação internacional? Este tipo de discussão nunca aconteceu, pelo menos na época que estava na entidade. Enfim o burocrático prevaleceu sobre o político.

A opção do CESEP por trabalhar os setores de comunicação e educação popular foi mais um processo de especialização. Dentro da reestruturação organizativa, houve o processo de especialização que se limitou aos dois programas. Mas a discussão teórica e política mais uma vez não foi aprofundada. O que mais uma vez foi constatado é que como acontece com qualquer organização política, social, sindical, ONG, nossa experiência apontou que segue sempre o mesmo padrão, o mesmo problema: o praticismo, a resolução do problema de imediato, ou a estruturação burocrática da entidade. É uma coisa que praticamente absorve todas as energias braçais e intelectuais dos participantes destas organizações, e toda a elaboração teórica, política, inclusive definição de estratégias, ficam no segundo plano.

Eram criados pelo CESEP alguns fóruns para debates, mas eram descontínuos e não rendiam muita coisa. Não houve na organização, como não vê nos partidos políticos, na universidade, uma elaboração teórica coletiva. O que você entende por educação popular? E por educação popular através do áudio visual? Ou como o áudio visual interfere na Educação Popular? Toda essa discussão teórica e política necessária não aconteceu. O trabalho era empírico. As decisões eram mais por questões pessoais. As discussões eram muito mais ligadas a questões do dia a dia; do que concepções mais aprofundadas sobre a filosofia de trabalho.

Jeane Medeiros faz as seguintes considerações sobre o trabalho na entidade:

De 1995 até 1998 o CESEP passou a primar mais por algumas questões que eram deixadas de lado. Com relação às obrigações sociais a administração teve um cuidado maior com as prestações de contas, relatório, balancete financeiro, adequando estes instrumentos à realidade da instituição. No primeiro momento Wanderley Corrêa foi o coordenador executivo, foi o momento de adaptar a nova situação. Desde essa época estamos pagando os erros administrativos anteriores e as consequências até hoje. A pior delas é a dívida do INSS. De 1995 até 1998 tivemos uma crise financeira. Primeiro esta dívida, depois a questão trabalhista com relação ao FGTS dos funcionários.

¹⁴⁷ Na Reunião Ordinária do Conselho Político do CESEP, realizada no dia 14/07/98 Wanderley comunica que a entidade foi solicitada pela Associação dos Artistas Plásticos de Sergipe – ASAP a participar na assessoria do Seminário de Planejamento desta entidade

O pessoal do MPK o escritório de contabilidade do CESEP, deu o depoimento que a administração anterior não tinha claro o que era uma ONG. Como o CESEP do ponto de vista administrativo era visto como um movimento, então as obrigações sociais não eram levadas a sério. Após este período a partir de 1996 ficou claro o papel do CESEP, como uma ONG e como tal é um segmento social e tem obrigações sociais iguais a uma empresa. É necessário cumprir com os deveres do contrário se é penalizado¹⁴⁸.

Portanto o Centro Sergipano de Educação Popular, do ponto de vista da sua natureza institucional, enquanto ONG houve esse processo de definição institucional. Até o período dessa pesquisa os programas de Educação Popular e Comunicação Social reduziram suas atividades, devido aos escassos recursos financeiros humanos, decorrente dos problemas apontados acima como: a dívida do INSS e o processo eleitoral, causando a saída de financiamento das agências internacionais. Entretanto após 1997 há um maior envolvimento dos sócios, permitindo a continuidade de suas atividades e uma maior clareza institucional no campo das ONGs em Sergipe.

Do ponto de vista institucional, remetemos a análise à sociedade fundada no capitalismo. A obra de Marta Vieira Cruz ilustra esta questão. Cruz (1992) analisa especificamente o sindicato rural de modo que, possibilita a compreensão de outras organizações sociais. Ela destaca que

se de um lado podemos conceber o sindicato como produto histórico da sociedade industrial e, portanto reconhecê-lo como um instrumento capaz, de neutralizar a combatividade do movimento operário, por outro lado o concebemos também como um instrumento capaz em determinados períodos históricos, de elevar e qualificar o nível de luta de classes¹⁴⁹.

Ao analisar as formulações gramscianas, Cruz (1992:162) observa que:

o sindicato concebido como uma forma particular de organização proletária, põe a descoberto a incapacidade orgânica de superação do regime capitalista de livre competição; e, por esta razão, é que restringe as massas à tomada de consciência do seu real papel histórico. Portanto a prática sindical predominante no contexto da sociedade industrial neutraliza os conflitos sociais com vistas a manter a ordem econômico-social vigente. Entretanto o sindicalismo só se constitui em um

¹⁴⁸ Entrevista com Jeane Marcelino Medeiros no dia 21/11/2002. Graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe foi Coordenadora do programa de educação Popular e atualmente é Coordenadora Executiva do CESEP.

¹⁴⁹ CRUZ, M. V. Igreja Católica e sindicato no campo: Conservadorismo ou conservação (1975-1985), p.85.

instrumento revolucionário se os funcionários da organização sindical enfocam todos os meios de que o sindicalismo possa dispor para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se desenvolve todo o trabalho material e espiritual necessário para que a classe subalterna possa em um momento determinado, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e submetê-lo às suas leis; então o sindicato é verdadeiramente um instrumento revolucionário¹⁵⁰.

Neste sentido fazemos relação às Organizações Não Governamentais, enquanto produto histórico inserido no capitalismo vigente. Diferente dos sindicatos as ONGs tem outro caráter. Tanto do ponto de vista histórico, pois as mesmas têm pouco tempo de existência, como modelo institucional, visto que não se inserem no movimento operário. Não se constituem organizações surgidas no interior da indústria. São organizações que como já vimos fazem parte do terceiro setor, no campo privado; ou estão inseridas nos princípios da ABONG, chamadas de ONGs Cidadãs. Temos a conjectura que nem um campo nem outro constituem práticas revolucionárias, mesmo se as ONGs Cidadãs geralmente desenvolvem processos formativos capazes de potencializar a classe subalterna, como o CESEP, ainda assim não consegue efetivar mudanças estruturais na sociedade, juntamente com outras organizações. Outro elemento importante refere-se ao pragmatismo a que essas organizações são submetidas, devido à própria forma de organização em que o Capital determina nas relações sociais.

¹⁵⁰ GRAMSCI. Conselho de Fábrica sindicatos e partidos. In: Cara a Cara. Ano I, n. 2. Julho Dezembro, 1978, Apud. Idem, p.162.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico é rigoroso, metódico e não se constrói sem uma opção teórica que o constitua. Assim sua construção dá-se com uma lógica bem delineada. A lógica adotada nesse trabalho privilegia a análise dialética do objeto investigado interpretando Movimentos Sociais, Classe Social e Trabalho por considerar que essas categorias têm sido analisadas num viés pós-moderno em que alguns autores procuram mostrar que elas não têm consistência na atualidade, contrariamente ao que preceitua a abordagem marxiana. Ao contrário desta perspectiva mostramos que esta interpretação é fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais no interior do modo de produção capitalista.

De acordo com o que foi demonstrado a lógica do Capital continua sendo o marco revelador constituinte na Sociedade Global. A Globalização na década de 1990 tornou-se a ideologia que se pretende eterna como nos mostra Leher (1998). O Mercado Mundial através das suas instituições multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) procura ditar as regras da hegemonia mundial.

Para aprofundar o problema específico deste trabalho interpretamos as ONGs nesse contexto. É destacado que as mesmas construíram um diálogo no campo da sociedade civil mundial em que possibilitaram alguns avanços significativos quanto aos direitos de eixos como a ecologia, gênero, entre outros, através de conferências internacionais. Contudo como foi constatado há diversos limites na intervenção destes fóruns de ONGs, uma vez que quem dita as regras do Mercado Mundial não incentiva nem implementam as deliberações destes fóruns.

Na América Latina a ideologia neoliberal, destrói as bases dos movimentos populares e sindicais e concomitantemente há o incentivo aos programas de privatização em todo o continente, além de aumentar de forma gritante o desemprego e a inflação. O Consenso de Washington nesse contexto é considerado como um dissenso, pois não conseguiu implementar as metas estabelecidas pelos governos do grupo dos 8, obtendo resultados negativos.

Relativo à formação da sociedade brasileira é destacado que há uma influência dos elementos constitutivos da sociedade colonial, o que revela a sua face autoritária e autocrática. A idéia da redemocratização do nosso país, pela queda da ditadura militar é válida, contudo não podemos ser tão idealistas em aceitar que houve uma efetiva democratização, visto que ocorreu a consolidação do capitalismo, através das ações privatistas dos governos no período desta pesquisa.

Concluimos que as alternativas ao Capital construídas até o momento não deram certo, porque não consideraram a construção de um modelo societário mundial. Limitaram-se apenas a experiências localizadas como da União Soviética e não criaram novos mecanismos estruturais coletivos que fossem capazes de superar a lógica do capital do ponto de vista global.

Em seguida analisamos a política educacional brasileira, em consonância com o programa neoliberal na América Latina. Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, identifica-se a Teoria do Capital Humano como a que por sua perspectiva economicista, responde melhor aos princípios sustentados por esta tendência. Essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado, e a função da escola se reduz à formação dos recursos humanos para a estrutura da produção. Seguindo esta lógica é perceptível a destruição da escola pública brasileira. Os recursos para o desenvolvimento das atividades fins da educação são desviados para atividades meios. O papel assumido pelo Estado em relação à educação significa também o apoio à iniciativa privada. Esta estratégia tem sido desenvolvida nos últimos anos por diferentes governos latino americanos, o que levou a uma perda de qualidade da educação pública e a uma tendência crescente de sua substituição pela educação privada, vista como portadora de maior qualidade e eficiência.

Michael W. Apple (2000) traz a reflexão em torno da Concepção Neoliberal da Educação sobre as políticas educacionais defendida pelos ideólogos neoliberais. Ele coloca que

muitas das políticas direitistas que vêm desempenhando um papel central na educação e em quase todas as outras áreas carregam uma tensão entre uma ênfase neoliberal em “valores de mercado”, de um lado e um apego neoconservador aos valores tradicionais, de outro. Segundo a primeira perspectiva, o Estado deve ser minimizado, de preferência liberando de controles a empresa privada; de acordo com a segunda, o Estado precisa ser forte para ensinar conhecimentos, normas e valores corretos. Tanto para os neoliberais quanto para os neoconservadores; a tarefa educacional não é apenas encorajar membros da economia de mercado a pensar em si mesmo como indivíduos, de forma a maximizar seus próprios interesses. Mas também as pessoas precisam ser encorajadas a aceitar que é inteiramente apropriado, haver perdedores e ganhadores no sistema. Um processo como este é gerador de riquezas. Partindo desta posição a desigualdade para eles é ainda melhor para seus interesses¹⁵¹.

¹⁵¹ M. W. APPLE. Política cultural e educação. São Paulo: Cortez, 2000.

Portanto segundo essa lógica, podemos perceber como os valores privados são determinantes no modelo neoliberal.

A esse respeito são ilustrativos os incentivos do Estado, via MEC à construção e estrutura de universidades particulares, além dos mecanismos de privatização no interior do ensino público brasileiro.

No segundo capítulo é evidenciado que em Sergipe há alguns fatores que são importantes no desenvolvimento histórico do final da década de 1980 que podem explicar a criação do Centro Sergipano de Educação Popular. Como foi identificado houve um processo anterior a sua criação, tendo como base à participação da professora Maria Luiza de Souza em alguns eventos a nível nacional, em que se iniciaram os contatos com a UNIMEP; além da participação de algumas lideranças dos movimentos populares do estado no treinamento em Piracicaba. A nível local havia um trabalho de articulação entre os movimentos populares, que culminou no I Encontro Estadual de Movimentos Populares em Sergipe, aonde se percebeu a necessidade da criação de uma entidade de formação e articulação que possibilitasse uma estrutura e unidade nos trabalhos sócio educativo desses movimentos.

Quanto aos princípios políticos do Centro, verificou-se que os mesmos são inferidos no momento de auge do neoliberalismo no Brasil, quando há a tentativa de destruir os movimentos populares e sindicais. Contudo são reveladores os princípios do 8º encontro da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e a Carta de Princípios da ABONG como possibilidades da construção em torno da identidade, tanto para os movimentos populares, como para as “ONGs cidadãos”, em que aparece nos estatutos da entidade. Outro elemento refere-se ao centralismo e particularismo das práticas políticas em Sergipe, que se reflete nas organizações sociais, dificultando assim tornarem efetivas o que está colocado nos estatutos ou nos documentos em que são definidos os princípios dessas organizações.

Relativo à especificidade do objeto aqui em análise é expresso no terceiro capítulo que o fator econômico, em consonância com a Globalização do mercado, no Nordeste aumentou nesse período a desigualdade social, com a exclusão da classe subalterna aos bens materiais e culturais. É explícita a política de arrocho salarial e de privatização dos serviços públicos como elementos determinantes dessa desigualdade.

Em Aracaju os fatores urbanos contribuíram para a segregação social e para o surgimento de movimentos populares urbanos que vão fazer reivindicação localizada.

Na interpretação das práticas educativas do CESEP é destacado, que nos primeiros processos formativos não havia uma definição teórica e metodológica, além do seu papel

político e educativo. Esse aspecto vai melhorar com a criação da CPC (Comissão Pró Central) em 1990 e a Central dos Movimentos Populares (CMP) em 1993, quando essas organizações assumem o trabalho de articulação, enquanto o CESEP inicia a constituição de sua identidade, como ONG de formação (educação) e assessoria aos movimentos sociais em Sergipe.

Esse trabalho de formação parte de três níveis: nacional, regional e local. Os processos formativos a nível nacional possibilitaram as lideranças e educadores dos movimentos sociais em Sergipe, ter uma visão mais ampla e crítica da realidade. A nível regional é destacado o trabalho de formação da EQUIP (Escola Quilombo de Palmares), a qual contribui para a formação e unificação dos movimentos sociais no Nordeste. A nível local é colocada a limitação destes processos, visto que não consegue ir além da reivindicação, nem há a compreensão da realidade na sua totalidade.

O Programa de Educação Popular é analisado levando em consideração os processos formativos programados (cursos, seminários, encontros) e de ação (assessoria a AMABA e MDP). É considerado que a concepção metodológica do CESEP segue a opção metodológica dialética de Educação Popular, no entanto essa opção não está muito clara no fazer metodológico do Centro, assim como aos sócios do centro e lideranças dos movimentos, devido dificuldade de compreensão desta concepção metodológica.

Portanto infiro que a falta de conhecimento do método dialético resultou em apreendê-lo apenas na tomada de consciência da realidade, ou seja, estava mais em sintonia em a dialética em Hegel. Há a percepção apenas enquanto relação teoria e prática, sem apreender a práxis social e humana na sua totalidade.

No sentido de evidenciar a concepção de educação presente nestes processos formativos, vemos que esses processos têm como eixo principal à educação para a cidadania.

Relativo aos processos formativos do CESEP, esclarecemos que a educação para a cidadania aí desenvolvida está vinculada a práticas políticas pedagógicas do desafio ético e político da formação cidadã e tem uma influência teórica e prática do educador Paulo Freire. Contudo este é um desafio, pois, a cidadania no Brasil está mais ligada a sua formalidade do que mesmo a sua prática efetiva. Está mais no âmbito liberal, que em práticas substantivas radicais, como nos mostrou Gentili (2001); haja vista a nossa constituição de que muito pouco foi posta em prática do que foi regulamentado em lei. Assim o CESEP não foge a esta regra; visto que mesmo com o esforço da formação à cidadania substantiva, a nível geral não consegue consubstantivar práticas efetivas que superem a lógica liberal.

Quanto à concepção de educação dos processos formativos do CESEP, demonstramos que não houve uma formulação teórica consistente. Neste sentido destacamos as formulações

de Karl Marx e Antonio Gramsci sobre educação que são pertinentes ao objeto aqui investigado, a fim de contribuir na compreensão teórica e prática das ONGs que desenvolvem trabalhos educativos de Educação Popular, na sua especificidade, possibilitando a superação da lógica neoliberal.

Vale ressaltar que o Centro Sergipano de Educação Popular contribuiu de forma significativa na sociedade civil sergipana, especificamente no campo das ONGs e Movimentos Sociais, haja vista a sua participação e apoio na criação desse campo no estado de Sergipe, tendo como exemplo (MOPEC, Movimento de Defesa da Prainha, Central dos Movimentos Populares, Centro Dom José Brandão), entre outras. Entretanto, como qualquer outra instituição inserida no sistema capitalista não está ausente da lógica burocrática, do pragmatismo e individualismo que rege os fundamentos e valores desse sistema. Concluiu-se que, o CESEP revela-se uma instituição sintonizada com os preceitos neoliberais, no que se refere à sua inserção no movimento global próprio das ONGs, não obstante, apresentar avanços em direção à transmissão de uma "educação para a cidadania", ainda que baseada na concepção de direitos sociais nos moldes liberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTILÓN, R. Quais são os elementos essenciais da Concepção Metodológica Dialética. .In: HOLLIDAY, O. J., **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. p. 193-206.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: CORTEZ, 1995.

APPLE, M. W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000. 180p.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.56).

BÓRON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: _____ **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.63-112.

BRUYNE, P. de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, 252 p.

CORÁGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Prospectiva, v.1).

CORREIA, O. V. **A extensão universitária no Brasil: um resgate Histórico**. Organizadoras / Marta Vieira Cruz e Maria Eliza da Cruz – São Cristóvão: Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000. 419p.

DINES, A. (Org.) et. al. **História do poder: 100 anos de política no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000. 408p.

DORNELLES, J. R. W. Globalização, direitos humanos e a violência na crise da modernidade. In: DINIZ, A (org) et. al. **Direitos humanos, democracia e senso de justiça**. Rio de Janeiro: Litteris Ed: Kroart: Fundação Bento Rubião, 1999. 192p.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

____ Mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, O (Org). **Sociologia**. 2. ed. São Paulo. Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1991.

FERNANDES, L Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In: ____ **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, P. Qual Educação para qual Cidadania? Reflexões sobre a Formação do Sujeito Democrático. In: **Fórum Nacional de Educação 2001**. João Pessoa. Anais: Autor Associado, 2001. p. 64-76.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

____ **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLIDAY, O. J. Oscar. A Educação na América Latina: o desafio de teorizar sobre a prática de transformar. In: BRANDÃO C. R. (org.). **Lições da Nicarágua: a experiência da esperança**. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 1987. P.84-104.

IANNI, O. **A Sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo Editora Ática, 1997.

KONDER, L. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Editora SENAC, 2000. (livre pensar 2).

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LEHER, R. **A Cidadania negada**. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Coleção Grupos de Trabalho CLACSO, 2000.

LOWY, M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LUPORINI, T. (ORG). **Catálogo das fontes da educação brasileira**. Paraná. 1997.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

____ Teses sobre Feurbach. In: ENGELS, F. A. **Ideologia alemã**. 1999.

____ **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa. Editora Moraes, 1978. (Introdução e Notas de Roger Dangeville).

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Editora Ltda Martins Fontes, 1983. (Série Novas Edições).

____ Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, E. **O conceito marxista do homem**. 8ª ed. São Paulo: Zahar, 1983.

MARX, K. **Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt**. São Paulo: Editorial ESTAMPA. Martins Fontes, 1983. (Biblioteca do Socialismo Científico).

____ **A miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do Sr Proudhon. n. 25. Lisboa. Edições Avante. 1991. (Biblioteca do Marxismo Leninismo).

MELLO, A.F. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva - Belém: SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2000.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2002.

NETO, J. P. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: ____ **Pós Neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 5. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

NOSSELA, P. Trabalho e educação. In: GOMES, C. M (org) {et. al}. **Trabalho e conhecimento**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 27 a 41.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. In: ____ **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

____ Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização. In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e Universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG. Petrópolis, 2002.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SANFELICE, J. L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência In: LOMBARDI, J. C. **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas Transversais**. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 1999.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.(Polêmicas do nosso tempo)

____ **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SICHIROLLO, L. **Dialectica**. Lisboa: Editorial Presença, 1980. 234p. (Biblioteca de Textos Universitários).

SCOCUGLIA, A. C. **História das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 207 p.

____ Exclusão social e Educação Popular no Brasil – 500. In: SCOCUGLIA, A. C.; NETO, J. F. M. (Org). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. 185p.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TOSTA, L. D. Os destituídos do direito ao trabalho. In: OLIVEIRA, Djaci D.de (org) {et. al}. **50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados – Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos**, 1999.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

AOKNOUE, C. Y. Bases para um novo pacto de cooperação. **Caderno ABONG**. São Paulo nº 17, 1997.

CORRAL, T. As ONGs e as relações internacionais: emergências e Limites da governabilidade mundial. **Caderno ABONG**. São Paulo nº 26, 1998.

GRACIANI, M. S. S. Os desafios da construção social das políticas públicas Educacionais. In **Caderno ABONG**. São Paulo, v.1, nº 29 p. 63-73, nov, 2001. 185p.

OLIVEIRA, F. Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. In: ONGs. Identidade e desafios atuais. **Caderno ABONG**. São Paulo: Autores Associados, nº 27, 2000.

SAVIANI, D. O Pensamento da Esquerda e a Educação na Republica Brasileira. **Pro-Posições**. UNICAMP/SP. v.3, nº 1, dez. 1990. p. 7-19.

SOUSA, M. L. de. Movimentos Sociais em Sergipe nas Décadas de 60, 70 e 80. In: **Revista Movimentos**. Estudos de Teorias e Práticas Sociais. Aracaju, v. 1. nº 1. 1995.

TRABALHOS ACADÊMICOS

CRUZ, E. **Associação de Moradores**. As políticas e os políticos. 1992. Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

CRUZ, M. V. **Igreja Católica e sindicato no campo**: Conservadorismo ou Conservação (1975-1985). 1992 224f. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/PUC. (Tese de Doutorado).

FRANÇA, V. L. V. **Aracaju**: estado e metropolização. 1997. Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Federal Paulista. Rio Claro/SP. (Curso de Pós Graduação em Geografia – Tese de doutorado).

LEHER. R. **Da ideologia do desenvolvimento a ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. 1998. (Área de Concentração: Administração em Educação) Faculdade de Educação da USP, São Paulo. (Tese de Doutorado).

MIRANDA, T. G. de. **Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970–1995.** 1997. F.F.L.C.H – USP. v. 2. São Paulo. (Tese de doutorado em Sociologia).

RAMALHO, J. R. **ONGs na Paraíba: as bases da ação propositiva.** João Pessoa: UFPB, 1996. (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, D. A. **A construção dos princípios políticos pedagógicos na trajetória da Escola Quilombo de Palmares (EQUIP) – 1987 a 1994.** Recife. UFPE. 1996. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SANTOS, S. C. **Abordagem da problemática educacional do bairro São Conrado.** Estágio Supervisionado I e II. Aracaju – DSS/UFS – Centro de Ciências Sociais Aplicadas / CESEP. 1993.

SANTOS, J. B. **Ação estatal na dinâmica da economia brasileira: de JK à FHC.** Monografia [Departamento de Economia da UFS], Aracaju. 1996.

SILVA, R. M. A. **Modernização econômica e pobreza crônica: duas faces de uma mesma região.** 2001. DSS/UFRN. Natal

EVENTOS

ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Popular e Sindical). 8º Encontro Nacional. Belo Horizonte. 1989.

CURSO DE ALFABETIZADORES DE ADULTOS, 1. 1994, Divina Pastora, **Relatório.** Divina Pastora., Chácara Nossa Senhora Betânia, 1994.

CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE NA TERRA DURA, 1.1993, Aracaju/SE, **Relatório.** Aracaju, Associação da Terra Dura, 1993.

CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA OS MOVIMENTOS POPULARES, 2., 1992, Cabedelo/PB, **Relatório...** Cabedelo, [s.], 1992.

CURSO DESCENTRALIZADO PARA DIRIGENTES POPULARES, 1. 1993, Maceió/AL, **Relatório...**Maceió, ACOTIRENE, 1993.

DIAS, José F. Os trabalhadores e a modernidade: em busca dos frutos dourados da vida. In: **I Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da ONU**. Rio de Janeiro: PNUD/IBASE. 1991.

ENCONTRO DE JOVENS DO BAIRRO AMÉRICA, 1. 1989, Aracaju, **Relatório...** Aracaju, Colégio Santa Rita de Cássia, 1989

ENCONTRO ESTADUAL DE MOVIMENTOS POPULARES, 3., 1990, Aracaju, **Relatório...** Aracaju [s.l], 1990

ENCONTRO ESTADUAL DOS MOVIMENTOS POPULARES, 1., 1987, Aracaju, **Relatório...** Aracaju [s.l], 1987.

PLENÁRIA NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES, 2., 1991, São José dos Campos/SP, **Relatório...** São José dos Campos [s.l.], 1991.

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO, [s.n]. 1993. Aracaju/SE, **Relatório**, Aracaju, CESEP, 1993.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICAS PÚBLICAS, [s.n]. 1995, Recife/PE, **Relatório...** Recife CENAP, 1995.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR, 2. 1995, Aracaju/SE, **Relatório...** Aracaju, CESEP, 1995.

SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO, 1., 1992, Aracaju, **Relatório...** Aracaju, CESEP, 1992.

SEMINÁRIO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 1.1987, Piracicaba, **Relatório...** Piracicaba UNIMEP, 1987.

ENTREVISTAS

CORRÊA, A.W. de M. **Antônio Wanderley de Mello**: depoimento (set/2002). Entrevistador A. N. Figuerêdo. Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 20/09/2002 na sede do CESEP, 2002.

CRUZ, M.E. **Maria Elisa Cruz**: depoimento {jan/2003}. Entrevistador: A.N. Figuerêdo. Aracaju, CESEP-SE, 2003. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 14/01/2003 na FAPese (Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado de Sergipe), 2003.

EDWIRGES, M da M. **Maria da Mota Edwirges**: depoimento {nov/2002} _____. Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 10/11/2002 na sede do CESEP, 2002.

JESUS, E. A. de. **Edílson Araújo de Jesus**: depoimento (mai/2003) _____, Aracaju, CESEP, 2003. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 10/05/2003, realizada na sede do Movimento de Defesa da Prainha, 2003.

MATOS, C. R. A. **Caio Rubens Amado de Matos**; depoimento {dez/2002}_____, Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 09/12/2002 na UFS, 2002.

MEDEIROS, J.M. **Jeane Marcelino Medeiros**: depoimento {nov/2002} _____, Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete (60m) MC- 60. Entrevista concedida no dia 21/11/2002 na sede do CESEP, 2002.

NORMANDO (Coordenador do CECUP): depoimento {nov/2001} _____, Salvador, CESEP, 2001. 1 fita Microcassete SONY (60m) Mc-60. Entrevista concedida no dia 04/11/2002 na ocasião do encontro de Educação Popular, 2001.

OLIVEIRA, J. de. **José de Oliveira:** depoimento {out/2002} ____, Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 11/10/2002, realizada na sede do CESEP, 2002.

TRINDADE, C.E. **Carlos Eduardo Trindade:** depoimento (nov/2002). Entrevistador: ____, Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 12/11/2002 na sede da SACI, 2002.

ROCHA, J. R. F. **José Raimundo Félix da Rocha:** depoimento (nov/2002}. _____. Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 21/11/2002 no teatro Atheneu por ocasião do IX Congresso do SINTESE, 2002.

SANTOS, E. B. **Edenilson Barbosa dos Santos:** depoimento (set/2002}. Entrevistador ____, Aracaju, CESEP, 2002. 1 fita Microcassete SONY (60m) MC-60. Entrevista concedida no dia 20/09/2002, realizada na sede do CESEP, 2002.

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

ABONG. Carta de Princípios e Estatuto, 2000.

SERGIPE (Estado). Secretaria de Estado de Habitação e Saneamento. **Pesquisa sobre as condições habitacionais no estado de Sergipe.** Aracaju: 1989. 15p.

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária,** Aracaju, 1995, (19/jan/95).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária,** Aracaju, 1996, (30/mar/96).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral,** Aracaju, 1991, (13/out/1991).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral**, Aracaju, 1989, 7/dez/1989).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral**, Aracaju, 1992, (18/jun/92).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Geral**. Aracaju, 1995, (11/jun/95).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Ordinária**, Aracaju, 1993, (04/jul/93).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Ordinária**, Aracaju, 1997, (12/dez/97).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Diagnóstico da Realidade Sócio Ambiental do Estado de Sergipe**. Aracaju: 1997.

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Projeto de Apoio Institucional**. Aracaju: (Proposta de trabalho para 1994).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Projeto Institucional de Apoio Operacional**. Aracaju: (dez/1991).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Projeto Institucional de Apoio Operacional**. Aracaju: (Agosto/1991).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Relatório de atividades**. Aracaju: 1993.

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Reunião do Conselho Político**, Aracaju, 1998, (18/mai/98).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Reunião Ordinária do Conselho Político**, Aracaju, 1998, (14/jul/98).

CENTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO POPULAR. **Ata da Assembléia Ordinária**, Aracaju, 1997, (12/dez/97).

CESEP/AMABA. **Dossiê “O Extermínio de Crianças e Adolescentes em Sergipe”**. Aracaju: Edição ampliada e atualizada: 1991.

LIBÓRIO, A. L. P. Um urbano desurbanizado. Jornal **“LOCUS”**. CESEP: v. 1, nº3, p.2 (out/93): 1993.

MOVIMENTO DE DEFESA DA PRAINHA. **Ata da Assembléia Ordinária**, Aracaju, 1994, (1/mai/1994).

MOVIMENTO DE DEFESA DA PRAINHA. **Projeto EDUPROARTE**. Aracaju: 1994.

ANEXOS

Em 1989 o CESEP desenvolveu diversas atividades formativas. Entre as quais aconteceram:

No nível da Formação

- Curso Povo e Sociedade – realizado no período de 11 a 12 –03/89 com a finalidade de compreender o funcionamento de nossa sociedade e estimular a formação de uma consciência crítica e libertadora, capaz de articular e fortalecer a organização popular em Sergipe;
- Curso de Sociodrama – realizado no período de 01-02/04/89 com objetivo de desenvolver técnicas de avaliação e dinâmicas de grupos que promovesse um resgate da identidade dos membros da equipe do CESEP para se engajarem em uma proposta coletiva e formar equipes de trabalho a partir das necessidades da entidade;
- No dia 17 de 06 de 1989 na Escola Souza Porto – Bairro América, foi realizado o I Curso de Capacitação de Lideranças. Participaram deste curso as seguintes entidades: Ação Católica Operária (ACO), AMABA, CESEP, grupo UJJA (União de jovens do Jardim Atlântico, Grupo Afro-Bantos, Sem Teto).
- Fátima e José da Guia expuseram os principais objetivos do curso: conhecer melhor a realidade dos grupos, identificar os tipos de lideranças existentes, fornecer elementos às lideranças que as ajudem a fazer uma auto avaliação de sua prática e a repensar a sua visão do mundo e os objetivos do seu trabalho, possibilitando aos mesmos, que sejam multiplicadores formativos.
- Curso de análise e assessoria a projetos – atividade realizada em 09 e 10-06/89, tendo como finalidade capacitar alguns membros da equipe do CESEP na elaboração e orientação de projetos. O curso foi dado por Pablo Laporte do setor de análise e assessoria a projetos da FASE nacional/ Rio de Janeiro;
- No dia 30/09/89 no colégio Souza Porto – Bairro América foi realizado o I Seminário de Educação Política, promovido pelo CESEP, tendo como participantes a equipe do CESEP, e lideranças populares. Carlos Eduardo de Andrade e Fátima explicaram sobre as peças de teatro “a boutique dos presidenciáveis” e “participação política”.
- A peça a participação política tinha como objetivo conscientizar a população subalterna da importância da participação junto aos órgãos públicos ou grupos da

comunidade a fim de refletirem e agirem sobre formas de reivindicação dos seus direitos, suas necessidades imediatas (saneamento, moradia, água etc) e imediata (ampliação da consciência, eleições, importância do voto etc). A peça A Boutique dos Presidenciáveis tinha como objetivo mostrar o perfil dos candidatos à Presidência da República.

No nível de Assessoria

- Assessoria jurídica - acompanhamento jurídico de uma ação de despejo na vila Quirino no bairro Ponto Novo;
- Assessoria ao projeto Reculturarte no Bairro América;
- Assessoria a CEBs na Comunidade da Prainha. Projeto de Pesquisa-Ação em Saúde Pública nas comunidades da Prainha e Jardim Atlântico;
- Assessoria ao II Encontro Estadual de Negros de Sergipe, realizado no período de 11 a 13/08/89, tendo como objetivo unificar a luta do Negro na questão Raça/Classe;
- Assessoria a ACO (Ação Católica Operária) na análise de conjuntura;
- Assessoria ao I Encontro Metropolitano de Associações de Bairro de Aracaju, tendo como objetivo analisar e discutir com as lideranças comunitárias sobre o nível de intervenção dos parlamentares municipais (vereadores), junto às comunidades;
- Proposta para Lei Orgânica Municipal de Aracaju;
- No nível de Articulação;
- Articulação CESEP/ Organizações Não Governamentais – em viagem de articulação realizada em maio de 1989 o presidente do CESEP (Carlos Eduardo Trindade) manteve contato com várias entidades com sede no Rio de Janeiro com objetivos de iniciar e fortalecer a articulação CESEP com entidades afins das regiões Nordeste/Sul/Sudeste;
- Participação no 8º Encontro Nacional da ANAMPOS (Articulação Nacional dos movimentos Popular e Sindical) em Belo Horizonte, no período de 11 a 13/08/89.
- Mapeamento e articulação dos grupos e/ou entidades populares no período de ago/89 a dez/89;
- Participação no Encontro de Agentes de Projetos realizados pela CESE/SE no período 18 a 22/09/89, visando articular as lutas do Movimento Popular com as lutas ecológicas;

- Articulação com a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e a FASE Nacional, com o objetivo de garantir o financiamento das atividades;
- Articulação do Solo Urbano (ANSU/BA)/CESEP, no sentido de capacitar as lideranças do Movimento Sem Teto para a luta da reforma urbana;
- O CESEP participou do II Encontro Nacional de meninos e Meninas de Rua, acompanhando os menores representantes do Projeto Reculturarte. O Encontro realizou-se em Brasília nos dias 26 a 29/09/89 e contou com a presença de cerca de 700 menores e 200 educadores de todo o Brasil e mais uma delegação de um menor e um educador de cada país da América Latina. Os objetivos principais foram: discutir sobre a dramática situação em que vivem os meninos e meninas de Rua do Brasil; divulgar o dossiê do extermínio, elaborado pelo IBASE e contendo o resultado de um levantamento nacional sobre menores assassinados nos últimos quatro anos no Brasil (um número alarmante de casos), pressionar o Congresso Nacional a aprovar o ECA a nova lei que visa regulamentar os direitos do menor contidos na nova Constituição Federal, e substituir os “Códigos de Menores”, ainda em vigor e que tem um caráter segregacional em relação aos menores carentes. A participação do CESEP serviu para fazer novas articulações com pessoas e entidades Nacional e Internacional. (CESEP, 1990).
- Visita a Centros de Educação Popular de Piauí para o intercâmbio cultural: CEPAC de Terezina e CEPIS de Esperantina, no período de 11 a 14/11/89;
- Seminário de preparação para o III Encontro de Movimento Popular de Sergipe, com o objetivo de aprofundar a criação da Pró-Central de Movimentos Populares em Sergipe a fim de desencadear um movimento unificado e organizado.

